

**Universidade Federal do Amazonas – UFAM Programa de Pós-Graduação em
Antropologia Social – PPGAS**

**Morre a empresa privada e nasce a comunidade: memória e territorialidade na
comunidade Indígena Projeto Mapi (Médio Solimões-AM)**

Quezia Martins Chaves

Manaus, Amazonas

2018

Quezia Martins Chaves

**Morre a empresa privada e nasce a comunidade: memória e territorialidade na
comunidade Indígena Projeto Mapi (Médio Solimões-AM)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, como requisito para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Prof. Dr. Ana Carla Bruno

Manaus, Amazonas

2018

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

C512m	<p>Chaves, Quezia Martins</p> <p>Morre a empresa privada e nasce a comunidade: memória e territorialidade na comunidade Indígena Projeto Mapi (Médio Solimões-AM) / Quezia Martins Chaves. 2018 148 f.: il. color; 31 cm.</p> <p>Orientador: Ana Carla Bruno Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas.</p> <p>1. Indígenas Caixana. 2. Processos de Territorialização. 3. Conflitos. 4. Memória. I. Bruno, Ana Carla II. Universidade Federal do Amazonas III. Título</p>
-------	---

Quezia Martins Chaves

Morre a empresa privada e nasce a comunidade: memória e territorialidade na comunidade Indígena Projeto Mapi (Médio Solimões-AM)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, como requisito para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Ana Carla Bruno (Presidente)

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

Profa. Dra. Thereza Cristina Cardoso Menezes (Membro Interno)

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Clóvis Farias Pereira (Membro Externo)

Universidade Federal do Amazonas PPGCASA/UFAM

Aos agentes indígenas da comunidade Projeto Mapi.

Agradecimentos

A professora Ana Carla Bruno, pela orientação generosa, pelo olhar sensível e crítico, e pelo compromisso no desempenho de seu cargo como pesquisadora e professora de uma instituição de pesquisa e ensino pública.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela bolsa que viabilizou esta pesquisa. Aos professores do Programa Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGA), em especial aqueles que compartilharam momentos de aprendizagem na sala de aula e fora dela; a Franceane Corrêa, pela dedicação.

As professoras doutoras Thereza Cristina Cardoso Menezes e Priscila Faulhaber, pelas sugestões e trocas no processo de qualificação.

A minha querida mãe Maria Janete, e aos meus familiares, em especial a minha querida tia Maria Graciene que tanto me ajudou no início dessa caminhada. Aos amigos que fiz no PPGAS, aos amigos que estão distantes, ao meu companheiro Emílio Manabu pelo amor e companheirismo.

Aos agentes da comunidade indígena Projeto Mapi de maneira geral, por me receber, por tornar possível essa pesquisa. Em especial ao seu Paulo, seu Pedro, dona Augustinha, Geceoglâneo, Marcela, Antônia, João e Orlânio, que abriram as portas de suas casas e me inspiraram com suas histórias de luta e conquista. Agradeço ao CIMI, na pessoa do Fábio Pereira que sempre se disponibilizou em contribuir com a pesquisa. A Nelissa Peralta, que disponibilizou o uso da sala e dos recursos de informática e internet no Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá durante meus campos em Tefé. A minha amiga Hilkiene por fazer as fotos da comunidade, a Bárbara e ao Ronisson pela companhia no campo.

Resumo

Esta dissertação buscou descrever e analisar os processos de territorialização e história de formação da comunidade Projeto Mapi a partir das narrativas dos próprios agentes indígenas Caixana da região do Médio Solimões, município de Tefé, Amazonas. A comunidade está ligada ao município de Tefé por uma estrada de 24 Km, chamada EMADÉ. A pavimentação da mesma e a instalação de luz elétrica na região desencadeou um processo de especulação imobiliário e desde então a área de uso da comunidade passou a ser vendida, tomada, invadida por agentes não indígenas. Em contra resposta às invasões, os agentes da comunidade passaram a acionar a identidade étnica do grupo e iniciaram a luta pelo processo demarcatório de suas terras. Em 2004 o reconhecimento da área como indígena foi deferida pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e desde então aguardam a demarcação. Esse coletivo tem acionado diversos elementos para sua afirmação étnica e na mobilização da luta pela terra. Desde já, é possível apontar alguns deles: projeto de revitalização da Língua Geral (Nheengatu), as narrativas de chegada e permanência na terra, uma ancestralidade indígena que é “herdada” dos avós, dos pais e de outros parentes consanguíneos e afins, que vivem em Terras Indígenas (TI) já demarcadas.

Palavras-chave: Indígenas Caixana, Processos de Territorialização, Conflitos e Memória.

Abstract

This dissertation intends to describe and analyze the processes of territorialization and formation history of the Mapi Project community based on the narratives of the Caixana indigenous agents of the Middle Solimões region, Tefé, Amazonas. The community is connected to the municipality of Tefé by a road of 24 km, called EMADÉ. The paving of the same and the installation of electric light in the area triggered a process of real estate speculation and since then the area of use of the community has been sold, taken over, invaded by non-indigenous agents. In response to the invasions, the agents of the community started to activate the ethnic identity of the group and began the struggle for the demarcation process of their lands. In 2004 the recognition of the area as indigenous was deferred by the National Indian Foundation (FUNAI) and since then the demarcation is expected. This collective has triggered diverse elements for its ethnic affirmation and in the mobilization of the fight for the territory. It is possible to point out some of them: the revitalization project of the Geral Language (Nheengatu), the narratives of arrival and stay on the land, an indigenous ancestry that is "inherited" from the grandparents, parents and other relatives that live in TIs already demarcated.

Keywords: Caixana Indigenous: Territorialization Processes, Conflicts and Memory

Lista de figuras, mapas e diagramas

Figura 1: Mapa da localização do município de Tefé e da área de estudo. Elaborado por Christian Crevels.	1
Figura 2 Mapa da localização da área de Estudo. Elaborado por Christian Crevels.	2
Figura 3: Mapa da área reivindicada pelos agentes da comunidade Projeto Mapi. Elaborado por Christian Crevels.....	4
Figura 4Caixana - Gravura sobre foto de Albert Frisch, 1865	17
Figura 5foto de antigas construções deixadas pela EMADE. Foto de Hilkiene Alves, 10 Maio, 2017.....	28
Figura 6 Foto casa do seu Paulo e dona Augustinha. Por Quezia Martins, 31 Jan. 2014..	28
Figura 7Placa de entrada da comunidade indígena Projeto Mapi. Foto Quezia Martins, 31 Jan. 2014.....	31
Figura 8 mapa político do Amazonas. Fonte: http://www.guiageo.com/amazonas.htm ...	34
Figura 9 Dança apresentada na TI Barreira da Missão. Acervo pessoal de Geceoglâneo Brandão.....	43
Figura 10Foto Caminhada pela garantia dos direitos e pela vida indígena. https://www.facebook.com/caritasecimitefeamazonas/photos	44
Figura 11Diagrama dos casamentos de alguns dos agentes da comunidade indígena Projeto Mapi.....	46
Figura 12Seu Paulo em um dos momentos de gravação de suas narrativas. Por Quezia Martins, 31 jan. 2014.....	54
Figura 13Foto Antônia Silva. Por Hilkiene Alves, 19 Maio 2017.	57
Figura 14foto construção da escola. Por Hilkiene Alves, 19 Maio 2017.	58
Figura 15foto da atual escola indígena da comunidade Projeto Mapi. Por Hilkiene Alves, 19 de Maio de 2017.	58
Figura 16foto Dona Augustinha Carvalho. Por Quezia Martins, 31 jan. 2014.	61
Figura 17Marcela Curintima participando do ATL. Fonte: www.facebook.com/fabio.fabiopereira.3/photos	70
Figura 18Foto Orlânio Brandão Carvalho. Por Hilkiene Alves, 19 de Maio de 2017.	71
Figura 19 Foto de seu Pedro Carvalho. Foto de Quezia Martins, 22 Jun. 2014.....	74
Figura 20Mapa delimitando a área de uso da comunidade. Produzido pelos agentes indígenas.....	85

Figura 21 Mapa mostrando a disposição da comunidade Mapi em relação às duas estradas. Elaborado pelo programa Google Earth.	88
Figura 22 Croqui demonstrado os limites da área da comunidade indígena Projeto Mapi.	90
Figura 23 Mapa com as localizações dos pontos de conflitos da comunidade Projeto Mapi. Elaborado por Christian Crevels.	93
Figura 24 Mapa com as sobreposições de imóveis localizados dentro da área da comunidade indígena Projeto Mapi. Elaborado por Christian Crevels.	96
Figura 25 foto casa do funcionário da SEDUC. Por Hilkiene Alves, 19 de Maio de 2017.	98
Figura 26 Foto dos agentes indígenas se organizando para bloquear a estrada da EMADE. Acervo pessoal de Geceoglâneo Brandão	99
Figura 27 Foto dos agentes indígenas se organizando para bloquear a estrada da EMADE. Acervo pessoal de Geceoglâneo Brandão.	100
Figura 28 Mapa Área da UTE. Fonte: Retirado do Relatório de Impacto Ambiental	106
Figura 29 Mapa apresenta a delimitação das áreas de influência. Fonte: Relatório de Impacto Ambiental	107
Figura 30 Foto Crianças da com. indígena Projeto Mapi	121
Figura 31 Foto Crianças da com. indígena Projeto Mapi	121
Figura 32 Foto vista da escola indígena da comunidade	122
Figura 33 Foto trecho do ramal da comunidade	122
Figura 34 Foto Irmão gêmeos Sr. Pedro e Sr. Paulo	123
Figura 35 Foto Sr. Paulo e D. Augustinha e netos.	123
Figura 36 Foto Dona Augustinha	124
Figura 37 foto Sr. Paulo, D. Augustinha e eu.	124

Lista das principais siglas e abreviações

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

MEB – Movimento de Educação de Base

CEB's - Comunidades Eclesiais de Base

TI - Terras Indígenas

CIMI - Conselho Indigenista Missionário

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ATL - Acampamento Terra Livre –

UNIFI/M.S.A - União dos Povos Indígenas do Médio Solimões e Afluentes

EMADE – Empresa Amazonense de dendê

Sumário

Introdução	1
Sobre a pesquisa	5
Capítulo 1. Cenário Histórico e Etnográfico da região do Médio Rio Solimões	13
1.1 A produção da invisibilidade	13
1.1.1 Do projeto agro industrial à comunidade indígena Projeto Mapi.....	21
1.2. A formação da Comunidade	24
1.2.3. Questões de parentesco dentro e fora da comunidade	45
1.3. “Aqui nós somos tudo parente”	45
2.1. O Uso das narrativas na construção do território.....	50
2.2 Trajetórias e experiência.....	53
2.2.2. Trajetória Antônia.....	56
2.2.3. Trajetória Dona Augustinha Carvalho.....	60
2.2.5. Trajetória João Araújo	65
2.2.6. Trajetória Marcela Curintima Balieiro	67
2.2.7. Trajetória Orlânio Carvalho.....	71
2.2.8. Trajetória seu Pedro Carvalho	74
2.3. Sobre as trajetórias.....	77
Capítulo 3 – O território dos Conflitos	86
3.1. Da EMADÉ aos diversos projetos e propostas do Estado e dos agentes não indígenas.....	86
3.1.1. Efeitos das invasões.....	94
3.1.2. Propostas de continuação do plantio por empresa estrangeira	102
Considerações Finais	111
Referências bibliográficas	117
Apêndice. <i>Fotos</i>	121
Anexos	125

Introdução

O município de Tefé está situado na região do Médio rio Solimões, a 523 quilômetros de Manaus, capital do estado do Amazonas. Sua população, de acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017, era de 62 021 habitantes. As estradas Agrovila da Emade e Estrada da Emade, ligam uma parcela da área rural do município à sua área urbana. Os interlocutores que farão parte desta etnografia se identificam como índios Caixana e moram no quilometro 13 da estrada da Emade, na comunidade indígena Projeto Mapi.

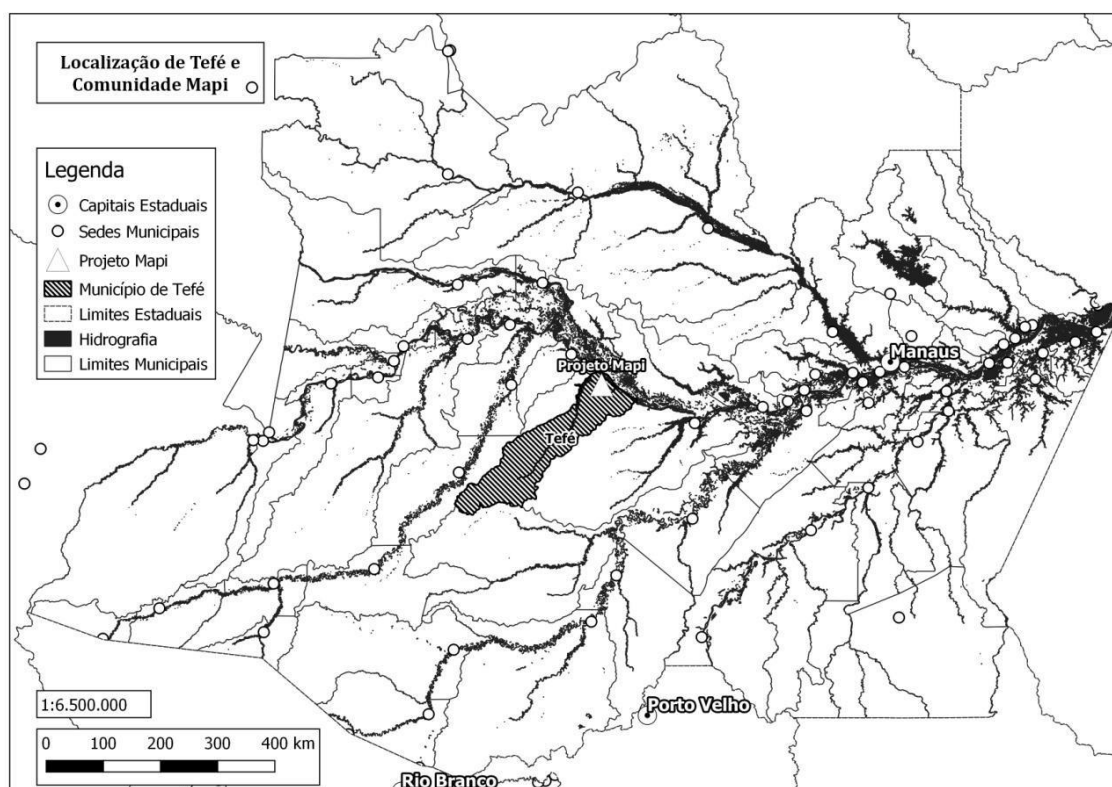


Figura 1: Mapa da localização do município de Tefé e da área de estudo. Elaborado por Christian Crevels.

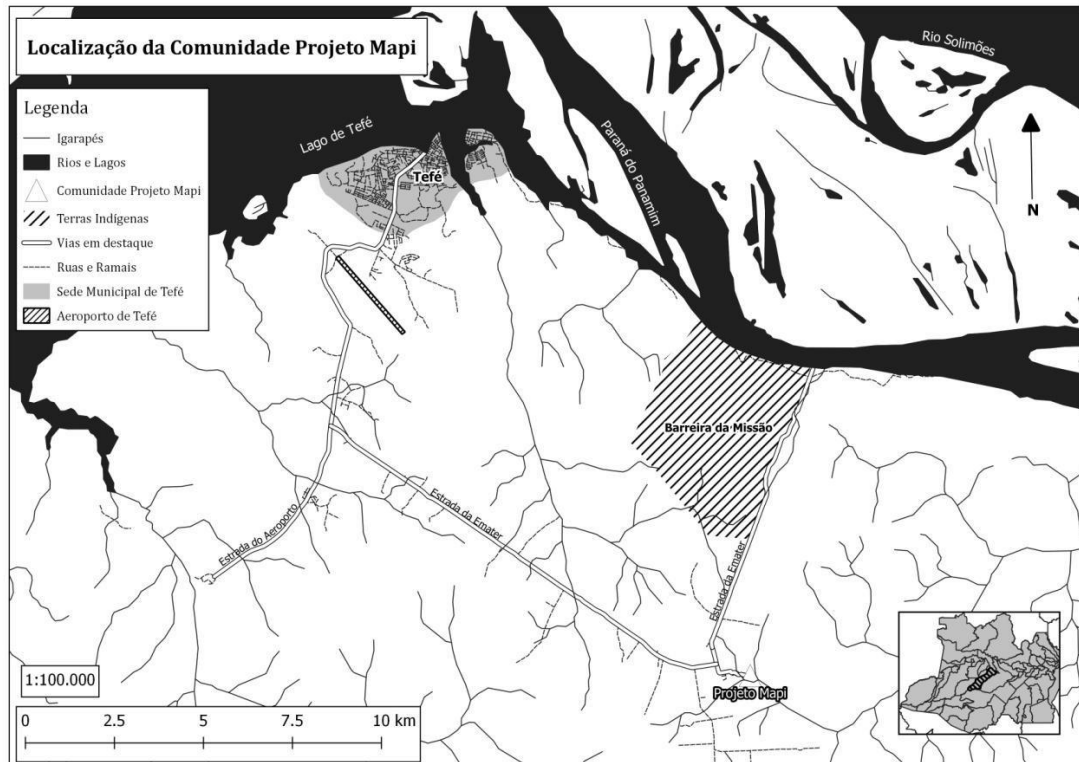


Figura 2 Mapa da localização da área de Estudo. Elaborado por Christian Crevels.

Atualmente, na comunidade moram aproximadamente 50 famílias, que vivem da produção de farinha, da coleta de açaí e castanha. Como agricultura de subsistência, cultivam cará, banana, jerimum, macaxeira entre outros. A prática da caça também é bastante comum entre os agentes da comunidade.

A área na qual a comunidade está situada foi anteriormente terra da antiga Empresa Amazonense de Dendê (EMADE). A sua implementação ocorreu no ano de 1982, no entanto, em 1993 a empresa faliu. A comunidade indígena Projeto Mapi teve seu início a partir de oito de famílias, as quais fizeram parte do quadro de trabalhadores da referida empresa. Esses núcleos familiares recusaram-se a sair das terras, pois alegaram não ter outro local para morar. A justificativa da permanência repousou sobre a existência de pequenas roças cultivadas em paralelo ao trabalho na empresa.

Os agentes sociais que vivem na comunidade Projeto Mapi vieram de locais diferentes e também são de grupos étnicos diferentes, como, Caixana, Ticuna e Cocama e Cambeba. Na comunidade residem desde os moradores mais antigos, os quais foram trabalhadores da EAMDE, como os familiares do Sr. Paulo, da Marcela e da Antônia, assim, como outros agentes que chegaram após a falência da empresa e outros de relações ainda mais recentes com a comunidade. No entanto, os três núcleos familiares citados acima, são imbuídos de autoridade

pelo grupo. As narrativas dos moradores do Projeto Mapi falam de trajetórias individuais e coletivas, dos locais, de onde vieram, atividades que desempenharam na antiga empresa e falam com bastante vigor de tudo que viveram e vivem em Tefé, especialmente na comunidade onde moram.

O grupo em questão tem acionado diversos elementos para se afirmarem como indígenas. Entre eles estão: o projeto de revitalização da Língua Geral (Nheengatu), as narrativas de chegada e permanência na terra, uma ancestralidade indígena que é “herdada” dos avós, dos pais e de outros parentes consanguíneos e afins, que são moradores de TIs já demarcadas.

Atualmente, os agentes da comunidade indígenas Projeto Mapi e o entorno, vivem em constantes conflitos no que diz respeito à posse de terra. A área de uso da comunidade tem sido constantemente invadida por agentes não índios que alegam que a referida terra não tem dono e que os agentes da comunidade não são “índios de verdade”. A venda de terrenos dentro da área de uso da comunidade tem ocorrido com frequência. Diariamente, supostos donos têm apresentando documentos de posse de terras que estão dentro da área em litígio. Vale ressaltar, que a comunidade Projeto Mapi é uma Terra Indígena não regularizada, ela foi demandada à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 2004, e até o momento ainda não foi demarcada. Abaixo, o mapa com a área reivindicada pelos agentes sociais da comunidade indígena em questão.

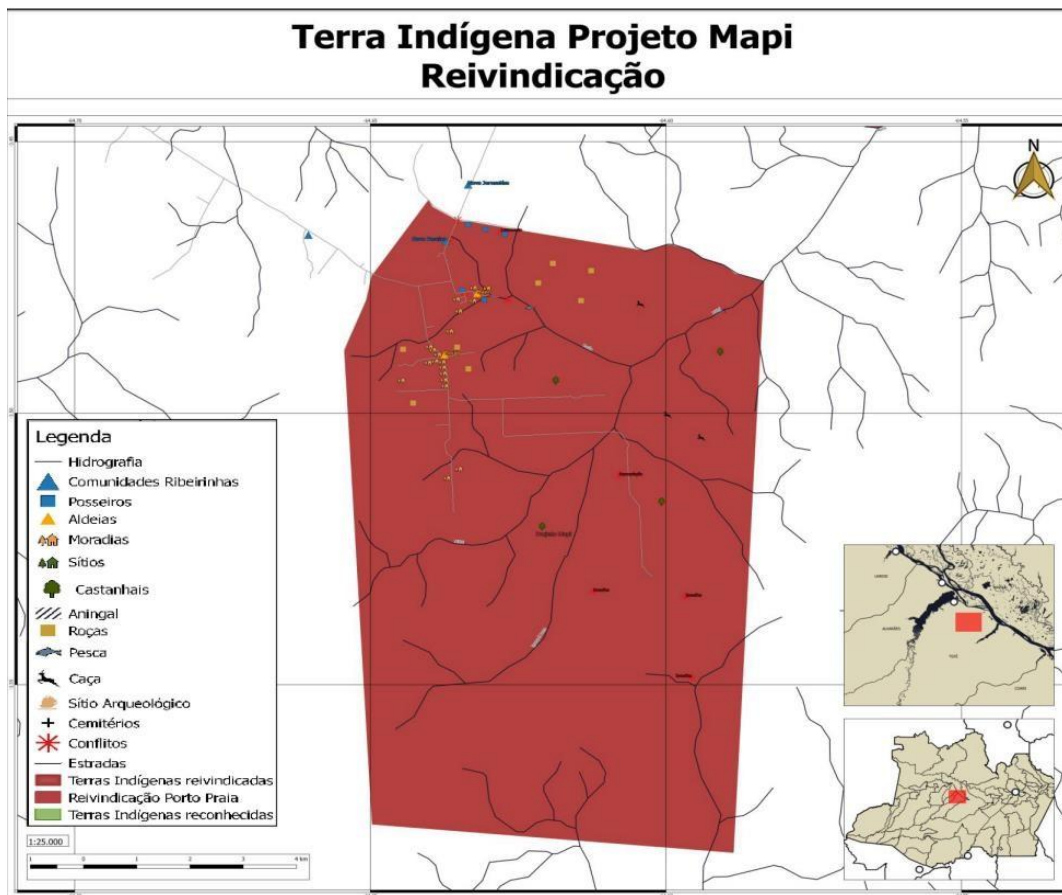


Figura 3: Mapa da área reivindicada pelos agentes da comunidade Projeto Mapi. Elaborado por Christian Crevels

Sobre a pesquisa

O interesse pela temática indígena e pelo estudo na região do Médio Solimões surgiu a partir da minha atuação como bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá entre os anos 2012 a 2014, no Grupo de Pesquisa “História da Ocupação Humana na Amazônia” e “Parentesco, política, gênero e religião: redes de relações sociais na Amazônia contemporânea”. Durante esse período fui orientada pelo pesquisador e doutorando Rafael Barbi Costa e Santos.

Minha experiência com os agentes sociais da comunidade indígena Projeto Mapi teve início em Dezembro de 2013. No ano anterior, Rafael Barbi havia recebido um convite para a realização de uma pesquisa na referida comunidade. O convite foi feito pelo tuxaua, seu Paulo Carvalho, 78 anos. Segundo o tuxaua, a comunidade ainda não havia recebido a visita de nenhum antropólogo. Atendendo ao pedido do seu Paulo, foi submeteu um projeto de pesquisa para a continuação da minha bolsa.

Em 2014, escrevi um relatório intitulado “Etnohistória e trajetórias de vida no Projeto Mapi (Tefé, AM)”. Foi a partir dessa pesquisa que tive os meus primeiros contatos com as leituras da área da antropologia. O relatório buscou descrever a história de resistência de um grupo de antigos trabalhadores da Empresa Amazonense de Dendê (EMADE) que decidiram permanecer nas terras após sua falência. Foi naquele momento que dei meus primeiros passos dentro da antropologia, resultando na proposta do projeto para o mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia social. Tinha total consciência que era necessário continuar a pesquisa com os agentes da comunidade indígena Projeto Mapi. Para isso, eu precisava aprender e entender a respeito de conceitos, dos quais, a minha formação em Pedagogia, não dava conta.

A oportunidade para o primeiro contato com a comunidade Projeto Mapi ocorreu na TI Barreira da Missão, em uma assembleia da qual estava participando. Antes de iniciar em 2012 com a bolsa de BIBIC no Instituto Mamirauá, no mesmo ano, por intermédio do professor Guilherme Githay, comecei a acompanhar diversos projetos de gravação de narrativas e trabalhos de rádio livre com os grupos Ticuna, Cocama e Kambeba da TI Barreira da Missão. Foi a partir daí que escolhi a TI como meu campo de monografia. Retomando sobre a assembleia, esta foi realizada em meados do mês de Dezembro de 2012. No final, foi lançado o convite para que todos os presentes participassem da 1ª Assembleia Geral de Assuntos Indígenas do município de Tefé, que seria realizada na comunidade indígena Projeto Mapi.

A referida Assembléia aconteceu nos dias 03 e 04 de Janeiro de 2014, com a participação de 21 comunidades indígenas. Estiveram presentes representantes dos grupos Cocama, Apurinã, Majoruna, Ticuna, Cambeba e Caixana. O momento da Assembleia foi fundamental para a realização dos primeiros contatos com os agentes sociais da comunidade Projeto Mapi e para apresentação da proposta do trabalho junto ao tuxaua. Após o encerramento da Assembleia Geral, seu Paulo, marcou uma data para que eu pudesse retornar à comunidade para continuarmos a conversa a respeito da pesquisa.

No dia 22 de Janeiro de 2014, aconteceu a segunda conversa com o tuxaua e os demais agentes indígenas da comunidade. Dirigimo-nos ao centro comunitário, quando chegamos, seu Paulo bateu em um material de aço que ecoou por toda a comunidade. Ele me explicou que havia conversado com os demais agentes moradores da comunidade e que havia convidado a todos para participar da reunião. Aos poucos as pessoas foram chegando e tomando seus lugares. Contamos com a presença de 10 adultos e seis crianças.

Seu Paulo expôs o motivo da reunião e disse que era importante que todos prestassem atenção no que seria dito, em seguida passou a oportunidade da fala para mim. Apresentei-me e comecei perguntando o que eles estavam pensando para pesquisa, o que eles gostariam que fosse escrito. Seu Paulo foi o primeiro a se manifestar. Ele fez uma fala extensa e durante essa, tanto ele, como os demais se emocionaram. Ele relembrou dos entes-queridos que já haviam morado na comunidade e que juntos mobilizaram-se em defesa do território. Em seguida, Marcela, sua nora, também narrou a respeito das dificuldades que todos estavam enfrentando na comunidade. Ela relembrou do papel importante que seus pais tiveram para a formação da comunidade. Geceoglâneo, filho do seu Paulo, falou da importância de manter essas memórias, disse que via a pesquisa, como uma forma de não deixar essas histórias se perderem.

Foi nessa reunião e no decorrer do trabalho de campo, que percebi que não era somente eu que tinha um projeto de pesquisa. Dei-me conta de que eles já estavam preparando-se para receber alguém como eu há algum tempo. Eles deixaram claro que tinham projetos/planos para o meu projeto de pesquisa.

Eu falo pros meninos participarem mais do teu trabalho. Daí eles dizem que são tímidos e eu digo que eles não têm que ficar tímidos. Trabalho que vai ficar reconhecido aqui pra outras gerações que vêm lá na frente... Fulana passou por aqui e fez um trabalho e deixou aí pra todo mundo. Aí vai saber que o fulano passou por aqui, mesmo que não seja indígena, se participar do trabalho isso não vai ser esquecido. Como do Projeto Mapi, ninguém sabia o porquê desse nome. Aí nós trouxemos pra cá para nós e tá até hoje (Geceoglâneo, 37 anos, Agente Indígena de Saúde).

Após quase três anos de experiência, que teve início ainda com a pesquisa PIBIC, delineei uma estratégia de pesquisa combinando dois procedimentos metodológicos principais: pesquisa documental e incursão etnográfica. O levantamento de fontes primárias (narrativas, atas de reuniões produzidas pelos próprios agentes da comunidade, denúncias encaminhadas ao CIMI e a FUNAI, fotos) e secundárias (descrições de naturalistas e viajantes, documentos pesquisados no acervo do CIMI com informações direta ou indiretamente relacionadas ao contexto Caixana), sobretudo, ao longo dos últimos dois anos, teve por objetivo permitir que as questões relativas a esse grupo de indígenas fossem abordadas em diálogo com o contexto mais amplo da produção sobre as relações interétnicas no Médio Rio Solimões, em especial com as análises em torno dos processos de resistência indígena, de territorialização e afirmação indígena ocorridas nessa região. Ressalto que apesar de delimitar o contexto onde ocorreu a pesquisa, não penso essa de maneira desconectada com o contexto geral brasileiro. No decorrer dos capítulos, apresento pontos bastante comuns entre os grupos indígenas do Médio Solimões e os grupos indígenas do Nordeste do país, descritos por João Pacheco de Oliveira.

Durante a pesquisa, localizei um conjunto de poucos trabalhos monográficos (SOUZA, 2010 (Artigo); SILVA, 2015 (Tese); SANTOS, 2012 (Dissertação), que por meio de distintas lentes e recortes, abordam a situação de alguns grupos indígenas do Médio Solimões que passaram a afirmar as suas identidades étnicas e que vivem em situações de conflitos envolvendo suas terras. A partir dos trabalhos acadêmicos mencionados acima, estabeleci diálogos mais próximos e em vários deles identifiquei pistas que considere importantes para pensar os Caixana do Projeto Mapi.

Vale ressaltar que não encontrei nenhuma pesquisa acadêmica a respeito dos Caixana. O único material com informações mais recentes sobre a etnia foi encontrado na página do Instituto Sócio Ambiental (ISA). Atualmente, o grupo habita em sua grande maioria a região do Alto Solimões, no estado do Amazonas. De acordo com o ISA, estão em maior número nos municípios de Tonantins, Japurá e Santo Antonio do Içá, e em menor número, faz menção a alguns Caixana que vivem na Terra Indígena Barreira da Missão entre os Cocama, Cambeba e Ticuna.

Os acervos pessoais dos agentes da comunidade indígena Projeto Mapi tiveram um papel muito importante para o desenvolvimento dessa pesquisa. Tive acesso a cadernos com anotações de próprio punho, documentos como atas de reuniões, cópias de denúncias e reclamações encaminhadas a FUNAI e ao CIMI, fotografias, mapas. Em conversa com o seu Paulo Carvalho, ele mostrou-me o caderno que guarda, nele estão registrados os nomes dos

primeiros agentes que se empenharam na formação da comunidade. Muitas das informações surgiram enquanto manipulávamos esses arquivos pessoais. Depois das gravações das narrativas, ou após conversas informais, Geceoglâneo Carvalho e Marcela Curintima tinham sempre algo para me mostrar.

Não posso deixar de mencionar o apoio e a mediação que o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), na pessoa do Fábio Pereira, realizou entre mim e a comunidade. Os agentes do Projeto Mapi, por diversas vezes dirigiram-se até o prédio do CIMI para digitalizar documentos e mapas e depois enviar para mim por meio dos equipamentos de informática do próprio Conselho. Como a comunidade possui um telefone rural, sempre que surgiam impasses no decorrer das análises dos dados, ligar para a comunidade era a única alternativa.

A pesquisa etnográfica foi realizada ao longo de três visitas à comunidade¹. No fim do ano de 2014, conversei com o seu Paulo e dei a notícia da minha aprovação no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Expliquei a ele que, como o combinado, eu continuaria com a pesquisa junto à comunidade. Deixei informado que durante todo o ano de 2015 eu estaria fora de Tefé, mas que no início de 2016 compareceria a comunidade para retomarmos com as gravações.

Em janeiro de 2016, liguei para a comunidade para informar que eu já estava em Tefé e para definir as datas para a continuação das gravações das narrativas. No telefone, Marcela me informou que seu Paulo encontrava-se internado na Casa de Saúde Indígena (CASAI) e que estava muito doente e que naquele momento não haveria condições para a continuação das atividades.

A intenção era ficar o mês de Janeiro e Fevereiro em Tefé, já que no mês seguinte eu daria início ao estágio docente. Em meio a essa situação delicada, dei início ao levantamento documental nos arquivos do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Prelazia de Tefé e Setor de Terras da Prefeitura de Tefé. Fotografei e fiz cópias de diversos documentos que envolvem de maneira direta e indireta os agentes da comunidade indígena Projeto Mapi.

Além do levantamento documental, busquei entrevistar representantes do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), na pessoa do Fábio Pereira; coordenador da Secretária de Saúde Indígena (SESAI), na pessoa do José Raimundo; coordenador de Educação Indígena na

¹ O termo comunidade indígena é usado pelas lideranças indígenas do médio Solimões para fazer referência às localidades que estão de alguma forma sendo atendidas pelo posto da FUNAI, mas que ainda não passaram pela perícia antropológica e demarcação de suas terras. O termo, portanto, faz menção aos assentamentos que passaram para indígena nos últimos anos. Já o termo aldeia fica reservado aos assentamentos mais antigos e com a situação da terra regularizada (Lima; Souza, 2006).

pessoa do Antônio Santos; representante da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), na pessoa do Tomé Fernandes Cruz. O objetivo dessas entrevistas foi entender como esses órgãos e instituições concebem os agentes da comunidade que desde 1997 vêm reafirmando suas identidades indígenas e se mobilizando em prol da demarcação de suas terras.

A segunda ida a campo ocorreu em Julho de 2016. Foi nesse momento que pude retomar as gravações das narrativas com os agentes que se dispuseram a participar² da pesquisa. A partir de então, passei a anotar de maneira sistemática³ as narrativas que os não índios apresentavam a respeito dos agentes indígenas da comunidade Projeto Mapi. A última ida a campo ocorreu no mês de Maio de 2017, logo após a apresentação da qualificação. Esse último campo teve como objetivo, rever algumas questões que me deixaram em dúvida durante as análises das narrativas e para pensar sobre os apontamentos feitos pela banca avaliadora.

Os agentes ficaram entusiasmados com a notícia de que o trabalho logo estaria pronto. Sugeriram um dia de festa na comunidade para comemorar a finalização da pesquisa. Pediram que eu fizesse uma apresentação para a comunidade e frisaram que fosse feita de maneira que todos, inclusive as crianças, pudessem entender do que havia se tratado a pesquisa. Houve a sugestão da organização de um mural com todas as fotos que foram feitas durante as minhas idas a campo.

Como já mencionei anteriormente, não era somente eu que tinha um projeto de pesquisa para a comunidade, os agentes, na condição de interlocutores, também tinham planos e projetos para essa pesquisa.

Ao dizer isso, não estou afirmando que a pesquisa foi guiada de maneira única e exclusiva para atender as expectativas desses agentes. Quero deixar claro, que fui eu quem escreveu este trabalho, mesmo com os equívocos e eventuais acertos que ele possa apresentar. Também quero esclarecer que não penso que “dei voz” a alguém.

O que estou tentando dizer, é que tanto eu, quanto os interlocutores, tivemos intenções com essa pesquisa. Nesse sentido, Castro 2008 (p. 88) tenciona para a seguinte questão: como

² Nesse caso refiro-me, a todos aqueles que concordaram em gravar suas narrativas. Mas quero deixar claro, que essa dissertação é resultado do esforço coletivo dos agentes da comunidade. Entre estes, encontram-se aqueles que me hospedaram durante Assembleias, ou apenas por um dia. Teve quem se disponibilizasse a me levar via estrada até Tefé de motocicleta, convites para café, almoço, um copo de água. Teve agente que estava sempre atento nas narrativas daquele que estava gravando.

³ Foi ainda no campo PIBIC que notei essas outras falas, mas foi somente no campo de pesquisa para mestrado que decidi que estas fariam parte da dissertação. Retornarei essa discussão no decorrer dos capítulos

dar conta da demanda nativa e daquela antropológica sem minar tanto uma quanto outra? Em resposta a sua própria pergunta, o autor menciona que:

Isso deverá implicar em um cuidado ético com o material de campo (ou seja, o que falar, como falar e para quem falar) e um cuidado metodológico com a experiência etnográfica (que limites estabelecer nessa relação antropológica orgânica – aludindo a Cardoso de Oliveira (2006[2002]) – e como manter a autonomia intelectual do pesquisador) (p. 88).

Esse cuidado ético para o qual o autor chama a atenção, se faz necessário, por conta da posição do antropólogo em situações interétnicas, que tem sido cada vez mais percebida como importante para a determinação de certos territórios identitários. Sendo assim, é justamente o antropólogo que tem sido requisitado pelo governo para dizer “quem é e quem não é índio”, além disto, os próprios índios passaram a enxergar nos antropólogos uma forma para a legitimação de suas identidades (CASTRO, 2008).

A esse respeito, Albert (2002 [1992], p. 246), destacou que “os antropólogos e suas competências de mediação interétnica (...) aparecem para os índios, nesse contexto, como canais privilegiados de uma estratégia política de controle das representações de si por meio do espelho cultural da fronteira”. Para ele o trabalho antropológico, diante da constante autoafirmação da identidade indígena (que só tem crescido em todo o país), tem se constituído como “um meio, às vezes decisivo, de viabilização” de projetos de territorialização e autonomia social das comunidades indígenas (Albert, 2002[1992], p. 246). Dentro dessas perspectivas em que o antropólogo é apresentando, pode-se afirmar que não é mais possível ser este, somente um observador e acreditar na distância suficientemente objetiva que precisa ser mantida dentro da situação pesquisada para que sua presença não seja percebida.

Castro (2008) afirma que essa impossibilidade tem haver tanto com a demanda nativa (que, de certa forma, quer ou espera algo em troca) quanto com demanda acadêmica (o autor apresenta o seguinte exemplo (p.89): como discorrer sobre os Yanomami, os Tikuna, os Ashaninka ou os Herero sem dar conta dos discursos de formação identitária?). A esse respeito, Albert, (1997, p. 59) defendeu que “a pesquisa antropológica está situada, justamente, nesse interstício entre “solidariedade” e “pesquisa” ”. O autor argumenta que é preciso ter muito cuidado para que na tentativa de se “manter” uma “neutralidade antropológica” não se feche os olhos para as demandas nativas e que ao mesmo tempo é preciso ficar atento para que essas demandas nativas não sejam vistas como suas próprias demandas e assim, deixando de refletir sobre o que estas podem dizer para além de si mesmas.

A análise em torno da memória social cumpriu papel importante na investigação sobre as formas de configuração territorial delineada pelos Caixana do Médio Rio Solimões. Reflexões de autores que seguiram, criticamente, a trilha aberta por Maurice Halbwachs ofereceu importantes aportes a esta pesquisa. As reflexões desenvolvidas por Michael Pollak (1989) em torno das “memórias subterrâneas”, que formam parte da cultura de grupos dominados e se opõem à memória oficial, revelaram grande potencial explicativo para o caso aqui analisado.

As lembranças gestadas por esse grupo de indígenas desvelaram narrativas acerca das várias tentativas de expropriação e resistência, da construção do lugar, da relação que eles construíram e têm construído com esse território. São nessas lembranças que esses agentes se apoiam para (re)construir o passado e a história de suas vidas e do lugar onde vivem, no caso, a comunidade Projeto Mapi. No decorrer do campo, ficou cada vez mais evidente que todo aquele território é carregado de memórias que estão sempre a despertar as lembranças daquele grupo.

Na abordagem da memória social Caixana, orientei-me a partir de duas questões centrais: 1. Como essas memórias atuam para organizar e conferir sentido aos processos de territorialização produzido por esse grupo? 2. De que forma, a “memória subterrânea”, alinhada aos processos de territorialização conduzidos pelos agentes da comunidade indígena Projeto Mapi, contrapõe-se à “memória oficial”? As reflexões apresentadas a partir de tais indagações irão permear todos os capítulos dessa dissertação.

Enxergo no conceito de territorialização discutido por João Pacheco de Oliveira, uma potente chave analítica para a compreensão do processo de ocupação do território dos Caixana da comunidade Projeto Mapi. Conforme Oliveira (1998), a noção de “territorialização” deve ser concebida não apenas como um processo que é observado ou pensado pelo viés estatal ou de forças externas, mas como um processo que é sentido, vivenciado, atualizado e reelaborado pelos próprios indígenas, através de seus interesses, trajetórias e valores. A territorialização segundo Oliveira (1998) é definida como um processo de “reorganização social”, que busca reelaborar a cultura e a relação com o passado dentro das comunidades.

Minha proposta de pesquisa buscou entender os processos de territorialização e os conflitos territoriais vividos pelos Caixana da região do Médio Solimões. Aqui concebida conforme Almeida (2006, 2008), que trata a questão do território não como algo fechado e limitado, mas como áreas que possuem uma expressão identitária. Os processos de territorialização da comunidade indígena Projeto Mapi é resultante de uma junção de fatores,

que envolvem a capacidade mobilizatória, em torno de uma política de identidade e um jogo de forças em que os agentes sociais, através de suas expressões organizadas, criam mobilizações e reivindicam direitos face ao Estado (ALMEIDA: 2006:88).

A dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro, busquei delinear o quadro histórico acerca da presença indígena na região do médio rio Solimões. Nele descrevo o processo de formação da comunidade indígena Projeto Mapi e a mobilização de seus agentes na luta pelo reconhecimento de suas identidades étnicas e demarcação de suas terras. No segundo capítulo, irei discutir a importância da memória coletiva do grupo, suas trajetórias e a maneira como elas estão implicadas na configuração da comunidade. No terceiro e último capítulo, descrevo as invasões de terras ocorridas dentro da era de uso da comunidade indígena Projeto Mapi e os conflitos vividos entre esses agentes indígenas e os não indígenas do entorno.

Capítulo 1. Cenário Histórico e Etnográfico da região do Médio Rio Solimões

1.1 A produção da invisibilidade

A história da “reocupação” da calha do rio Solimões engendrada pelas forças colonizadoras foi marcada pelos descimentos e aldeamento de muitos grupos indígenas provenientes do Alto rio Solimões (Porro, 1995). Esse momento foi marcado por fugas por parte dos indígenas, guerras, epidemia e muita violência por parte dos colonos em relação aos contingentes indígenas. Todo esse processo, segundo Souza (2011, p. 35) levou “à violenta queda populacional e quase desaparecimento” dos grupos indígenas do médio Solimões, assim como de “outras partes da Amazônia” (Idem). Ainda com a autora, no século XIX, essas populações indígenas passaram por outro momento, marcado por mais violência e extermínio.

Além da experiência colonial e imperial de violência de colonos e administradores em relação, a exploração da borracha, que se intensifica a partir de meados do século XIX, marca outro momento de combate e assimilação das populações indígenas situadas em cursos hídricos afastados no médio Solimões e também nas cabeceiras do Juruá, Purus e Japurá (SOUZA, 2011, p. 35).

A área que denominamos Médio Solimões inclui além do médio curso do rio Solimões, os rios Coari, Japurá e Tefé, o médio e baixo curso dos rios Juruá e Jutaí, envolvendo o que atualmente correspondem às terras dos municípios de Alvarães, Carauari, Coari, Eirunepé, Envira, Fonte Boa, Ipixuna, Itamarati, Japurá, Juruá, Jutaí, Maraã, Tefé e Uarini.

A partir de uma visão panorâmica obtida através dos relatos de alguns naturalistas que estiveram no Médio Solimões nos séculos XIX e XX, Spix & Martius, Marcocoy, Bates e o etnógrafo Tastevin, descreveram muitos povos indígenas nessa região, percebemos que muitos povos foram exterminados e outros foram deslocados para outras regiões do referido rio.

Os afluentes do rio Solimões, como o Japurá, Iça, Jutaí, Madeira, entre outros, segundo Marcocoy (2006) eram habitados por noventa e oito grupos indígenas. Os naturalistas citados acima fizeram descrições de alguns desses, os quais nos possibilitam uma possível avaliação da presença indígena nessa região, além de se tentar compreender como se deu as perdas de antigos territórios e reocupação de outros.

A ocupação e o povoamento da Amazônia resultam de um longo processo histórico, que a partir da colonização foi marcado por inúmeros conflitos entre os povos indígenas e os colonizadores. Segundo Porro (1995), o processo de exploração e incorporação da Amazônia por parte dos conquistadores se deu de forma bastante lenta. De acordo com o autor esse processo levou quatro séculos. A primeira descrição do rio Amazonas e dos grupos que viviam às suas margens foram feitas por Frei Gaspar de Carvajal em 1542, no entanto, somente no

século XVIII, os afluentes do referido rio seriam inteiramente explorados e só então, no século XIX, afluentes como o Juruá e o Purus fariam parte dessa lista (PORRO, 1995: 09).

Por mais de um século, as perdas ou o deslocamento desses povos tiveram como causa a presença colonizadora das Coroas portuguesa e espanhola. Estas promoveram o declínio assombroso dessas populações por meio de sucessivos descimentos provenientes dos afluentes do Alto Solimões, para povoar e repovoar as vilas e povoados criados ao longo do referido rio (MARCOY, 2006:178, 181).

A ocupação colonial na região do Médio Solimões teve início com a chegada das Missões Espanholas. Em 1690, essa região foi ocupada pelos Portugueses e numa disputa entre ordens missionárias, os Carmelitas portugueses tomaram a aldeia San Ignácio, a qual era localizada em uma ilha acima do rio Tefé e que era comandado pelo jesuíta espanhol Samuel Fritz. Segundo os relatos desse missionário, a região que corresponde ao Médio Solimões era povoada por índios Muras, Aicuares ou Aisuares e na margem direita ele relatou a presença dos Ybanomas (LIMA & ALENCAR, 2000).

Os principais grupos indígenas afetados pelas guerras, doenças e captura para a escravidão foram aqueles localizados ao longo dos principais rios. Estes foram os mais rapidamente dizimados. Nos séculos seguintes, esses grupos foram aldeados pelas missões religiosas e submetidas à catequese e ao trabalho forçado. Assim, de acordo com Marcoy (2006), “à medida que crescia o número de vilas e povoados, diminuía o das populações indígenas” (pg. 178).

Segundo Porro (1995), no final do século XVIII, os povos da várzea haviam praticamente desaparecido e em seu lugar ia-se recorrendo a novos contingentes de índios descidos dos altos e médios cursos dos rios. Os Ticuna, Miranha, Passés, Jurís, Mesaya, Jumana, Mura, Caixana e Cocama, foram alguns dos povos que foram fortemente combatidos, aldeados, deslocados e acometidos pelas epidemias que contribuíram para a redução e extermínio de muitos desses grupos indígenas. Segundo o autor, o despovoamento do rio Amazonas se dava de duas maneiras:

“à medida que as margens do Amazonas ficavam despovoadas dos seus antigos habitantes, novas forças tendentes ao restabelecimento do equilíbrio demográfico entravam em ação; podemos distinguir nelas os movimentos espontâneos de acomodação, de um lado, e da ação forçada de descimentos, de outro” (PORRO, 1995: 65).

Municípios como Tefé, Fonte Boa, Alvarães, Coari, e a Vila de Nogueiras, foram antigos aldeamentos que receberam muitos desses indígenas. Na literatura, Alvarães, na época da

colonização era conhecida como Caiçara (que significa curral) servia como uma espécie de curral para onde eram descidos indígenas de etnias diversas, para serem enviados para outras missões. Tefé era uma missão dos Carmelitas que foi elevada a título de vila em 1759, e muitos dos indígenas que nela foram aldeados, como os Uainumás, Tamuanás, Sorimões ou Yurimãos, Achuaris, Passés e Jurís, são tidos como povos extintos. Alguns desses desapareceram logo nos primeiros séculos da colonização (PORRO, 1995).

Os índios Passés, são descritos como uma “nação” numerosa, que habitavam extensa área do rio Içá, mas assim como outros povos, esses foram fortemente descidos e aldeados. Martius, em sua viagem em 1819, os estimou em cerca de mil e quinhentos indivíduos que ainda viviam livre na região do rio Japurá e Içá, em 1848 a 1859, cerca de trinta anos depois, época da viagem do naturalista Bates, esses povos não ultrapassavam um número de 400 indivíduos, e já eram vistos como já sendo quase extintos. Nos relatos de Spix & Martius (1981), Marcoy (2006) e Bates (1979), era possível observar muitos desses índios em Tefé, Fonte Boa e Alvarães, tidos já como cristãos.

Nos diversos relatos desses viajantes nota-se a constante presença dos povos Jurís em diversas missões como Tefé, Fonte Boa e Caiçara. Bates em sua viagem pelo rio Amazonas em 1848 a 1859, ressalta que os Jurís já estavam quase extintos da região, restando apenas poucas famílias nas margens de igarapés perto do rio Tefé e em outros tributários como o rio Jutaí, onde a principal causa do declínio desses povos, foi a febre lenta, acompanhada de um resfriado que na época era conhecido na região como “defluxo” o que era fatal à eles.

Os Caixana, Jumana e Omagua-Mesayas, foram povos que assim como os citados acima, foram reduzidos e deslocados. Enquanto os povos como os Miranha, Ticuna e Muras, apesar de terem sido alvos dos massacres da colonização, são tidos como povos sobreviventes a esses acontecidos. Os Ticuna, assim como os demais passaram pelo mesmo sofrimento imposto pela conquista europeia. Foi um grupo, que também teve sua população violentamente reduzida além de terem sido deslocados de seus antigos territórios, a margem esquerda do rio Amazonas, mais precisamente entre o rio Ambiacu e o Atacuary. Podiam ser vistos em diversos povoamentos ao longo do rio Solimões (Ega, Alvarães, Fonte Boa, São Paulo de Olivença).

O assustador despovoamento que ocorreu ao longo do rio Solimões, teve como principal causa à infestação pelas doenças epidêmicas que sobrecaiu nas vilas e povoados fundados pelos missionários das ordens religiosas vigentes. A alta concentração de vários povos em uma dada localidade favorecia a propagação em massa dessas doenças o que foi na maioria das vezes fatal

a esses povos. Na intenção de repovoar essas localidades, os missionários recorriam a novos contingentes de índios. A esse respeito descreve Porro (1995):

“Esse morticínio nunca visto foi fruto de um processo complexo cujos agentes foram homens e micro-organismos, mas cujos motores poderiam ser reduzidos a dois: ganância e ambição, foras culturais de expansão do que se convencionou chamar o capitalismo mercantil” (PORRO, 1995, p. 12).

Segundo Porro, a política de concentração das populações indígenas praticadas na região por missionários e pelos órgãos oficiais foi nefasta, pois, a alta densidade desses aldeamentos favoreceu o alastramento das epidemias da época. Mas segundo o autor, não foram só os micro-organismos responsáveis pela “catástrofe demográfica” ocorrida na região. O aumento da guerra indígena provocada pela sede de escravos, as guerras de conquista e de apresamento em que os índios de aldeias eram alistados contra os índios tidos como hostis, a fuga para novas regiões onde se desconheciam os recursos ou que se tinha de enfrentar os habitantes e a exploração do trabalho indígena, tudo pesou decisivamente na dizimação de povos. Os indígenas que não foram capturados para as missões espanholas no Alto Amazonas, acabaram reunidos com os remanescentes de outros grupos nas missões dos Carmelitas portugueses em Tefé e Coari (PORRO, 1995, p. 13, 14).

Grupos que viviam às margens do rio Amazonas desapareceram ou foram substituídas por novos contingentes indígenas que foram tirados dos afluentes do referido rio e descidos para a calha amazônica. Mesmo sem uma presença permanente e contínua em determinadas regiões, em poucas décadas os colonizadores provocaram a desestruturação e a redução populacional de vários grupos, seja pela disseminação de doenças, ou pelas guerras para captura de escravos (COSTA, 2009). Os descimentos indígenas, além de medida de ocupação efetiva do espaço, tinham como intuito renovar um contingente populacional com elevada taxa de mortalidade.

Foi em um contexto de massacres e descimentos, que a presença Caixana ocorreu no Médio Solimões. No século XVIII, esse grupo estava localizado em uma grande área compreendida entre o rio Tonantins e o igarapé Coperçu. Durante esse período foram massacrados, escravizados e muitos deles foram expulsos de seu território tradicional no início dos confrontos entre Espanha e Portugal pela posse da Amazônia. Em razão desses confrontos, eles deslocaram para outras regiões, dentre elas o Médio Solimões (ITACARAMBY, 2009). Em 1702 o padre jesuíta Samuel Fritz relata uma invasão portuguesa em território Caixana, onde vários foram capturados e, outros, mortos na tentativa de resistir à captura. De acordo com o padre, devido à intensa exploração da borracha nas décadas de 1940 e 1950, a invasão do território Caixana por parte dos colonizadores ficou ainda mais intensa.



Figura 4 Caixana - Gravura sobre foto de Albert Frisch, 1865

Spix & Martius (1819), em sua viagem pelo rio Amazonas, também explorou o rio Tonantins e, segundo eles, ainda havia índios Caixana nas matas do referido rio. De acordo com os viajantes, esses povos antes habitavam o Mamoré, perto das nascentes do rio Machupo (p. 196, 215). Bates (1879) quando esteve na região do rio Tonantins, pôde observar algumas pequenas “tribos” de Caixana que viviam próximos dos Miranha, Jurís, Ticuna e Catukiina. O naturalista Martius, em sua viagem em 1819, descreveu o encontro que teve no lado meridional do Japurá com os Caixana, que moravam em cabanas altas. Ele havia chegado até a povoação de São José do Príncipe, fundada pelos portugueses em 1808. O naturalista também relatou o encontro que teve com os Caixana de Mapari, segundo ele, essa seria a localidade mais antiga desses índios. Na época, ele pode contar aproximadamente 600 Caixanas.

A região do Médio Solimões, no final do século XIX e início do século XX, foi reocupada por vários grupos indígenas provenientes de outras regiões da Amazônia (SANTOS & SOUZA, 2012). Assim, a presença do povo Caixana que atualmente habita a região do Médio Solimões, se deu por meio de descimentos do Alto Solimões e seus afluentes. Segundo os autores, esse processo produziu contingente de uma população indígena misturada as quais, no século XIX eram classificadas como caboclo, pois já eram tidas como populações civilizadas ou assimiladas. Os processos descritos no decorrer dos parágrafos acima, foram os principais responsáveis por essas classificações. Outro fator que contribuiu para que grupos indígenas passassem da condição de índios específicos, com sua própria língua, costumes e crenças, à condição de índios genéricos, cada vez menos distinguíveis pela língua que falavam e pelo novo

costume e crença aos quais foram cruelmente forçados a adotarem, foi a criação do Diretório dos Índios em 1755. O Diretório foi uma lei caracterizada por uma série de diretrizes a serem seguidas nas colônias portuguesas. Esta regulamentava diversas práticas coloniais, estabelecendo critérios educacionais, administração da força de trabalho e relações entre indígenas e colonos (COELHO, 2016).

Em relação à última prática, segundo Lima-Ayres, (1992), o Diretório estimulou o casamento interétnico como forma de integração das populações indígenas à sociedade nacional. Para incentivar ainda mais essa forma de união, eram inclusive oferecidos benefícios. Nessa perspectiva, o Diretório passou a incentivar a “domesticação indígena e constituição de um tipo humano que mais tarde seria chamado de mestiço na região” (LimaAyres, 1992:71). Segundo a autora, o que o Diretório produziu “de fato foi à marginalização do mestiço que se constituiu em função da mistura” (Lima-Ayres, 1992:87).

O início da exploração comercial da borracha, principalmente entre 1840 a 1920, marca outro momento de combate e escravidão das populações indígenas, especialmente para os indígenas situados no alto curso do rio do Solimões e afluentes. Os indígenas "descidos" foram aviados e espalhados em assentamentos no interior, onde deveriam conseguir produtos de valor comercial, como a seringa e a castanha, e trocar por mercadorias fornecidas pelos patrões. No início do século XX a população indígena do médio Solimões estabelecia relações com pessoas de diferentes origens e posições sociais, sobretudo os migrantes do Nordeste brasileiro, estimuladas pela co-residência em povoados ou próximo às feitorias, levando ao estabelecimento de laços que englobam casamentos, relações conjugais não reconhecidas e o compadrio. Isso colaborou para conferir a esta população o status de pessoas de sangue misturado (Alencar, 2002, p.13).

O Padre Constant Tastevin da Congregação do Espírito Santo teceu consideráveis descrições a respeito das relações sociais no rio Solimões e também no Japurá. Durante sua missão religiosa junto aos índios em Tefé, entre os anos de 1905 e 1926, Tastevin descreveu um processo de mistura de grupos indígenas, que teve início com período colonial (Faulhaber, 1992; 2008). A esse respeito ele destacou que:

“Os índios do Solimões estão quase todos assimilados ou em vias de assimilação rápida, com exceção talvez dos Mura dos Autás, que são os mais numerosos e guardam assim sua individualidade. Encontram-se em torno de Tefé muitos Miranha descidos do Cauinari, afluente do Caquetá [Japurá]; e sobre as ilhas dos Solimões os Cocama e os Omagua vindos do Peru, com muitos outros índios peruanos mais ou menos civilizados; e os Ticuna, cujo centro é Calderon, a montante de São Paulo de Olivença, sobre a margem direita do Solimões e sobre o Cupatamá, em direção à boca do Jutaf. No Japurá, podem ser observados, a raros

intervalos, os Makú domesticados nos arredores de Maraã. Mas o seu habitat comum é o Jurubaxi: eles são semi-nômades. Outros Makú, muito selvagens e inabordáveis, estão fixados nas cabeceiras do Marie, afluente do Rio Negro, e fazem excursões de rapina e de matanças no Japurá... Na margem direita, encontram-se os Cauixana sobre o Mapari, índios muito industriais, mas não assimilados, e um grupo de indivíduos de todas as línguas e denominações no sentido da boca do Purê, num lugar que batizei de Mira-Céma: emigrantes. São os Hueretu, os Yabahana, os Yuhuna, os Tanibunka, os Makúna, os Soco, e os Tukano vindos do Apapori; Enfim, além da fronteira, sobre o Caquetá, existem os Jukuna e os Miriti, do Miriti Paraná, reduzidos à escravidão por alguns colombianos; os Carihona do Yari, os Huitoto, os Miranha, os Munhané” (Tastevin, 2008:33).

É necessário que entendamos todos os processos que ocorreram nessa região, desde os descimentos de muitos povos do Alto Solimões (século XVIII) aqui já descrito, seus aldeamentos, até o início e declínio da extração da borracha. Esse quadro nos faz lembrar o caso dos índios do nordeste brasileiro descritos por Oliveira Filho (1998). Nas duas regiões constituiu-se um caso de colonização antiga onde a “mistura” foi o elemento central entre os grupos indígenas. Nos dois contextos, a maior parte dos povos foram aldeados em territórios que não os tradicionais. Nos aldeamentos, esses povos foram obrigados a converter-se ao cristianismo, abandonar suas línguas maternas e referências étnicas. Assim como no caso dos indígenas do Nordeste, os indígenas do médio Solimões foram e são estigmatizados e definidos como misturados devido às suas relações com grupos de variadas origens e posições sociais, inclusive outros grupos indígenas. No século XIX, essas populações foram descritas como “civilizada” ou “assimilada”, e classificadas como “cabocla”.

Todos os processos que apontei no decorrer deste capítulo (descimentos, aldeamentos, extermínios, epidemias) encontraram-se associados a construção da invisibilidade, a ideia de “assimilação e aculturação”, que por muito tempo estiveram submetidos às populações indígenas do Médio Solimões. Muitas décadas se passaram até que houvesse condições mínimas, um contexto propício, para que se organizassem para exigir perante o Estado e a sociedade envolvente seus direitos historicamente violados.

Nas décadas de 1960-1980 as populações ribeirinhas dessa região e demais começam a passar por outro momento: a formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) em articulação com o Movimento de Educação de Base (MEB) pela Prelazia de Tefé. A formação das CEBs estabeleceu novos padrões de moradia e organização. As populações que se encontravam dispersas pelas calhas do referido rio foram agrupadas em unidades políticas marcadas pela autarquia e passaram a ser reconhecidas pelo Estado para efeito de implantação

de políticas públicas. E é justamente nesse contexto que o movimento indígena do Médio Solimões se forma.

Na região de Tefé este trabalho foi levado a centenas de comunidades, entre elas as indígenas. Esses movimentos sociais tinham como foco a delimitação de territórios autônomos, com o objetivo de garantir direitos a políticas públicas, terra e acesso aos recursos naturais. A mobilização social engendrou um processo de duplo ordenamento – o territorial e o de identidades políticas – dando origem a novas categorias de ação política e renovando antigas. No começo dos anos 80, o processo de mobilização étnica resultou na formação da União das Nações Indígenas de Tefé (UNI-Tefé)⁴. Essa organização estava ligada à Coordenação de Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) que também foi formada em 1989 (Faulhaber, 1992: 110). Tratava-se da luta pela autonomia, pela demarcação de terras indígenas, e organização econômica que livrasse as aldeias dos comerciantes (FAULHABER, 1998). Segundo Santos e Souza (2012), desde 1989 a 2006, ano em que foi extinta, a UNI-Tefé teve ampla visibilidade no contexto amazônico. Sua atuação no médio Solimões teve grande importância na mobilização de diferentes grupos indígenas que passaram a reafirmar-se no médio Solimões.

Muitos grupos descrevem o início de seus processos de emergência através da participação em reuniões organizadas pela UNI-Tefé e outras organizações parceiras, como o Conselho Indígena do Japurá (CIJA) e o Conselho dos Povos Indígenas de Jutai (COPIJU). A própria UNI-Tefé também era responsável por formalizar os processos desses grupos junto à FUNAI (SANTOS E SOUZA, 2012:10).

Ao longo das últimas décadas, cresceu o número de pedidos de reconhecimento e regularização de Terras Indígenas (TI), na região do Médio Rio Solimões junto a FUNAI. Na lista de Terras Indígenas Reivindicadas da Diretoria de Assuntos Fundiários da FUNAI de 2009 constam 133⁵ comunidades que reivindicam a regularização de suas TIs na região do Médio e Alto Solimões. Esses pedidos advêm de uma população regionalmente reconhecida como cabocla que desde a década de 1980 vem reconhecendo sua condição indígena. Essas populações, em sua grande maioria residem nas margens do referido rio.

Segundo Souza (2010), as comunidades indígenas dessa região são ligadas e organizadas em torno de laços de parentesco, da relação com a terra, da produção, essas segundo ela,

⁴ A Uni-Tefé (União das Nações Indígenas de Tefé) foi extinta em 2006 e um dos seus trabalhos mais expressivos foi na assessoria para identificação de terras indígenas e de comunidades interessadas no autoreconhecimento indígena.

⁵ Lista em Anexos

compartilham de uma “história comum”: a da dominação colonial, da exploração dos padrões no período da extração da borracha, do processo de transformação em comunidades através da atuação do movimento de Comunidades (CEB’s), do Movimento de Preservação dos lagos.

Nos tópicos seguintes, irei descrever o início da fase de incidência dos Caixana do Médio Rio Solimões junto ao Estado brasileiro, a partir dos anos de 1990, que conduziu ao processo de reconhecimento indígena da comunidade Projeto Mapi.

1.1.1 Do projeto agro industrial à comunidade indígena Projeto Mapi

A situação fundiária da área de estudo está relacionada ao histórico da questão agrária do Amazonas. Em 1985, na mesa redonda Espaço e Poder na Amazônia, realizado no Museu Emílio Goeldi, Priscila Faulhaber apresentou uma de suas pesquisas intitulada Estruturas Fundiárias e Movimentos Territoriais no Médio Solimões. Nesse trabalho, a autora faz apontamentos sobre os impactos e conflitos resultantes desses grandes projetos de incorporação da Amazônia na região do Médio Solimões. Segundo a autora, essa política de Estado teve como meta o incentivo à produção agrícola e a fixação do homem à terra. Em 1974, o município de Tefé, situado no Médio Solimões, foi definido como o eixo central do polo Juruá-Solimões pelo Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia - POLAMAZÔNIA, do Ministério do Interior (FAULHABER, 1987).

A (re)ocupação da Amazônia, a partir de 1960, é resultado de uma nova política territorial planejada pelo Estado autoritário brasileiro com o objetivo de incorporar a região ao restante do Brasil e do mundo como área fornecedora de matérias primas. Para isso o Estado montou uma poderosa infraestrutura técnica, financiou Grandes Projetos e criou uma política de incentivos fiscais a grandes empresas, gerando fortes enclaves socioambientais. Assim a ocupação da região enquadrou-se na lógica dos militares de

“integrar para não entregar”, onde a Amazônia iria se integrar ao restante do Brasil, por meio das rodovias federais, através do PIN – Programa de Integração Nacional e do I PND – Plano de Desenvolvimento Nacional (1968-1972), além de infraestrutura técnica de comunicação e energia (KOHLHEPP, 2002).

Posteriormente, na segunda metade da década de 70, entra em ação o II PND (1975 – 1979) cujo objetivo foi a exploração dos recursos naturais, através de grandes projetos. Para isso foi feito um mapeamento dos recursos naturais, por meio do Projeto Radar da Amazônia - Radam, através do levantamento aerofotogramétrico e pesquisa de campo (KOHLHEPP, 2002).

O POLAMAZÔNIA foi criado em 1974 e tinha como finalidade explorar as potencialidades naturais da região. Foram criados 15 pólos de exploração agropecuários e agrominerais distribuídos entre vários municípios do estado. Segundo Faulhaber (1987:3), o Estado entrou em cena “como um empresário que atuava através de empresas públicas (tais como a EMADE – de direito privado) ” e a Secretaria de Obra da Prefeitura agia como uma construtora.

A Empresa Amazonense de Dendê (EMADE) foi uma dentre os grandes projetos da POLAMAZÔNIA. Em 1982 a EMADE foi instalada em uma área conhecida como Barreira da Missão, na região do Médio Solimões, no município de Tefé. A área da empresa media 270.000 há. De acordo com Faulhaber (1998), e documentos consultados no arquivo do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) Tefé, a área na qual a empresa se instalou foi resultado de um acordo entre esta e a Prelazia de Tefé - proprietária do terreno.

O projeto agroindustrial pretendia “desenvolver” a região através da produção de óleo de dendê, visando “aumentar a renda de 625 famílias de pequenos produtores rurais, além de criar 1000 empregos indiretos” (FAULHABER, 1987: 16). A produção de dendê se destinaria a elaboração do óleo comestível e também a produção de combustível. Para a implementação da empresa, o Governo Estadual e o Governo Federal fizeram um acordo que resultou em um empréstimo de US\$ 35.000.000 ao Banco Mundial, pois esse foi uma das agências financiadoras internacionais da empresa. Segundo Faulhaber (1987), foi dada a empresa cerca de 20 anos para a quitação do empréstimo, e mais oito anos de carência com juros de 6%.

Fazia parte do projeto da EMADE, a realização de tais infraestruturas: a construção de um porto fluvial, viveiros para o plantio de mudas de dendê, refinaria e casas para os trabalhadores, escola e posto de saúde. O plantio propriamente dito do dendê seria realizado em uma área a oito Km distante do rio Solimões. Segundo os técnicos da EMADE, esta teria sido a única área propícia a este tipo de atividade (Relatório de Visita a EMADE, 1982).

A implantação da empresa nessa área gerou enormes conflitos com a população local. Dentre os documentos do arquivo do CIMI, é possível constatar diversas denúncias referentes à EMADE. Essas denúncias eram feitas pela comunidade indígena Nova Esperança, formadas pelos grupos Ticuna, Cambeba e Cocama que naquele momento lutavam pela demarcação de sua terra, que também foi cedida pela Prelazia de Tefé. Atualmente essa comunidade corresponde a Terra Indígena (TI) Barreira da Missão. No registro da antiga comunidade, o dia

11 de Junho de 1982, está marcado como o dia da chegada da Empresa Amazonense de Dendê a Barreira da Missão.

A chegada da EMADE nessa área se deu com o desembarque de tratores para o trabalho de terraplanagem e abertura de campos e estradas. Segundo Relatório de Visita de 1982, da comunidade Nova Esperança, este desembarque ocorreu no antigo porto da comunidade e para tal contou com o consentimento da comunidade. Segundo o acordo, este porto seria utilizado somente até o momento em que o porto da EMADE, localizado mais abaixo da comunidade ficasse pronto.

Dentre as denúncias consta a reclamação da abertura de uma estrada (vale ressaltar que esta seria apenas provisória) que a EMADE construiu dentro de suas terras de uso e a derrubada de castanheiras que a empresa estava realizando. Vale pontuar que a principal fonte de renda da comunidade, era e continua sendo a coleta de castanha. Segundo as denúncias, as obras da EMADE estavam adentrando em seus territórios de uso e isto estava causando a derrubada de várias árvores frutíferas e a expulsão da caça para áreas mais distantes.

Em 1983, a empresa inicia seu segundo ano de implementação, nessa segunda fase, segundo Faulhaber (1987), a empresa contratou trabalhadores através da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Segundo a autora, nessa fase, a empresa objetivava “a transformação dos empregados em pequenos proprietários através da doação de sete a dez hectares para o cultivo do dendê, além de sete hectares para a agricultura de subsistência” (FAULHABER,1987:16), além de ter como meta futura a sua retirada do processo, transferido através de uma cooperativa, o controle da produção para os pequenos produtores sob a tutela do Estado. Ainda com a autora, o próprio diretor da EMADE reconheceu que tal promessa não passava de uma fantasmagoria.

Nessa fase, a cidade de Tefé polariza a formação circundante, atraindo para si a população de rios como Japurá, Juruá, entre outros (FAULHABER,1987). Em conversa com uma antiga tesoureira da EMADE, me foi dito, que a maioria dos “peão” (termo usado pela pessoa entrevistada, que significa trabalhador braçal), vinham da região do Alto Solimões. Segundo a tesoureira, a empresa fichava as pessoas que tinham interesse em trabalhar na empresa. Esses fichamentos destinavam-se a trabalhos como: o plantio de mudas de dendê, limpeza das áreas onde estavam os plantios de dendê, cozinheiro, capataz (chefe de turma), entre outros.

De acordo com a fala da tesoureira e de documentos do arquivo do CIMI, esses trabalhadores eram alojados em um grande barracão (termo usado no documento) ou galpão (termo usado pela antiga tesoureira). Anteriormente vimos que fazia parte do projeto da EMADE a construção de casas para os trabalhadores. Vale frisar, que a empresa construiu 29 casas, mas que estas foram destinadas aos técnicos, agrônomos, tesoureiros, entre outros.

A EMADE chegou a plantar 1.400 hectares de dendê e encomendar a unidade de extração desse plantio. No entanto, a empresa durou pouco mais de 10 anos, em 1993 ela faliu. Segundo Muller e Furlan Junior (2001), o que levou a falência da EMADE foi o amarelecimento fatal do dendezeiro, o chamado AF. O mal teria sido uma das principais causas do abandono desse plantio. Foi nesse momento que a empresa começou a despedir e a desapropriar seus trabalhadores.

É no contexto retratado acima que os agentes sociais dessa etnografia chegaram nessa área, que atualmente corresponde a comunidade indígena Projeto Mapi. As narrativas dos primeiros agentes fundadores da comunidade estão sempre relacionadas à EMADE, pois estes durante todo o funcionamento da empresa compuseram o seu quadro de trabalhadores.

1.2. A formação da Comunidade

1.2.1. “Eles foram os primeiros a abrir isso aqui”

Massacres, “descimentos” de índios para escravização e sua fixação em aldeamentos foram todos expedientes empregados para subjugar esses povos. Seu Paulo, 78 anos, o primeiro tuxaua da comunidade se reporta a esse tempo com muita vivacidade. Com suas palavras, descreve essa época como o “tempo do pega-pega” e continua “Nós como indígena, nós fugia pra dentro da mata, mas, contudo isso procuravam até achar”.

O pai de Paulo chamava Alfredo Carvalho, ele foi capturado numa região chamada Lago do Mapari, que seu Paulo afirma ser “terra de Caixana”. Ele afirma que vários índios foram capturados juntamente com o seu pai, e que sua mãe conseguiu se esconder com os filhos. Depois de três anos, seu pai volta para Mapari e temendo novos ataques começa o processo de migração para outras localidades. De Mapari, seu Alfredo mudou-se juntamente com a mulher e os filhos para o igarapé Camatiã situada no atual município de São Paulo de Olivença, depois mudaram-se para o município de Alvarães e em 1954 chegaram em Tefé. Com todas essas mudanças de localidade, seu Paulo residiu entre indígenas Miranha e Katukina. Depois que chegou a Tefé, ainda ocorreram muitas idas e vindas de seu Paulo. Ele afirma ter morado em

algumas localidades que atualmente são comunidades que estão situadas dentro da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá.

Toda a trama acima são experiências que seu Paulo descreve, para então começar a falar da antiga Empresa Amazonense de Dendê (EMADE). Ele, sua esposa e filhos estavam morando em uma localidade conhecida como Juruamã, em uma área que atualmente corresponde ao município de Alvarães, quando ficou sabendo que a empresa estava contratando pessoas para compor seu quadro de funcionários. Decidiu então retornar para Tefé. Como já mencionado, a empresa teve início de 1982, em 1984, seu Paulo e sua esposa dona Augustinha são contratados.

Seu Paulo relata que trabalhou na EMADE por nove anos. Durante esse tempo ele trabalhou em diversas funções. Começou limpando terreno, plantando mudas de dendê, e já no final, estava trabalhando como chefe de equipe na abertura de picadas. Diz que logo ganhou a confiança de seus chefes por ter desenvolvido bem sua função e pelos seus conhecimentos a respeito dos recursos naturais que a área da empresa abrigava. Dona Augustinha, sua esposa também trabalhou por nove anos na empresa, durante esse período trabalhou no plantio de mudas, na limpeza dos plantios e como cozinheira, mas estas não foram às únicas atividades desempenhadas por ela. Dona Augustinha, antes de mudar-se para o acampamento da empresa já havia realizado vários partos por onde morou juntamente com o seu Paulo. Afirma que aprendeu a partejar, tanto com a mãe quanto com os cursos de parteiras realizados pela Prelazia de Tefé. Pelos seus conhecimentos, dona Augusta foi contratada para trabalho no posto de saúde construído pela empresa em parceria com a Prefeitura de Tefé. Ela conta que “perdeu as contas” do total de partos que realizou durante o período de funcionamento da empresa.

Além do posto de saúde, foi construída uma escola para atender os filhos dos trabalhadores. Ela conta que seus filhos ainda frequentaram a escola da Agrovila da EMADE. Geceoglâneo, mais conhecido como Gane afirmou que chegou a fazer até a 3ª série. Atualmente, com 38 anos, ele é o Agente Indígena de Saúde da comunidade e também conta um pouco do que foi viver no “tempo da EMADE”. Ele, juntamente, com os demais irmãos foram morar com seus pais (seu Paulo e dona Augustinha) no alojamento que a empresa havia construído para os trabalhadores. Ele descreve esse alojamento, como um enorme barracão onde os trabalhadores juntamente com suas famílias moravam.

(...) quando a gente chegou pela primeira vez a gente morou lá onde era o acampamento dos trabalhadores mesmo, ficavam lá onde chamavam de refeitório, numa outra área lá pra frente...

Como eu disse quando eu cheguei aqui com ele, com nossa família, eu tinha uns cinco anos de idade né. Ainda tava no início do plantio, só a área mesmo aberta e

planejamento pra demarcação, mas ainda tava no começo do plantio quando a gente chegou. Eu tinha uma base de uns cinco anos, mas eu lembro bem que era só um descampado ainda, não tinha nada quase plantado ainda, só mesmo as estradas abertas e a mata aberta para plantio do dendê (Geceoglâneo Carvalho, 37 anos, Caixana, Agente Indígena de Saúde).

O Orlânio, irmão de Geceoglâneo nasceu em 1982 em Tefé. Quando seus pais foram trabalhar na EMADE, ele tinha por volta de três anos de idade. Atualmente é o Tuxaua e Professor bilíngue da comunidade indígena Projeto Mapi, ensina Língua Geral. Ele diz que estava sempre brincando ou correndo por pertos dos locais onde seus pais estavam realizando algum serviço. Afirma que quando ficou maior passou a ajudar seus pais em seus trabalhos.

Marcela Curintima, e Antônia de Souza Silva apresentaram narrativas muito similares a respeito da época em que chegaram com seus pais a EMADE. Quando os pais da Marcela mudaram para a EMADE, a empresa já estava funcionando a mais ou menos cinco anos. Marcela, nessa época, tinha por volta de 10 anos de idade e também foi morar no alojamento. Seu pai, João Baleeiro, trabalhou como cozinheiro na empresa, já a função de sua mãe, dona Marta, era manter ao redor dos pés de dendê sempre limpo. Marcela diz que o trabalho de sua mãe requeria bastante esforço e que por esse motivo, sempre que possível a ajudava.

Antônia afirmou que tinha cinco anos de idade, no momento em que seus pais mudaram para o alojamento da EMADE. Afirma que ainda era “menina” quando a Toyota passava e pegava ela juntamente com sua mãe dona Maria Edite, para irem cuidar das mudas de dendê ou realizar capina nas áreas de plantio. Quanto ao seu pai, o senhor Lauro Guimarães, conta que ele fazia “serviço pesado”, trabalhava como topógrafo e abria picada.

Essas falas sobre o “ajudar os pais em seus serviços” são bastante recorrentes nas narrativas da maioria dos agentes dessa pesquisa. Quando os pais destes foram trabalhar na antiga EMADE, a maioria deles ainda eram crianças. As funções desempenhadas por seus pais estão sempre presentes em suas narrativas.

A EMADE durou pouco mais de dez anos. Seu Paulo afirma que a empresa “quebrou” porque a plantação foi acometida de um mal. Segundo ele, o plantio inteiro estava morrendo. Dona Augustinha, afirma que em paralelo ao mal pelo qual o plantio foi acometido, ela aponta a corrupção como umas das causas que levou a empresa a falência. Segundo ela, na época, o governador Amazonino Mendes (Governador do Amazonas de 1987 a 1990) foi acusado de estar envolvido com o desvio de verbas da empresa. De acordo com suas narrativas, nesse momento a empresa foi demitindo seus trabalhadores. Foi recomendado a esses que se

retirassem das terras da EMADÉ, no entanto, seu Paulo relata que oito famílias indígenas se recusaram a deixar as terras da empresa. Dentre essas famílias, estava a do seu Paulo. Ele afirmou não ter aonde ir, ou aonde levar sua família. Ele relatou também que enquanto estavam trabalhando para a empresa, plantaram algumas mandiocas e alguns pés de bananas, e que por isso não poderiam se retirar das terras, visto que não tinham outro roçado para manter sua família.

A EMADÉ havia construído 29 casas destinadas aos seus técnicos, tesoureiros, entre outros. Os trabalhadores braçais foram alojados em um barracão como já mencionado anteriormente. Com o fim da empresa, os barracões, o posto de saúde e a escola foram demolidos com o intuito de expulsar os agentes da terra. Dona Augustinha comenta que tudo foi sendo desmontado e levado por pessoas desconhecidas. Contou que tudo que a empresa tinha (utensílios de cozinha, equipamentos de plantios, colchões, beliches, fogões.) foi levado. Segundo ela, algumas pessoas levaram carroças para carregarem maior quantidade de objetos. O posto de saúde juntamente com a escola também foi demolido. A respeito desse momento, Antônia afirma que já tinha por volta de 10 anos e que lembra bem do momento em que tudo estava sendo desmontado, levado e demolido.

Na época, que eu me entendia, veio um povo, um era Zequinha que chamavam eu não sei se era o nome dele mesmo, ou se era apelido dele. E aí, para mim foi eles que acabaram, porque eles foram embora, já foram levando as coisas da empresa, foram vendendo. Acho que eu tinha numa faixa de uns 10 anos, já era mocinha. Quando a empresa faliu, eles chegaram com uma caçamba, porque eles não queriam ninguém aqui, aí chegaram com uma caçamba botando as coisas do pessoal todinho para ir embora. Ninguém esperava por isso né?! E aí, quem não tinha casa na cidade? (Antônia, 38 anos, Caixana, Auxiliar de serviços gerais).

Na foto abaixo é possível observar o que restou do posto de saúde e da escola que foram construídos pela empresa. A construção que aparece no fundo⁶ era onde funcionava o posto de saúde, a outra em que aparecem algumas peças de madeira ainda de pé, era onde funcionava a escola da antiga empresa.

⁶ Reformado, o prédio iria funcionar como a escola da comunidade. No entanto a prefeitura não enviou todo o material prometido para a realização da construção.



Figura 5 foto de antigas construções deixadas pela EMADE. Foto de Hilkiene Alves, 10 Maio, 2017.

Seu Paulo, juntamente com sua família ocuparam umas das 29 casas. Ele relata que os tratores avançaram em direção as casas demolindo 28 dessas. Somente a casa que o seu Paulo ocupou com sua família, foi poupada. Em suas narrativas, com as de dona Augustinha, continuar morando nessa mesma casa até os dias de hoje significa ter resistido e lutado pela dignidade de sua família. Segundo eles, esta foi uma entre tantas outras tentativas de reintegração de posse da terra por parte de representantes da empresa.



Figura 6 Foto casa do seu Paulo e dona Augustinha. Por Quezia Martins, 31 Jan. 2014.

A estratégia encontrada por essas famílias para continuar nas terras, foi alegar que já tinham seus roçados construídos nessa área e que aquele era o único recurso que tinham para o

sustento de suas famílias, já que não podiam mais contar com o salário que recebiam da empresa. Em seus relatos, seu Paulo afirma que por diversas vezes foi ameaçado e alertado a sair das terras.

Aí ele falou (se refere ao representante da EMADÉ): olha ‘caboco’, eu vou lhe dizer uma coisa, você, (com a licença da palavra) arruma o seu pano de bunda que eu vou mandar o carro aqui pra você ir embora com as suas coisas e sua família e vá embora, pois essa terra é do Banco Mundial. Você sabe, você está teimando. Eu disse: mas eu não vou sair daqui. Aí ele disse: agora você vai seu índio! Aí eu disse: você me chamou de índio? eu sou índio. Nós não estamos brigando, o senhor é que quer que eu saia daqui. Eu to no que é meu, na terra do índio... (Paulo Carvalho, 78 anos, Caixana).

As demais famílias que continuaram nas terras tiveram que improvisar moradias com palha e madeira. Marcela conta que durante muitos anos, as casas na comunidade eram construídas somente com palha e um mínimo de madeira. Afirma que a construção de casa de madeira só foi ocorrer depois de muito tempo. As famílias que ficaram não tiveram recursos para construírem de imediato novas casas. Segundo ela, para se fazer uma casa de madeira era preciso ter um certo recurso financeiro e afirma:

Quando nós começamos, nossas casas eram de palha. Já fomos ter casa de madeira quando meu pai se aposentou, que daí ele já foi vendo e serrando... a primeira pessoa ali a ter casa de madeira melhorzinha, foi o meu pai, porque ele aposentou e foi mandando serrar. Mas todo tempo nós moramos na casa de palha (Marcela, 35 anos, Caixana, Auxiliar de serviços gerais).

O fim da EMADÉ trouxe aos agentes que decidiram permanecer naquelas terras um novo desafio: o sustento de suas famílias. Como já mencionei anteriormente, a EMADÉ havia reservado aos trabalhadores alguns hectares de terras para a agricultura de subsistência. Nessas áreas as famílias que fizeram seus pequenos roçados, plantaram cará, banana, macaxeira e verduras (maxixe, cheiro verde, pimenta de cheiro). No entanto, mesmo com a existência destes, o principal meio de sustento dessas famílias vinha do salário que a empresa lhes pagava. E mesmos que essas famílias dispusessem de maiores roçados, com maior abundância de produtos cultivados e fossem colhidos e vendidos na cidade, ainda assim, estes teriam enfrentado grandes desafios. É o que demonstrarei nos parágrafos a seguir.

Após as fracassadas tentativas de expulsão, os agentes que decidiram tocar suas vidas nas terras onde à empresa havia se instalado, agora tinham novas preocupações, seria necessário enfrentar uma nova etapa dessa resistência. Para garantir a permanência nas terras, foi preciso realizar o plantio de novas roças e dessa vez bem maiores. Agora não se tratava somente de agricultura de subsistência, naquele momento foi preciso plantar para escoar parte dessa produção. Enquanto esperaram a nova safra, Marcela diz que a alimentação de sua família ficou

restrita a caça e a pesca, estes dois itens eram consumidos juntamente com o cará ou a macaxeira. Para ter farinha era preciso vender o pouco que ia sobrando do antigo roçado. A produção de farinha ficou inviável por dois motivos: não se tinha um plantio da mandioca e mesmo se esse existisse não haveria como fazer a farinha, pois ninguém disponibilizava de um forno para a fabricação desta.

Chegar até Tefé para vender o que plantavam exigia um esforço enorme. A estrada que a empresa havia construído terminava bem onde estes estavam assentados. Ou seja, esta só seria útil se resolvessem levar a produção via transporte fluvial, e mesmo assim era necessário andar 11 quilômetros com a produção nas costas, até chegar à beira da estrada que dá acesso ao Rio Solimões. Mas como na maioria das vezes não se tinha dinheiro para pagar um barco ou uma canoa para escoar os produtos até Tefé, a única alternativa era carregar essa produção a pé até o centro da cidade. Esse trajeto durava um dia inteiro, no dia seguinte vendiam seus produtos e retornavam á comunidade, no total esse percurso somavam três dias.

Seu Pedro irmão gêmeo do seu Paulo, que na época encontrava-se morando em Manaus ficou sabendo dos problemas que seu irmão estava enfrentando e resolveu ir visitá-lo. Seu Pedro chegou logo após a falência da EMADÉ. Ele diz que ficou imensamente triste ao ver a situação difícil que o seu irmão e os demais estavam vivendo.

O meu irmão Paulo ficou em uma calamidade (...). Muito pesado, muito longe. Gastava dois dias, um pra ir outro pra voltar, pra ir buscar a manutenção pra cá pra EMADÉ, até eu mesmo ainda fui com ele. Teve um tempo que nem a castanha deu dinheiro, que era a produção daqui, as castanhas foi tudo derrubada e assim foi (Seu Pedro, 78 anos, Caixana).

Nessa época a estrada da Emade a gente andava todo tempo a pé, não tinha veículo nenhum pisava na lama todo tempo. A nossa produção a gente levava nas costas ou no burro que tinha aqui. O burro até um dia se zangou comigo e jogou toda minha produção, pisou tudo, o bicho não se deu comigo, era muito brabo... (Seu Pedro, 78 anos, Caixana).

Era uma coisa muito triste levar o produto daqui pra Tefé e até o Repartimento, gastava sete horas com o produto na costa. (..) o povo aqui tinha muita vontade de trabalhar mas não tinha como levar a produção (Seu Pedro, 78 anos, Caixana).

Depois de dois ou três anos, algumas das famílias que haviam continuado nas terras resolveram deixar a EMADÉ. A dificuldade para a escoação da produção foi vista por Geceoglâneo como um fator que mais pesou para essa decisão. Além deste, o não acesso a escola e a saúde também contou para que muitos destes não permanecessem ali.

Alguns que estavam no alojamento ficaram ainda uns dois, três anos, mas aí não tinha como... assim, um acesso rápido na cidade. Era muito fechado para nós aqui, só mesmo quem... assim né, só quem era acostumado a tá num ambiente muito tempo, como pra cá assim, pra ir pra Tefé são mais de 16 quilômetros. Quem aguentava

mesmo aqui, era nós que sabia viver praticamente no meio da mata né. Sabe como viver, plantar, tirar, como sair daqui pelos igarapés. Nós fizemos muito igarapé pra sair. A pessoa que vive muito em área isolada sabe como tirar sua produção. Aqui não tinha estrada. Tinha essa estrada, mas era muito longe pra sair com a produção. O jeito era abrir igarapé, limpar o igarapé todinho pra gente poder sair com a produção. (Geceoglâneo Carvalho, 37 anos, Agente Indígena de Saúde). .

Diante de tantas dificuldades, esses agentes decidem buscar ajuda junto a Prefeitura de Tefé na pessoa do antigo prefeito Hélio Bessa. Dentre as demandas contava o acesso á saúde, á educação e um meio de transporte para a realização da escoação de seus produtos, além de um forno para torrar farinha. Dentre as demandas o prefeito concedeu a estes o forno de farinha e um burro juntamente com uma carroça para o transporte da produção.

Seu Paulo afirmou que as outras reivindicações lhes foram negados, já que não estavam organizados como uma unidade política. A partir de então, esse grupo de agentes têm um novo desafio: tornar-se uma unidade política, reconhecida pelo Estado, para efeito de implantação de políticas públicas. Na prefeitura lhes foram pedidos todos os nomes e documentos das pessoas que estavam nessa área, além da indicação de um desses nomes para ser o representante da comunidade.

Antes de comparecem a prefeitura, foi realizada várias reuniões para a indicação de um nome para representar o grupo. Dentro do grupo foi votado que o seu Paulo seria a pessoa que os representaria. Também foi preciso pensar em um nome para ser dado à futura comunidade, que até então era chamada de Agrovila da EMADE, e ainda hoje é esse o nome que está na placa na entrada da comunidade.



Figura 7 Placa de entrada da comunidade indígena Projeto Mapi. Foto Quezia Martins, 31 Jan. 2014.

Foi somente em 1995, ou seja, quase cinco anos depois da falência da empresa que essa localidade foi elevada à comunidade e recebeu o nome de Projeto Mapi. No mesmo ano a comunidade foi contemplada com a escola. Ressalto que a comunidade ainda não havia sido pedida como indígena. Quando perguntei o porquê da escolha do nome, seu Paulo começou a contar sobre a vida de um grande amigo do seu pai, cujo nome era Mapi.

Segundo seu Paulo, o Mapi era um índio Caixana que assim como ele e seu pai, também morou na comunidade Mapari, situada no rio que leva o mesmo nome, afluente do rio Japurá. Seu Paulo afirmou, que o Mapi morou por muitos anos na comunidade e que seu pai e ele eram grandes amigos.

O Mapi a gente conheceu, ele era do nosso povo, ele saiu de lá de águas a baixo quando o meu pai veio, porque tiveram uma briga, uma desavença entre o povo indígena contra indígena mesmo. O Mapi (...) era o nosso conterrâneo, aí pro final ele já veio morar aqui com a gente (na comunidade).... (Seu Paulo, 78 anos, Caixana).

Nas narrativas seu Paulo afirmou que o Mapi, juntamente com o seu pai não eram vistos com bons olhos na cidade de Tefé, pelo fato destes serem índios.

...o meu pai não era reconhecido com ele (se refere ao Mapi) em Tefé, e criou-se com um senhor que acolheu ele (Mapi), Túlio Azevedo, que era o prefeito, permaneceu muitos anos aqui, morreu aqui... (Seu Paulo, 78 anos, Caixana). ...naquele tempo o índio não tinha vez, (...) o índio era subordinado, ele não tinha a vez dele. E hoje em dia a gente já tem, graças a Deus. Agora eu tenho um bem estar no meio do meu povo, o reconhecimento. Nós já temos a política indígena... (Seu Paulo, 78 anos, Caixana).

...ele estava muito doente. Ele não tinha ninguém, ele nunca teve família, o Mapi. Todo tempo ele foi sozinho, aí o meu pai acolheu ele, depois passou a morar com o prefeito que era o daqui de Tefé, o Túlio Azevedo. Ele morreu depois. Nós colocamos esse nome de Projeto Mapi, por causa da pessoa dele, foi concluído esse nome né. Projeto porque teve esse Projeto de crescer e Mapi porque é uma homenagem a ele (Seu Paulo, 78 anos, Caixana).

Geceoglâneo, um dos filhos do seu Paulo, também comentou acerca do índio Caixana chamado Mapi:

(...) meu avô conhecia ele também (...) ele foi um indígena que viveu bastante tempo em Tefé, muita gente conheceu ele, muita gente tinha preconceito com ele. Até mesmo um tempo desses, a mulher falou lá na lotérica: ah, eu conheci muito o Mapi. Ele era um índio bem baixinho né?

Ele era bem baixinho mesmo, a gente brincou muito. Quando a gente brincava aqui bem novinho, ele corria atrás de nós.

Em 1997 a Prefeitura de Tefé inicia a abertura da estrada da EMADÉ, e nesse mesmo período, autorizou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tefé – STRT fazer a distribuição dos lotes de terras para várias famílias. A pavimentação da estrada só foi concluída entre os anos de 2007 a 2008. Juntamente com a abertura da estrada, surgiram também os balneários,

chácaras, fazendas, bares e comunidades não indígenas. A construção e pavimentação da estrada resultaram em conflitos entre a comunidade Projeto Mapi com os demais agentes sociais do seu entorno.

Como eu to dizendo, logo no inicio éramos um grupo de 15 famílias que tava e trabalhava nas suas áreas por ali, não tinha local decidido, um trabalhava ali, outro pra cá, fazia uma rocinha ali.

Ai quando saiu essa estrada ai, ficou mais dificultoso, porque o pessoal... uns que trabalhava antes e que sabia que tinha essa área pra cá, ai diziam que era do banco mundial, que era do Estado, ai diziam que ninguém é dono aqui e que ninguém pode tirar documento, tem gente que tira documento ilegal, mas a gente sabe que não pode tirar. Mas assim mesmo o pessoal tirava, o pessoal vivia motivando os outros e virem pra cá mesmo (Geceoglâneo, 37 anos, Agente Indígena de Saúde).

(...) teve uma época que logo quando abriu a estrada né, ainda não tinha asfalto nem nada, ai tava tendo acesso na cidade, o pessoal entrava muito pra cá, iam fazer caçada aí, matavam muito bicho. Eles vinham só pra comercializar, matavam e iam embora comercializar na cidade. Então, abriu esse acesso da cidade pra cá, então começaram a andar e ver terra. Naquele tempo só a gente vivia aqui, pouca gente aqui, pouca gente ali. Então o pessoal foi criando olho em cima da terra, teve um tempo ai que veio um grupo de pessoas que começaram a botar fogo na beira da estrada, começando a tomar posse daqueles pedaços de terra (João, 37 anos, Caixana, agricultor).

Segundo Geceoglâneo e João, foi a partir da abertura da estrada e do surgimento de novas propriedades no entorno que os agentes sociais da comunidade se mobilizaram e pediram a demarcação da área como terra indígena. A construção e pavimentação e posteriormente, a instalação de luz elétrica na estrada gerou a valorização progressiva das propriedades imobiliárias nessa área. Nesse momento os conflitos se acentuaram ainda mais. Os novos agentes sociais do entorno da comunidade Mapi começaram a questionar a identidade indígena do grupo e afirmaram que o pedido de demarcação destes seria uma forma de ganharem essas terras. Foi somente em 2004 que o pedido de reconhecimento enquanto terra indígena foi homologada.

João e Geceoglâneo contam que por diversas vezes foram ter com os agentes que adquiriram terras que estavam dentro da área de uso da comunidade. Sempre que surgia um novo “proprietário”, a comunidade se reunia e ia até este para informar a situação da terra. Segundo eles, sempre que isso ocorria, esses novos “donos” apresentavam documentos de compra e venda do terreno. No entanto, eles afirmam que atualmente não “batem mais de frente” com essas pessoas, pois estão sempre sofrendo ameaças. A escolha pelo não confronto se dá pela necessidade de trafegar pela estrada e caso “batam de frente” com esses “proprietários”, eles

correm o risco de terem que encontrar uma nova alternativa para chegar até Tefé, já que podem ser coagidos ao utilizarem a estrada como via de acesso até a cidade.

1.2.2. Acionando a identidade indígena

As primeiras famílias responsáveis pela formação da comunidade indígena Projeto Mapi, são provenientes do rio Japurá, rio Mapari e rio Jandiatuba⁷. Todos eles são afluentes do alto curso do rio Solimões. No mapa abaixo inseri um triângulo para sinalizar cada um dos rios citados acima. Ressalto que esses locais são indicados como locais de nascimento ou como um local em que se viveu durante muitos anos e se constituiu família. Antes de mudarem para Tefé, a maioria deles residiu em outras localidades além das marcadas no mapa. Além de virem de locais diferentes, os agentes indígenas responsáveis pela formação da comunidade, também são de grupos diferentes, como Cocama, Caixana e Ticuna.

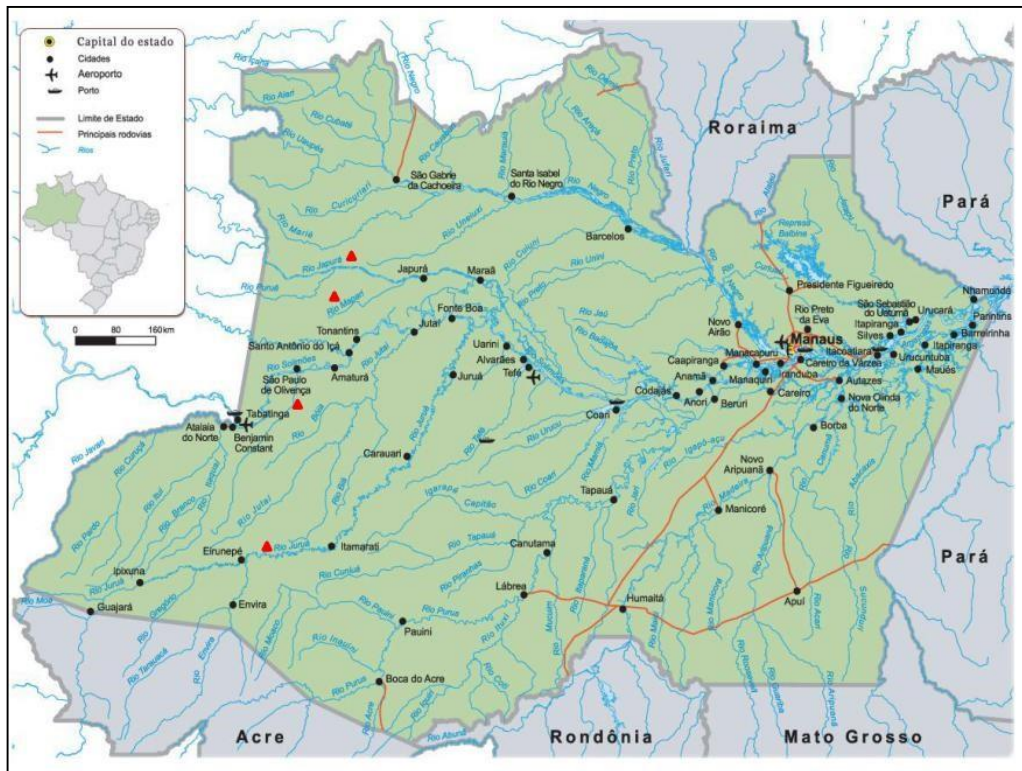


Figura 8 mapa político do Amazonas. Fonte: <http://www.guiageo.com/amazonas.htm>

⁷ O rio Jandiatuba é um afluente do alto rio Solimões e está localizado próximo ao município de São Paulo de Olivença. No mapa ele não aparece escrito, no entanto, indiquei sua localização com um triângulo.

Nas narrativas desses agentes notei algo muito recorrente: a principal forma de afirmação é ser índio, antes de ser pertencente a um grupo específico; o etnônimo aparece em detrimento da matrícula realizada na FUNAI, que precisa ser escolhido pelos agentes da comunidade. Quando perguntei a esses agentes como eles se auto identificavam, todos eles, com exceção do seu Paulo e seu Pedro (que sempre se identificaram como Caixana), afirmaram que eram indígenas. Na sequência perguntei a que grupo indígena eles pertenciam, só aí, eles passaram a evidenciar a etnia do grupo que haviam acionado para a realização da matrícula na FUNAI, no caso Caixana. Isso fica evidente nas narrativas da dona Augustinha, Marcela, João e Antônia. Todos esses agentes evidenciam em suas trajetórias um pai, uma mãe, irmãos, um avô ou uma avó, vivo ou morto que era Cocama do Peru, que é Ticuna do alto Solimões, ou apenas indígena que falava uma língua, não recordando a que grupo o pai ou a mãe ou avós pertenciam. Marcela em sua narrativa afirma que a escolha de sua identidade enquanto Caixana está vinculada a seu esposo Geceoglâneo e a família deste, que são Caixana. No entanto, ela afirma que seu pai e seus irmãos e irmãs são todos Cocama. Assim como a Marcela, a identidade étnica de dona Augustinha está vinculada a identidade Caixana de seu esposo Paulo. Em suas narrativas ela estava sempre recorrendo a sua avó e mãe Cocama que falavam castelhano. No caso do João, ele afirma que seus pais são Ticuna do Japurá e que sua identidade enquanto Caixana está vinculada à mobilização da comunidade na luta pela terra. A identidade da Antônia enquanto Caixana também se dá a partir da relação com seu esposo Sidney Brandão e sua família. No caso da comunidade indígena Projeto Mapi, a escolha de um etnônimo ofusca as diversas origens indígenas que esses agentes conseguem traçar.

Desde o início desta pesquisa, pessoas de fora da comunidade chegaram até mim, negando a identidade indígena dos agentes sociais da comunidade Mapi. Com frequências pessoas da cidade e dos arredores da comunidade me falavam: tá sabendo né, que aquelas pessoas não são “índios de verdade”? Sempre fui questionada por agentes de fora da comunidade a respeito da identidade desse grupo e ao passo que esses sujeitos contrários à demarcação argumentavam que os indígenas da região teriam desaparecido, estes também denunciavam o “falseamento” operado pelos agentes da comunidade indígena Projeto Mapi. Estes questionavam a falta de uma língua indígena, adereços indígenas entre outros sinais, que julgavam fazer parte de uma identidade indígena “verdadeira”. Atribuem às causas do pedido de reconhecimento indígena e demarcação da terra, como sendo “puro oportunismo”, assim, esses “falsos índios” estavam apenas interessados nos recursos (auxílios, “benefícios” aposentadorias) que o Estado poderia destinar a eles. A negação/construção da invisibilidade da

identidade étnica dos indígenas do Médio Solimões tem raízes no passado como procurei demonstrar no início desse capítulo.

Em sua narrativa, Sr. João afirma que por diversas vezes pessoas de fora da comunidade já lhe disseram que ele não é “índio de verdade”. Geceoglâneo conta que um de seus colegas ficou admirado quando ele disse ser indígena. Segundo ele, a reação deste veio com a seguinte pergunta: “e quando foi que tu virou índio”? Em resposta ele afirmou: “não é porque a gente quis virar índio, mas já veio desde lá, das raízes, que as pessoas eram índio”.

“A pessoa não vira índio, nasce índio. O que ela faz é se reconhecer como indígena, buscar a sua origem, tomar conhecimento”.

Em contrapartida a esses argumentos, as narrativas desse grupo de Caixana são repletas de ferramentas que acionam uma identidade indígena, essas são pautadas em uma ancestralidade que vem desde os avós e bisavós entre outros parentes consanguíneos. Referiam-se com frequência à cerca das características de seus antepassados para reafirmar uma identidade étnica constantemente posta em questão. As memórias desses Caixana estão povoadas por pais, mães, avós e bisavós que eram “índios mesmo”, que falavam na língua, de baixa estatura, pernas grossas, cabelo preto e liso, que comiam jacaré. Essas características físicas e o hábito alimentar foram apontados por esses agentes como importantes elementos da identidade indígena.

No Médio Solimões, os agentes sociais que atualmente tem reivindicado ao Estado o reconhecimento de sua identidade indígena, já passaram por diversas categorias, estes já foram categorizados como ribeirinhos, agricultores, pescadores. Esses grupos que vêm se mobilizando na luta pela legitimação de sua identidade étnica são categorizados como “povos indígenas emergentes”. Foucault (1977), afirma que “a emergência é a entrada em cena das forças; é sua interrupção, o salto pelo qual elas passam dos bastidores para o teatro, cada uma com seu vigor e sua própria juventude” (p. 16). Dentro do contexto do Médio Solimões, o termo procura dar conta daqueles grupos que transitaram entre diversas formas de classificação por parte do Estado ao longo da história, e que de uns tempos para cá decidiram se tornar ativos na afirmação e defesa de sua condição indígena (Santos e Souza, 2012).

Quando perguntei ao Geceoglâneo se todos os agentes sociais da comunidade Mapi são indígenas, ele disse que não, pois segundo ele, todo ano na época da cheia dos rios, a comunidade recebe muitas pessoas que procuram abrigo na comunidade. Segundo ele esses são pescadores, agricultores, mas que, no entanto, são parentes que ainda não “reconheceram sua descendência indígena”. Segundo Santos e Souza (2012), no Médio Solimões, agentes sociais

que se encontram dentro das categorias como ribeirinhos, agricultores, pescadores, são indígenas em potencial. A respeito desta questão, Arruti (1997) afirma que as classificações pelas quais as populações indígenas já transitaram estiveram historicamente relacionadas às vontades políticas de domínio e controle social. Quando esses sujeitos políticos orientados a enfatizar sua alteridade se apresentam perante o Estado, eles têm seu ressurgimento contestado.

Quero deixar claro que considero válidas as discussões acerca da emergência indígena, ainda mais se tratando da região do Médio Solimões, visto que os pedidos de reconhecimento indígena em paralelo com pedido de demarcação de terras nessa área só têm aumentado. E mesmo diante desse aglomerado de demandas, ainda são poucas as pesquisas que tratam desse fenômeno na região em estudo. Só para lembrar, no início desse trabalho, pontuei alguns autores que de alguma maneira já se debruçaram sobre essa temática. Mas o que busco explicitar, é que, partindo da minha experiência com os interlocutores desta pesquisa, não irei chamar de emergência indígena o processo que estes vêm protagonizando na luta pelo reconhecimento de sua identidade indígena. Para me referir a esse processo, irei usar o termo acionar.

O termo acionar é usado pela antropóloga Priscila Faulhaber (1987) em sua obra intitulada “O navio encantado: etnia e aliança em Tefé”. A autora fez uma etnografia dos conflitos territoriais envolvendo os Miranha do Miratu e Méria, os Mayoruna do Marajaí e os Cambeba do Jaquiri. Ela demonstra, em quais situações esses grupos travavam conflitando entre si e como esses mesmos, se uniam para irem contra os interesses dos patrões e barcos pesqueiros. Em seu trabalho, o termo acionar está ligado ao posicionamento desses primeiros em relação a esse último. Segundo a autora, esses grupos em confronto com esses patrões, acionavam suas identidades indígenas e assim, “estabeleciam estratégias visando sua afirmação econômica e política” (p. 202). Em se tratando do termo emergência, Faulhaber usa este para pensar o surgimento da mobilização do movimento indígena na região do Médio Solimões, ou seja, a “emergência do movimento indígena”.

No Projeto Mapi, o que impulsionou a retomada da identidade indígena por parte dos agentes sociais da comunidade, foi o sentimento de perda de sua área de uso. Pode-se dizer evocando Foucault, que os sujeitos em questão “[...] ganharam uma consciência muito mais concreta e imediata das lutas. ” (FOUCAULT, 1979:9). As experiências desse coletivo constroem um discurso em torno de “problemas sociais” específicos. Estes se articularam com o movimento indígena da região, na busca por seus direitos afirmados sempre nas relações de parentesco e afinidade, para uma atuação mais protagonista. Mesmo antes de reafirmarem a sua

identidade indígena, esses agentes sociais já estavam inseridos em uma rede complexa de parentesco que se estende desde o Médio Solimões até o Alto Solimões. Dessa rede participam não só comunidades indígenas, comunidades não indígenas também compõem essa complexa rede.

Quando os agentes sociais da comunidade indígena Projeto Mapi se apresentam (re)afirmando-se como indígenas e passam a reivindicar o reconhecimento dessa identidade, juntamente com o direito à terra, estes se posicionam como sujeito do qual Foucault se refere. Segundo o autor, esse sujeito toma a palavra e fala, se apropria do discurso e fala da sua própria história, surge então uma narrativa em torno de um “eu” e de um “nós”. Essa apropriação altera a localização do poder produzindo um novo discurso. Nesse momento quem tem a fala são esses sujeitos, estes através da tomada de consciência se apropriaram da sua própria história e têm se posicionado como sujeitos de direito. Nesse sentido, o autor afirma que o sujeito é construído a partir da situação histórica na qual se encontra.

[...] A história contínua é o correlato indispensável à função fundadora do sujeito: a garantia de que tudo que lhe escapou poderá ser devolvido: a certeza de que o tempo nada dispensará sem reconstituí-lo em uma unidade recomposta: a promessa de que o sujeito poderá um dia – sob a forma da consciência histórica –, se apropriar, novamente, de todas as coisas mantidas a distância pela diferença, restaurar seu domínio sobre elas e encontrar o que se pode chamar sua morada. [...] O tempo é aí concebido em termos de totalização, onde as resoluções jamais passam de tomadas de consciência (FOUCAULT, 2010:14).

Como já vimos no início deste capítulo, a emergência do movimento indígena no Médio Solimões está relacionada ao trabalho da Prelazia de Tefé na década de 1970 e ao CIMI e a partir desse processo surge formação de comunidades tanto indígenas, como não indígenas. A maioria das terras indígenas demarcadas na região do médio Solimões está vinculada a esta mobilização, com exceção da TI Méria e TI Miratu. Méria (Miranha) está situada no município de Alvarães e foi demarcada pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em 1929 (Faulhaber, 1987:37). A TI Miratu (também Miranha) está situada no município de Uarini e foi demarcada em 1982 pela FUNAI, no entanto, foi somente em 1991 que esta teve sua demarcação homologada (Faulhaber, 1987, p.37-39). Já as demarcações da TI Marajaí (Alvarães), TI Jaquiri (Maraã) e TI Barreira da Missão (Tefé) ocorreram em 1987, a partir da mobilização indígena para reconhecimento de seu território e de sua identidade (Faulhaber, 1992:7).

A partir desse movimento, no Médio Solimões, ocorreu a valorização e a politização da figura indígena e conseqüentemente do movimento indígena que ali emergiu, ou seja, o que ocorreu foi a emergência de uma mobilização da identidade indígena. A partir desse movimento,

surtem as demandas por reconhecimento identitário e demarcação de comunidades como terras indígenas.

Aqui retomo o episódio em que o amigo do Geceoglânio o questionou a respeito de sua identidade e lhe perguntou se ele teria “virado índio”. Em resposta Geceoglânio afirmou: “não é porque a gente quis virar índio, mas já veio desde lá, das raízes, que as pessoas eram índio”. “A pessoa não vira índio, nasce índio. O que ela faz é se reconhecer como indígena, buscar a sua origem, tomar conhecimento”.

Refletindo acerca da fala de Geceoglânio, me fez pensar a questão do “passar para indígena” termo que aparece na dissertação de Souza (2011) e na tese de Silva (2015). Segundo os autores, o passar para indígena na região do Médio Solimões, faz referência a um agrupamento ou comunidade que “decidiu” reivindicar a sua identidade indígena. Souza (2011:16), afirma que “o passar para indígena em uma comunidade é um processo que envolve a escolha de um etnônimo, reconhecimento entre seus pares (outros parentes indígenas e lideranças do movimento indígena) e matrícula dos moradores na FUNAI”.

Na tese de Silva (2015), Raimundo Arantes, um de seus interlocutores, deixou claro que “porque o que “passa” não são as pessoas, mas a terra que ganha o significado de Território Indígena” (p. 301). Segundo a autora, não foram os agentes que “passaram para índio”, pois estes “já tinham esta condição antes de se organizarem na “luta” pela terra” (p. 301). Os agentes da comunidade indígena Projeto Mapi, em nenhum momento utilizou o termo para dizer que eles ou a comunidade teriam passado para indígena, no entanto, foi recorrente a afirmação de que eles são indígenas, pois seus avós, pais, tios assim foram e que, portanto, eles também são índios. Assim, como os interlocutores de Silva (2015) tinham consciência de sua condição indígena, os interlocutores com os quais dialoguei também tinham tal consciência. Nesse momento, em defesa do território o que emergiu foi o “estado das forças”, o “lugar de confronto” entre “os adversários que não pertencem ao mesmo espaço” (Foucault, 1977: 16).

Dentro de um contexto propício, esses agentes passaram a acionar a identidade indígena, e aqui me alinho às ideias de Faulhaber (1987), quando ela afirma que “a manifestação de uma identidade étnica, (...) não pode ser dissociada de seu conteúdo político” (p. 203). Sendo assim, o acionar da identidade indígena, pelos agentes da comunidade Projeto Mapi, é uma estratégia e exercício da possibilidade da ação política, buscando assim, um caminho alternativo para a defesa de seu território e autonomia. O acionar de uma consciência étnica, foi vista como uma

alternativa e estes agiram a partir dessa oportunidade que só se tornou possível a partir de um contexto regional propício.

Quando esses agentes passaram a acionar a identidade indígena, eles estavam também exercendo uma crítica social, estavam indo contra a ideia da não existência de indígenas na região do Médio Solimões e daí então iniciaram o processo de politização de sua identidade.

Acionar essa identidade indígena, como vimos nos parágrafos anteriores, nem sempre foi possível. Em uma das falas de seu Paulo, 78, o ex-tuxaua da comunidade indígena projeto Mapi, afirmou “[...] naquele tempo o índio não tinha vez, (...) o índio era subordinado, ele não tinha a vez dele. E hoje em dia a gente já tem. Graças a Deus, nós já temos a política indígena [...]”.

Para os agentes da comunidade indígena Projeto Mapi, a atuação no movimento indígena significa não apenas a possibilidade de reivindicação de direitos, mas também a retomada da dignidade, “derivada da experiência de participação política mediada pela influência das organizações etnopolíticas que contribuiram para dignificar o elemento étnico e para dar um sentido positivo à condição indígena” (Bartolomé, 2006:57). Silva (2015), afirma que é justamente essa demarcação de natureza política que ela tem considerado como critério aglutinador de uma identidade coletiva, que se revela como categoria na região do Médio Solimões. Assim, segundo a autora, o movimento assume o fator étnico como forma de validar a diferença e a sua posição política.

Na comunidade indígena Projeto Mapi a educação diferenciada também é vista como um fator importante para a composição da afirmação étnica. Como já mencionado, a escola da comunidade foi fundada em 1995, Valcineide Curintima foi a primeira professora a trabalhar na escola. Logo no início a escola ofertava somente os primeiros anos do Ensino Fundamental (1º a 5º série) e funcionava na casa da própria professora. Até o término da pesquisa, a escola ainda encontrava-se instalada em um prédio improvisado, que anteriormente funcionou como o centro comunitário. Os agentes da comunidade indígena Projeto Mapi tiveram que encontrar um novo espaço para a escola, pois atualmente passou a ofertar o Ensino Fundamental completo (1º ao 9º ano) e a modalidade de ensino de Jovens e Adultos Primeiro Seguimento (1º ao 5º ano). Por esse motivo, a escola demandou um espaço maior, o antigo centro comunitário foi quem recebeu a nova acomodação da escola. No segundo capítulo, no qual tratarei das trajetórias de alguns dos agentes da comunidade, teremos a oportunidade de entendermos melhor a trajetória da escola dentro da comunidade a partir das experiências da Antônia Souza.

A escola não é utilizada somente pelos alunos, a comunidade de maneira geral transita com bastante frequência nesse espaço. O mesmo é utilizado para sediar tanto as reuniões da comunidade, como eventos maiores, como assembleias e outras reuniões que contam com a presença de agentes de fora da comunidade, além de receber as equipes de saúde indígena (médicos, enfermeiros e dentistas).

Logo após o reconhecimento da área como Terra Indígena no ano de 2004, o novo desafio seria a conquista da escola indígena e do professor bilíngüe para a comunidade. Em 2008 a escola da comunidade tornou-se escola indígena e passou a se chamar Escola Municipal Indígena João Hamilton, no entanto, ainda não tinha em seu currículo o ensino da língua materna. Os agentes passaram a exigir que os professores fossem da própria comunidade. Segundo eles, professores não indígenas não estão preparados para as demandas da escola e da comunidade. Dessa maneira, tem-se priorizado o contrato de professores de dentro da comunidade formados no Programa de Formação do Magistério Indígena⁸ e no curso de Pedagogia Intercultural Indígena⁹. A formação desses professores indígenas é tida como essencial para o fortalecimento da identidade.

Uma das principais reclamações dos agentes da comunidade em relação à educação escolar é a falta da oferta do Ensino Médio dentro da comunidade. Reclama-se muito a respeito dos alunos precisarem se deslocar até Tefé para cursar o Ensino Médio. Atualmente a prefeitura tem disponibilizado ônibus que atuam na condução desses alunos até Tefé. No entanto, nem sempre os ônibus conseguem chegar até a comunidade por conta da precariedade da estrada que liga a comunidade até a cidade. Em época chuvosa, a dificuldade é ainda maior. Por esse motivo, uma das alternativas encontrada por alguns dos pais, tem sido manter seu(s) filho(s) morando em Tefé com algum parente ou conhecido. Antônia afirma que isso tem se tornado um grande

⁸ Formação do Magistério Indígena tem como o objetivo assegurar condições de acesso escolar à população indígena e prover o ensino básico conforme legislação federal. O Governo do Estado por meio da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) é responsável por desenvolver e intensificar as ações do projeto Pirayawara, cujo foco é a formação e capacitação de professores indígenas. O projeto é executado pela Gerência de Educação Escolar Indígena da SEDUC e faz parte de uma série de ações que são desenvolvidas há mais de 15 anos. Sua meta principal é garantir aos povos indígenas uma educação diferenciada, específica, intercultural, bilíngüe, de qualidade e que responda aos anseios desses povos (informação retirada do Portal da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC).

problema dentro da comunidade, pois os pais não conseguem acompanhar a rotina de seus filhos dentro ou fora da escola. Segundo ela, isso tem facilitado o envolvimento de alguns dos adolescentes com o álcool e outras drogas ilícitas. Além do mais, o distanciamento das escolas da cidade com a realidade dos alunos da comunidade não contribui, segundo a Antônia, para a valorização da identidade indígena deste educando.

O ano de 2010 é tido pelos agentes da comunidade indígena Projeto Mapi, como o ápice das invasões ocorridas na área de uso da comunidade. Nesse mesmo ano, os agentes da comunidade bloquearam parte da estrada que dá acesso à comunidade. Segundo eles, uma multidão de não índios estavam colocando fogo e abrindo terrenos na área da comunidade. Os agentes da comunidade bloquearam a estrada por uma semana em protesto as invasões ocorridas. Segundo Geceoglâneo, foi a partir desse episódio, que a comunidade se fortaleceu ainda mais na luta pelo professor bilíngue. Na comunidade somente o seu Paulo, seu Pedro, e Orlânio falam Língua Geral, e a Elídia⁹ que fala Ticuna. Foi somente em 2014 que a escola recebeu professor bilíngue. As aulas atualmente são administradas pelo professor Orlânio, mas vale ressaltar que sempre que possível o seu Paulo estava ensinando os agentes que apresentavam interesse em aprender a falar a Língua Geral. A ideia de se ter o professor bilíngue está relacionada com a questão de fortalecer e oficializar essa demanda, pois as aulas bilíngues antecedem a figura desse professor.

Na escola Municipal Indígena João Hamilton, encontram-se matriculados os filhos dos agentes indígenas da comunidade e os filhos dos agentes que não são indígenas, mas que, no entanto, encontram-se morando dentro da área de uso da comunidade. Esses alunos não indígenas começaram a frequentar a escola antes da mesma se tornar indígena. Segundo Antônia, a conquista da escola indígena e do professor bilíngue, fez com que os agentes não indígenas que têm seus filhos matriculados na escola, passassem a acreditar na identidade étnica do grupo. Segundo ela, as aulas na língua causaram dúvida naqueles que negavam a identidade indígena dos agentes da comunidade Projeto Mapi.

No Projeto Mapi, os agentes indígenas enxergam na “língua um fator indicativo das expectativas impostas por fatores externos, como os critérios estabelecidos pela FUNAI, (...) até mesmo do Movimento Indígena, que capturam os critérios arbitrários de etnicidade,

⁹ Elídia Curintima é irmã da Marcela. Ela não participou das gravações das narrativas. Mas tive a satisfação de conhecê-la. Atualmente trabalha como professora bilíngue na TI Barreira da Missão.

baseados nos ideários sobre os indígenas” (SILVA, 2015:316). Partindo dessa perspectiva, os agentes da comunidade passaram a reivindicar uma educação diferenciada para a escola.

No ano de 2017 os agentes indígenas da comunidade Projeto Mapi apresentaram pela primeira vez uma dança indígena na Praça Remanso do Boto no município de Tefé e na TI Barreira da Missão. As letras das músicas são escritas e cantadas em Nheengatu e foram feitas pelo seu Paulo juntamente com o seu filho Orlânio, professor bilíngue e segundo tuxaua da comunidade. As músicas retratam a luta da comunidade e dos povos indígenas de maneira geral em defesa de seus territórios. As músicas também expressam gratidão e clamores. Seu Paulo tem ensinado à comunidade a música do Pássaro Jacu. Segundo ele, trata-se de uma música do grupo Caixana do alto Rio Solimões, e que aprendeu a cantá-la ainda pequeno. A música descreve os hábitos alimentares e a agilidade do pássaro, que apesar de uma estatura grande, movimenta-se com bastante agilidade na copa das árvores e no chão.



Figura 9 Dança apresentada na TI Barreira da Missão. Acervo pessoal de Geceoglâneo Brandão.

A dança dos agentes da comunidade indígena Projeto Mapi fez parte do cronograma de atividade em comemoração a Semana dos Povos Indígenas, realizada entre os dias 12 e 19 de Abril de 2017. Como parte do cronograma da Semana dos Povos Indígenas, foram organizadas palestras nas escolas, sessão na câmara de vereadores, participação em programas de rádio e ato público com caminhada pela cidade e apresentações culturais. A caminhada pela cidade de Tefé reuniu cerca de 300 indígenas dos grupos Cocama, Cambeba, Ticuna, Miranha e Caixana. Segundo o agente pastoral do CIMI, Fábio Pereira, os agentes indígenas que participaram do protesto carregavam consigo faixas e cartazes, reivindicando seus direitos, pedindo a

demarcação de suas terras e exigindo respeito dos representantes políticos do país para com as populações indígenas.



Figura 10 Foto Caminhada pela garantia dos direitos e pela vida indígena.
<https://www.facebook.com/caritasecimitefeamazonas/photos>.

Além desta mobilização, os Caixana também estiveram presente no 14º Acampamento Terra Livre – ATL, realizado entre 24 e 28 de abril de 2017 em Brasília, que teve como objetivo, “unificar as lutas em defesa do Brasil Indígena, além de reunir em grande assembleia lideranças dos povos e organizações indígenas de todas as regiões do Brasil para discutir e se posicionar sobre a violação dos direitos constitucionais e originários dos povos indígenas e das políticas anti-indígenas do Estado brasileiro (Fábio Pereira, Agente Indigenista). Segundo o agente, o momento da realização do ATL foi pensado pela União dos Povos Indígenas do Médio Solimões e Afluentes (UNIPI/M.S.A) como uma oportunidade para apresentar as demandas e as dificuldades enfrentadas pelos indígenas da referida região. Participaram do ATL cinco lideranças indígenas da região do Médio Solimões e afluentes: Marcela Caixana, município de Tefé, aldeia Projeto Mapi; Adriana Kulina da Aldeia Patati Bem, município de Carauari; professor Ton, Kanamari, município de Itamarati; Joaquim Naöb, município de Japurá, Aldeia Nova São Joaquim; Danival Kanamari, Aldeia São Francisco, município de Marañ. Uma nota ¹⁰ pública foi lida por Marcela Curintima, Caixana da comunidade Projeto Mapi. A nota se pronunciou contra os retrocessos que violam os direitos dos grupos indígenas assegurados pela Constituição Federal referentes à proteção dos grupos indígenas e à demarcação de suas terras.

¹⁰ Nota em Anexos

Nos últimos anos vivemos experiências políticas que confrontaram diretamente os movimentos sociais no país, entre eles, o movimento dos povos indígenas do Brasil. A política brasileira entrou em uma fase na qual não há possibilidade de vislumbrar os desdobramentos e as consequências dessa movimentação que exclui o diálogo com esses grupos e retira direitos até então considerados adquiridos. No atual contexto da política Brasileira, em vez de lutar por melhorias, o sentido da luta dos grupos indígenas passava a ser o de impedir retrocessos.

Em todas as mobilizações descritas acima, pude observar a participação dos agentes indígenas da comunidade Projeto Mapi. Acompanhei a todas via facebook, por telefone e e-mail. Por telefone, eu sempre fui informada pelos agentes da comunidade sobre o andamento das atividades realizadas dentro do movimento indígena. O CIMI também procurou manter-me informada acerca das ações protagonizadas tanto pelos agentes indígenas da comunidade Projeto Mapi como pelos demais grupos indígenas. O facebook foi uma das ferramentas mais utilizada para mobilização e transmissão dessas ações. Transmissões ao vivo, postagem de fotos e de vídeos, ofereceram um panorama da dimensão da organização e da luta incessante desses grupos indígenas em prol de seus territórios e em defesa de seus direitos reconhecidos constitucionalmente.

1.2.3. Questões de parentesco dentro e fora da comunidade

1.3. “Aqui nós somos tudo parente”

As questões de parentesco aqui suscitadas, não estão relacionadas a uma discussão de um parentesco clássico, o termo aqui utilizado busca dar conta das formas de articulação que os agentes indígenas da comunidade Projeto Mapi vêm engendrando nas redes de relações para o fortalecimento das ações da comunidade.

Desde as gravações das primeiras narrativas com os interlocutores da comunidade indígena Projeto Mapi, há uma fala que é constante: “aqui é todo mundo é parente”; “a gente tem parente em várias comunidades”; “quando a gente faz reunião descobre um parente lá de cima”. Essas falas estão sempre presentes nas narrativas desses indígenas. Outra fala que me fez pensar nesse tópico foi a seguinte: “as pessoas de fora da comunidade dizem que a gente não é índio, como que não, se nossos parentes todos são índios?”.

No Mapi há três núcleos familiares mais antigos, a família do seu Paulo, da Marcela e da Antônia. Dentro desses três núcleos temos diferentes ligações parentais como: filhos, irmãos, netos, primos. A comunidade apresenta laços de parentesco por consanguinidade e afinidade,

estes últimos se vinculam às parentelas locais através do compartilhamento de vivências e casamentos. Para elucidar este último, apresento algumas dessas uniões: A Aldecir dos Santos Carvalho, filha do seu Paulo e dona Augustinha, casou-se com o Leonilson Gomes Secundino, Miranha da comunidade indígena Cunhu-Cunhu. Já o irmão da Aldecir, Hugecinei Brandão de Carvalho, casou-se com a Silvana Gonçalves Neles, índia Mayoruna TI Marajaí, e para finalizar, a Patrícia de Souza Silva¹¹, irmã da Antônia, casou-se com o Evandro Santos, Cambeba da TI Jaquiri. No diagrama abaixo demonstro a união de alguns dos filhos¹³ daquelas famílias que formaram a comunidade.

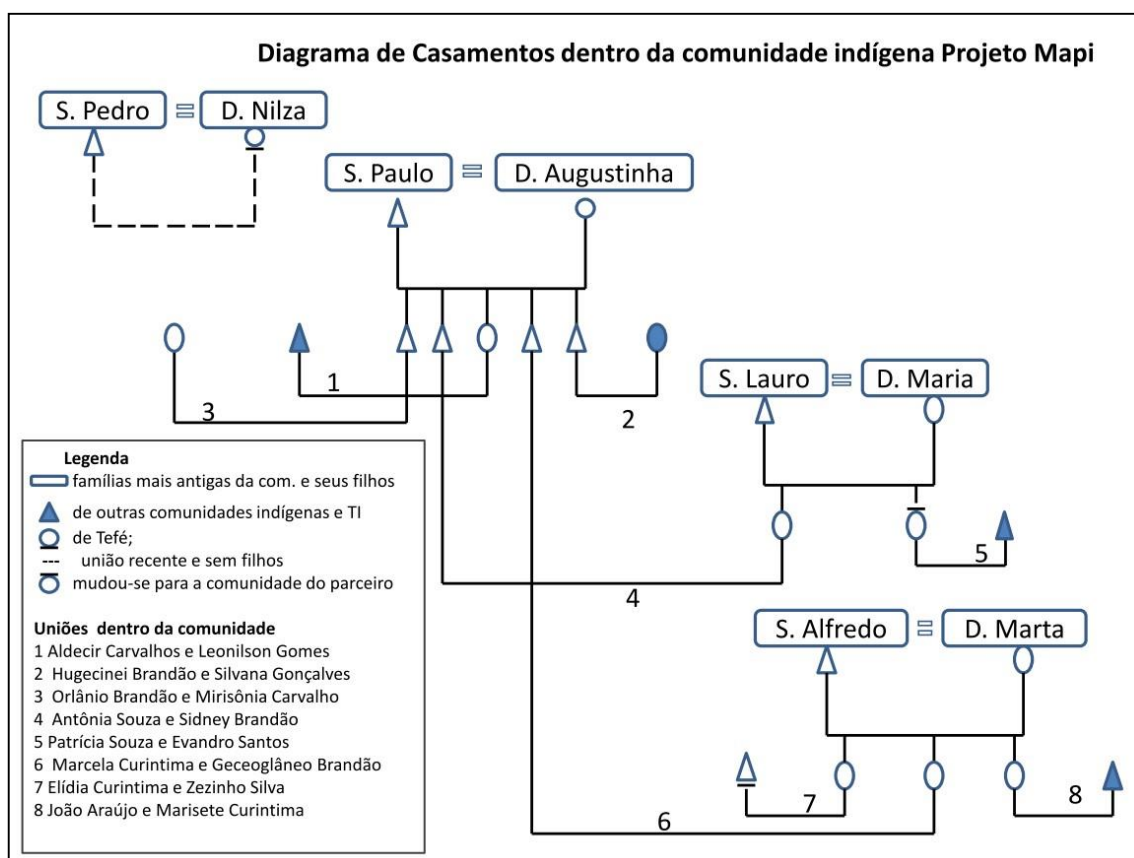


Figura 11 Diagrama dos casamentos de alguns dos agentes da comunidade indígena Projeto Mapi

Percebo uma lógica que têm favorecido a inclusão de famílias de fora para dentro da comunidade, temos aqui uma dinâmica na construção desses laços. Essa dinâmica mantém-se da relação da força da co-residência na construção do parentesco dentro da comunidade. Noto que a concepção de parente que a comunidade tem empregado não tem foco somente nos termos prescritivos, e sim nas relações que estabelecidas na comunidade. A efetivação e fortalecimento dessas relações não prescritivas na comunidade Mapi se fortalecem com a realização dos ajuris

¹¹ Quanto ao último caso de união, a Patrícia, foi quem passou a morar na comunidade do esposo.

¹³ Nem todos os filhos estão representados no diagrama.

para plantar e tirar mandioca, os ajuris para a produção de farinha e transportação para a feira. As mulheres além de participarem de todo esses momentos, desempenham uma atividade que é bem específicas delas: a produção de goma, farinha de tapioca e de bolo de massa. Esse momento é partilhado por mães, filhas, sogras, noras, netas. Essas partilhas dão formas aos vínculos ali construídos e também asseguram o direito de construir uma casa, abrir roças, pescar e caçar nas áreas de uso da comunidade.

Na comunidade Projeto Mapi tem-se um trânsito frequente de entrada e saída de agentes sociais. Esses agentes em geral estão em fluxo entre comunidades indígenas e não indígenas, sítios, TI, e a cidade. Muitas vezes a própria reprodução do grupo exige que alguns de seus membros migrem, sem com isso significar perda do território; ao contrário, suas vidas passam a ser multilocalis e seus territórios de vida e de trabalho descontínuos. No caso da comunidade Mapi, a territorialidade inclui: visitas a parentes, aliados e amigos em outras comunidades (sair para visitar, entrar para visitar), morar um tempo em outra comunidade, ou na cidade. As uniões matrimoniais que apresentei no parágrafo anterior dizem muito a respeito dessas idas e vindas dos agentes da comunidade indígena Projeto Mapi. Os agentes indígenas que casaram com indígenas de fora da comunidade construíram laços de parentesco com os parentes desses últimos. Sendo assim, é extremamente importante que esse novo núcleo familiar passe a visitar a comunidade da esposa ou do esposo.

Essas idas e vindas podem ser entendidas como estratégias de processos territoriais e consequentemente como maneira de fortalecer as relações existentes entre a comunidade indígena Projeto Mapi e as demais do Médio Solimões. Ao pensarmos que o território não pode ser compreendido fora das relações sociais, constataremos que essas relações têm organizado esse território, possibilitando o acesso a diversos territórios através dos deslocamentos desses agentes. Essa relação espalha parentes consanguíneos e afins por diferentes territórios, criando assim, uma rede em que cada pessoa está frequentemente implicada em vários lugares.

Durante as gravações das narrativas dos agentes da comunidade Projeto Mapi, eu sempre fui informada a respeito de algum parente que mora em uma comunidade indígena ou Terra Indígena¹². Essas colocações, não são aleatórias, elas têm alto grau de importância para a

¹² O termo comunidade indígena é usado pelos indígenas do médio Solimões para fazer referência às localidades que estão de alguma forma sendo atendidas pelo posto da FUNAI, mas que ainda não passaram pela perícia antropológica e demarcação de suas terras. O termo, portanto, faz menção aos assentamentos que passaram para indígena nos últimos anos. Já o termo aldeia fica reservado aos assentamentos mais antigos e com a situação da terra regularizada (Lima; Souza, 2006).

construção da identidade indígena e da mobilização política desses agentes. Áreas já demarcadas como terra indígena (TI) tem um papel importante nesses processos de luta pela demarcação, elas servem de apoio para aquelas que estão na luta pelo reconhecimento. Ter um parente em uma terra já demarcada significa contar com o apoio e o reconhecimento deste e isto é usado como ferramenta de reivindicação e demarcação de terra (Souza, 2010).

A lógica do parentesco não implica somente em aproximar os co-residentes, ela também implica no reconhecimento indígena. Segundo Santos e Souza (2012), o passar para indígena em uma comunidade é um processo que simultaneamente produz e é produto de relações e alinhamentos políticos. De acordo com Santos (2010), no Médio Solimões a decisão de uma comunidade em alinhar-se à questão indígena parece ser informada por uma história local firmada pelo parentesco, pela mobilização política de algumas famílias residentes na comunidade, e também pelo estabelecimento de relações próximas com lideranças indígenas e com moradores de áreas indígenas reconhecidas.

Nesse momento quero chamar a atenção para outro uso do termo “parente”. Durante as gravações das narrativas dos agentes da comunidade indígena Projeto Mapi, observei que o termo é usado para se referir a diversos tipos de relações. O termo parente não se designa somente para os laços de consanguinidade ou afinidade socializados dentro da comunidade. Quando esses agentes empregaram o termo parente, procurei sempre saber a quem estavam chamando como tal. A fala “participando da reunião com os parentes” foi empregada sempre que estiveram narrando a respeito de alguma atividade do movimento indígena. Notei que o termo também é usado para se referir ao outro indígena que encontra-se engajado na luta dentro do movimento indígena. Ou seja, o parentesco não é formado somente ou unicamente através da consanguinidade ou das relações de co-residência. O parente pode ser aquele que tem lutado lado a lado. A comunidade Mapi vem incorporando essas relações com as demais comunidades através das Assembleias Gerais das comunidades indígenas do município de Tefé, União dos Povos Indígenas do Médio Rio Solimões e Afluentes - UNIPI - MSA de Tefé e do movimento indígena.

É participando dessa rede de relações, que os agentes sociais da comunidade indígena Projeto Mapi têm se engajado na luta pela demarcação de suas terras e buscas por direitos. Participar dessa rede legitima esse grupo em todo esse processo. Nesse sentido, a atuação dentro do movimento indígena tem tornado possível a articulação desses agentes para garantir a

efetivação de seus direitos à revelia da negligência de diversas instâncias do Estado no médio Solimões. E é justamente nessa participação política que se forma o campo dos possíveis.

A dimensão sociológica e, claro, simbólica, escapa ao entendimento da territorialidade, como sendo apenas uma “questão fundiária”. Esse fato explica por que o Estado Nação tem dificuldades em reconhecer territorialidades existentes no seu interior construídas e regidas por outras lógicas que não a propriedade individual, mas pela lógica do pertencimento e do parentesco, por exemplo.

Capítulo 2: Memórias, experiências e narrativas

2.1. O Uso das narrativas na construção do território

Desde o século XVI até o século XIX, os indígenas do Médio Solimões eram descritos por viajantes e naturalistas como se fizessem parte da natureza. Eles destacavam as potencialidades da região e faziam descrições inclementes sobre os povos indígenas da Amazônia. “É preciso perceber que esse discurso é algo historicamente dado e que de maneira alguma se prestou apenas a essa região e a seus habitantes” (OLIVEIRA, 2010, p. 22). Os livros de viagens eram extremamente divulgados no século XIX em países como França, Inglaterra e Alemanha. Conhecida como *Bibliothèque Universelle des Voyages*, a obra é constituída de mais de 200 títulos sobre a América e regiões como África, Índia e Oceania. Foi um gênero de conhecimento importante para a expansão colonial europeia que vivia o seu auge. Em 1800 as potências europeias controlavam 35% da superfície do globo e, em 1914, 85% (OLIVEIRA, 2010).

As descrições dos naturalistas e viajantes falam basicamente de alianças, conflitos, localização geográfica, população e fontes de exploração econômica. Por que os viajantes estavam interessados nestas informações? Independentemente das diferenças do olhar entre um e outro viajante, nota-se que todos eles correspondiam à necessidade crescente da Europa esquadrihar o globo, colhendo informações geopoliticamente estratégicas para a expansão colonial. Além disso, observavam também “características pitorescas”, “curiosidades exóticas”, que tinham o papel de confirmar a visão dominante de que se tratava de povos primitivos. São visões dos povos indígenas e da Amazônia que tiveram profunda influência na própria escrita da história do Brasil (OLIVEIRA, 2010, p. 22).

Segundo João Pacheco de Oliveira (2010), com a Independência do Brasil era necessário fazer um levantamento de fontes a fim de construir de forma sistemática uma memória que inventasse o Brasil. Nesta, os indígenas foram confinados aos capítulos iniciais do “descobrimento”. Dificilmente apareciam nas histórias posteriores e, quando eram abordados, era como símbolos do primitivismo e da simplicidade. Os povos indígenas da Amazônia, por sua vez, foram colocados como os mais simples dos primitivos.

A nova historiografia, através do método da História Oral, tem possibilitado o diálogo com aqueles que não aparecem no registro documental, proporcionando a recuperação da história dos grupos em pequena escala. Esta se dá a partir dos relatos construídos ao longo do trajeto pessoal de cada agente, os quais, embora parciais, têm profundidade e contornos morais

ligados à subjetividade (Thompson, 1992). Como contrapondo à história dominante, que legitima a opressão, a história oral valoriza a memória coletiva das classes dominadas, que foram postas às margens da História. As fontes elitistas¹³ não devem ser as únicas a ocupar um lugar privilegiado nesses acontecidos. Os conhecimentos não oficiais e não institucionalizados como as recordações e experiências familiares, as histórias locais, recordações coletivas e pessoais, todo esse vasto e complexo campo de saberes precisa passar ao primeiro plano da História.

Nesse capítulo apresento alguns pontos a respeito da memória coletiva dos agentes indígenas da comunidade Projeto Mapi. Mas antes de passarmos as memórias propriamente ditas, considero necessário, fazer uma breve discussão daquilo que estou considerando como memória coletiva do grupo em questão. E para esse momento recorro a dois teóricos bastante influentes nesse campo: Halbwachs e Pollak. O teórico Maurice Halbwachs é o responsável pela fundação do campo de estudos sobre a memória na área das ciências sociais, no entanto, suas formulações têm recebido diversas críticas. Isso se deve a noção que o autor faz a respeito da memória coletiva. Tanto Pollak (1989) como Halbwachs (1990), definem a memória como um fenômeno coletivo, ou seja, como uma construção social, no entanto, Pollak retoma e problematiza a perspectiva de Halbwachs sobre a constituição da memória.

A concepção de Halbwachs (1990) acerca da memória parte da ideia de que o homem adquire suas lembranças na sociedade, de modo que seria na própria sociedade que ele encontraria as condições de lembrá-las, localizá-las e reconhecê-las. Assim, o conjunto das lembranças compartilhadas entre os membros de um grupo e as coisas e os espaços físicos constituem o que Halbwachs chamou de “quadros sociais da memória”. Segundo o teórico, esses quadros constituem um conjunto de referências estáveis que determinam a existência e manutenção de toda formação social, assim, seria por meio destes quadros que nós nos lembraríamos. Nos “quadros sociais da memória”, definido por Halbwachs (1990), não há espaço para a manifestação da subjetividade ou da singularidade da memória individual. Nessa perspectiva, a nação representa para o autor a “forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional, a forma mais completa de uma memória coletiva” (Pollak, 1989, p. 01).

Para Pollak (1989), a memória é sim coletiva, no entanto, diferente de Halbwachs (1990), o autor destaca o caráter conflituoso do processo de formação das lembranças. O mesmo aponta a existência das memórias subterrâneas, subversivas e revolucionárias.

¹³ Termo utilizado por LE GOFF (1990).

Diferente de Halbwachs, Pollak reconhece a importância da agência individual para a formação das lembranças e acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional.

A partir das ideias de Pollak (1989), irei refletir acerca das memórias dos agentes da comunidade indígena Projeto Mapi. No texto “Memória, esquecimento, silêncio” (1989), o autor chama atenção para os processos de dominação e submissão das diferentes versões e memórias. O mesmo discute a clivagem entre a memória oficial e dominante e memórias subterrâneas, onde ele afirma que a última é marcada pelo silêncio, pelo não dito, pelo ressentimento. Para o autor esta clivagem pode aparecer não apenas nas relações entre um Estado dominador e a sociedade civil, esta também está presente entre a sociedade englobante e grupos minoritários. São lembranças “proibidas”, “indizíveis” ou “vergonhosas” que muitas vezes se opõem a mais legítima e poderosa das memórias coletivas: a memória nacional.

Para ilustrar esse parágrafo, trago algumas colocações que apareceram ao longo do meu campo: “Tu sabe que esses aí não são índios de verdade né?!”; “Por aqui não tem mais índios não, como que esses aí querem ser índio? Índio anda nú, tem arco e flecha”; “Porque índio, pelo que eu sei, é aquele que vive lá na mata fechada, que fala sua língua né, esse é o índio”.

Na história oficial dos povos indígenas do Brasil, o índio é posto a partir das visões apresentadas acima. Essas são falas de agentes não indígenas que estavam sempre me questionando a respeito da identidade indígena dos agentes da comunidade Projeto Mapi. Percebo aí a imagem de um índio genérico, “selvagem”, habitante de uma mata fechada. Essa abordagem ainda é uma realidade nos livros escolares e no imaginário da maioria da população brasileira. Essa é a imagem mais difundida sobre os povos indígenas, é assim que estes são pensados dentro da “história oficial”. No imaginário dos agentes que me questionaram, não há mais índios na área que abrange o município de Tefé, temos aqui, uma história de uma sociedade englobante.

Há um longo silêncio sobre o passado dos grupos indígenas que habitavam a região do Médio Rio Solimões. Tudo que sabemos a respeito do extermínio da maioria dos grupos que habitavam o referido rio, advém das descrições dos naturalistas e viajantes da época da exploração da Amazônia. A história dos povos indígenas do Brasil aparece, na maioria das vezes, em função da história da colonização do país: eles são os “vencidos”, “exterminados”, “catequizados”, nunca agentes sociais ativos, protagonistas de suas histórias. Não é por acaso que a história trate dos povos “vencedores”, jogando os “vencidos” no esquecimento, sobretudo

quando esses vencidos “não tinham história” e, portanto, precisavam ser vencidos para enfim ingressar e obter história (Deturche, 2012, p. 01).

No entanto, o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, ele foi uma das formas de resistência usada pelos grupos indígenas para se contrapor aos excessos dos discursos oficiais. Essas memórias que Pollak, (1989), chama de clandestinas, subterrâneas, foram e estão o todo tempo sendo “transmitidas cuidadosamente nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas” (p. 03). É a partir dessa perspectiva, que os agentes sociais da comunidade indígena Projeto Mapi apresentam suas memórias de subversão ao silêncio, desmitificando a ideia da não existência de indígenas no Médio Rio Solimões. Eles têm utilizados essas memórias, experiências familiares, histórias locais, recordações coletivas e pessoais, em momentos de crise.

2.2 Trajetórias e experiência

Nesse tópico procurei fazer a descrição da trajetória de oito agentes indígenas da comunidade Projeto Mapi. A intenção aqui é pensar essas trajetórias a partir das experiências ocorridas nesse espaço e o conjunto de posições ocupadas por esses agentes no processo de mobilização étnica do grupo. Em suas narrativas, manifestam-se, as preocupações que pairam em seus pensamentos, falam sobre a luta pela garantia e direito sobre a terra que ocupam e por acesso a políticas públicas básicas e diferenciadas (escola indígena, saúde indígena, entre outros).

A falência da EMAD e conseqüentemente a demissão desses agentes que resistiram à expropriação advinda de encarregados da antiga empresa, marca o ponto de passagem de uma existência individualizada para uma existência coletiva, marcada pela busca de melhores alternativas. Vale ressaltar que, as trajetórias aqui apresentadas não devem ser confundidas com História de Vida. Temos aqui fragmentos das experiências vividas por esses agentes.

Para tornar suas experiências inteligíveis, os agentes indígenas da comunidade Projeto Mapi organizam suas memórias por meio de narrativas. Esses relatos são descontínuos, compostos por elementos imprevistos e não seguem uma ordem cronológica. Esse entendimento unidirecional da existência pode ser superado a partir da substituição da ideia de linearidade pela noção de trajetória de Bourdieu (2000). Esse por sua vez, define trajetória como uma série de posições ocupadas num espaço em que um agente é ele próprio um devir, sujeito a

incessantes transformações e não um indivíduo posto em linha evolutiva. Sendo assim, Bourdieu (2000), afirma que:

Tentar compreender uma vida como uma série única e, por si só, suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outra ligação que a vinculação a um “sujeito” cuja única constância é a do nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar um trajeto de metrô sem levar em conta a rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diversas estações. (BOURDIEU, 2011, p. 81).

As narrativas das trajetórias de vidas dos agentes indígenas da comunidade Projeto Mapi não percorrerão um caminho cronológico, linear, em vez, assumirão sequências que vão e voltam e que foram guiadas por acontecimentos e fases de suas vidas das quais falam de maneira costumeira. A cronologia desses agentes é pessoal e subjetiva e uma das características da marcação do tempo nas narrativas é a comparação entre um "antes" e um "agora", “naquele tempo”, “hoje”. Esses agentes apresentam uma cronologia subjetiva, esta se interrompe, retorna recomeça e começa novamente. Ela aparece com frequência quando fala de educação, saúde, entre outros temas referentes a políticas públicas.

2.2.1. Trajetória seu Paulo

Seu Paulo Brandão Carvalho, 78 anos, Caixana, foi tuxaua da comunidade Projeto Mapi por 21 anos. Ele nasceu no ano de 1941, no Lago do Mapari (Município de Japurá) e veio morar no município de Tefé no ano de 1954. Sua história acontece em um contexto da extração da seringa e captura de índios, está relacionada ao processo de descimento e fuga dos povos indígenas para a região do Médio Solimões.



Figura 12 Seu Paulo em um dos momentos de gravação de suas narrativas. Por Quezia Martins, 31 jan. 2014.

Seu Paulo estrutura seu relato a partir da história de vida de seu pai, o Sr. Alfredo, também Caixana. Ele conta que seu pai foi capturado e levado para participar de uma guerra – ele não especifica qual – na qual lutou durante três anos. Ele e a mãe, juntamente com o restante da família, continuaram morando no Mapari¹⁴. Segundo seu Paulo, esse tempo era conhecido como pega-pega, por causa das capturas de índios que aconteciam: “muitos índios corriam para as matas, mas mesmo assim eram caçados e capturados”. A guerra a que ele se refere aconteceu antes de 1954, pois nesse mesmo ano o pai de Seu Paulo e ele chegaram a Tefé juntamente com a família. Daí: “saímos de água a baixo e viemos ficar no município de Tefé, onde nós vivemos até hoje (...) essa semente que veio de lá (...)”.

Seu Paulo diz lembrar-se dos primeiros regatões que viu no Mapari. Esses comerciantes viajavam em um batelão de quatro metros de largura, a qual era movimentada por uma espécie de remo, que ele chama de voga (Remo de Voga - Remo de pá plana, que se rema de costas para frente). Nesse comércio, os regatões ofereciam tecido, terçado, sal, panelas. Em troca, os indígenas davam pirarucu seco, borracha, pele seca de jacaré, carne de catitu e anta. Segundo Seu Paulo, esse comércio fez com que muitos índios saíssem de suas terras. Ele explica que devido à demora entre uma transação e outra, muitos indígenas realizavam trocas em grandes quantidades, e alguns acabavam não conseguindo efetuar suas trocas, o que gerava disputas entre os próprios índios do Mapari. Segundo ele, foi por esse motivo que o pai resolveu mudar-se para São Paulo de Olivença.

Seu Paulo fala de outros personagens, seus filhos e esposa. Para começar a falar dessa época, ele faz menção à atual comunidade onde mora desde 04 de julho de 1984. Seu Paulo chegou nessa localidade para trabalhar na EMADE (Empresa Amazonense de Dendê), instalada na região da Barreira da Missão em 1982, cujo objetivo era criar fontes alternativas para a geração de energia com a extração do óleo de dendê. No entanto, em 1993 a empresa faliu. Seu Paulo relata que trabalhou na empresa durante nove anos e após a falência desta continuou residindo nas terras da EMADE. A permanência dele nessa área foi marcada por grandes conflitos. Depois que a empresa faliu, ficaram ali morando oito famílias. Por várias vezes, agentes ligados a EMADE apareceram na tentativa de desapropriá-los, e em uma dessas tentativas 29 casas foram demolidas. Ele recusou-se a sair da casa, por não ter outro local para

¹⁴ Afluente do rio Japurá. Segundo SPIX e MARTIUS (1981), essa seria a localidade mais antiga desses índios.

morar com a família. Por toda essa resistência, seu Paulo ainda continua morando na mesma casa.

Após esses episódios, resolveu pedir apoio ao prefeito do município, na época, Hélio Bessa, que recomendou a ele e aos demais que se organizassem politicamente, escolhessem um representante e só depois fossem à prefeitura fazer seus requerimentos. A partir de então seu Paulo foi escolhido como o representante desse grupo.

Em 1995, ocorreu a institucionalização da Comunidade e em 1997, por se reconhecerem como indígenas, os agentes iniciaram o pedido de reconhecimento da área como Terra Indígena (TI). Verificam-se, dessa maneira, os encontros e reuniões ocorrendo como iniciativas da nova liderança e dos demais agentes moradores da comunidade para discutir, refletir e tomar decisões de acordo com as demandas, necessidades e urgências.

Ao falar do nome da comunidade, seu Paulo relembra o motivo pelo qual assim se chama. Afirma que Mapi foi um grande amigo de seu pai e residiram juntos em Tefé e que ambos não eram bem vistos por serem índios: “o meu pai não era reconhecido com ele em Tefé”. Segundo Seu Paulo, em seu leito de morte, Mapi pedia para não ser esquecido, “por isso Projeto Mapi, é uma homenagem... projeto porque tudo isso aqui foi um projeto né, foi luta e Mapi por causa do companheiro aí”.

As narrativas da trajetória de vida de seu Paulo, não apresentam uma ordem cronológica ou factual, e sim momentos em que muitas vezes, percebe-se a existência de um grande período de um acontecimento para outro. Apesar da trajetória de vida marcada por lutas e dificuldades, em nenhum momento Seu Paulo lamenta os episódios que presenciou e viveu. Ele sorri quando se lembra de sua mãe e sua avó, que o ensinaram a falar a língua (Língua Geral ou Nheengatu); faz brincadeiras por muitas vezes não ter compreendido o que elas falavam, mas admite o papel fundamental que as mesmas tiveram em sua vida. Para ele é um orgulho ter a sua língua. Na narrativa, ele enfatiza isso dizendo que teve o prazer de ensinar a língua ao seu filho, hoje professor bilíngue na comunidade onde moram. Para ele isso é uma maneira de deixar viva a história de seu povo.

2.2.2. Trajetória Antônia

Antônia de Souza Silva, 38 anos, Caixana, nasceu em Manaus, no entanto, foi registrada no município de Coari. Antônia tem cinco filhos, é casada com o Sidney Brandão Carvalho, um dos filhos de seu Paulo e dona Augustinha. Atualmente ela compõe o quadro de funcionário na escola da comunidade, trabalha no preparo da merenda dos alunos e na limpeza da escola. As

narrativas da Antônia são construídas a partir da sua trajetória na escola municipal indígena João Hamilton. Ela fala do momento em que a comunidade conquistou a escola e quais desafios enfrentaram para que esta fosse concretizada.



Figura 13Foto Antônia Silva. Por Hilkiene Alves, 19 Maio 2017.

Segundo Antônia, por vários anos, a escola foi uma realidade distante da comunidade. Foi somente em 2009 que ela foi efetivada no quadro de funcionários da escola, anterior a isso, narra que foi voluntária durante três anos. Conta que teve um período em que a escola funcionava na casa de um dos moradores da comunidade e que havia no início somente uma professora. Ela relembra que as séries iam do 1º até o 5º ano. Depois de um tempo, segundo Antônia, a escola passou a funcionar no posto de saúde da antiga EMADE. Depois que a empresa faliu, o que restou do posto foi somente o piso de alvenaria e em cima deste a comunidade levantou uma cobertura. Os agentes da comunidade serraram as madeiras e construíram a nova escola.

Antônia narrou que durante muitos anos, foram os próprios pais que forneceram merenda a escola. Ela relembra o período em que era necessário carregar água do igarapé, tanto para o consumo, quanto para o preparo dos alimentos. No ano de 2009, Antônia resolveu procurar um dos candidatos a prefeito do município de Tefé. Ela chegou junto ao candidato e expôs a situação da educação na comunidade. Ela conta que saiu com a promessa de um

emprego e de melhorias para a escola caso ele fosse eleito. Antônia esperou uma semana após a eleição do então prefeito e foi lembrá-lo da promessa que o mesmo lhe havia feito.

Em 2009, Antônia foi trabalhar na escola como merendeira. Como a escola ainda funcionava em um espaço físico improvisado, o prefeito prometeu que construiria uma nova escola. Segundo ela, o que chegou à comunidade foi somente uma pequena quantia de material com a promessa de que breve chegariam mais, no entanto, essa parte da promessa não foi cumprida. Antônia conta que os próprios moradores se puseram a construir a nova escola, mas que a obra ficou inacabada por falta de material. Essa nova escola foi feita sobre o que sobrou do posto de saúde da antiga Empresa Amazonense de Dendê (EMADE).



Figura 14 foto construção da escola. Por Hilkiene Alves, 19 Maio 2017.

Como não foi possível concluir a construção da nova escola, esta então foi mudada para o Centro Comunitário. Para a construção desta, as madeiras da primeira escola foram todas reaproveitadas. Atualmente, tem sido nesse prédio que a escola tem funcionado.



Figura 15 foto da atual escola indígena da comunidade Projeto Mapi. Por Hilkiene Alves, 19 de Maio de 2017.

Em sua narrativa, Antonia diz que a escola foi uma conquista, mas que, no entanto, a comunidade continua lutando por melhorias na educação. Depois de narrar suas experiências junto à escola, Antônia passa a falar de outro momento. Ela assim faz para se contrapor a invasão de terras ocorridas na área da comunidade. Ela então passa a falar do tempo em que ela juntamente com seus pais chegaram à área onde atualmente encontra-se a comunidade indígena Projeto Mapi. Segundo ela, seus pais trabalharam durante nove anos na EMADE, afirma que deveria ter por volta de uns cinco anos na época. Antônia relata que ainda moravam em Coari no momento em que seus pais ficaram sabendo que a EMADE estava contratando. Este foi o motivo pelo qual sua família mudou-se para Tefé.

Antônia diz que seu pai trabalhava na topografia e sua mãe realizava a limpeza ao redor dos pés de dendê. Sua mãe, dona Maria Edite nasceu em uma localidade chamada Rio Juruá Mirim, afluente do alto curso do Rio Juruá, já seu pai, seu Lauro Guimarães nasceu no Lago do Ará, município de Tefé, no entanto morou por muito tempo em uma localidade situada no município de Eirunepé. Antônia se refere ao seu avô paterno como indígena de Eirunepé, e afirma que este falava uma língua materna.

Por ser a mais velha, Antônia estava sempre ajudando sua mãe no trabalho. Era do salário que a EMADE pagava, que seus pais sustentavam toda a família. Antônia narra que a falência da empresa pegou todos de surpresa. Segundo ela, tinham várias caçambas levando as pessoas que ali trabalhavam para Tefé. Ela conta que seus pais tiveram que ir até a cidade para alugar uma casa. Segundo Antônia, seus pais saíram da empresa sem receber qualquer benefício. Depois que estavam na cidade, Antônia conta que seu pai continuou indo as terras da EMADE para caçar e coletar castanha. Segundo ela, viver na cidade era muito difícil, pois seus pais não tinham como conseguir outro emprego, pois estes não tiveram a oportunidade de estudar. Foi então, que seus pais ficaram sabendo que algumas pessoas que trabalhavam na EMADE continuavam nas terras, daí decidiram juntar-se a estes.

Por diversas vezes, alguns representantes da EMADE chegaram às terras na tentativa de desapropriá-los. Antônia relembra que no momento que retornaram para as terras encontraram os prédios que a empresa havia construído todos demolidos, havia mata queimada. Segundo ela, essas foram estratégias usadas para expulsar quem tentava resistir à desapropriação. Conta que apesar de todas as tentativas de expulsá-los, sua família, juntamente com a do seu Paulo, entre outras, resistiu. A resistência era a única chance que estes tinham para assegurar moradia e alimentação.

Antônia passa a falar de outras dificuldades que tem passado na comunidade ultimamente. Segundo ela, alguns adolescentes da comunidade estão usando drogas ilícitas. Ela diz que isso é resultado da invasão de terras que tem ocorrido na comunidade. Segundo ela, as pessoas que tem levado drogas para vender nas redondezas são não índios que têm casa dentro da comunidade e que estas são usadas apenas como entretenimento nos finais de semana.

Nas narrativas de Antônia, ela está sempre se reportando a todas as experiências que teve nas terras durante e pós EMADE. Esta sempre relembro as dificuldades que todos ali tiveram que passar para continuarem nas antigas terras da empresa. Ela diz que a invasão da comunidade é injusta, pois foram as primeiras pessoas a morar naquela área. Diz que foi preciso muita luta para a conquista da escola, dos funcionários, entre outras políticas públicas conquistadas. Antônia assim como os demais interlocutores, também relembra o momento em que a comunidade tomou a estrada em defesa de suas terras. Segundo ela, foi uma semana de luta constante, de resistência e ameaças, todos da comunidade se fizeram presentes, inclusive as crianças, todos estavam pintados e empunhavam arcos, flechas e cassetetes.

2.2.3. Trajetória Dona Augustinha Carvalho

Dona Augustinha, 68 anos, Caixana, nascida na comunidade do Caburini, município de Alvarães. Identifica-se como Caixana, mas afirma que sua mãe e avó eram Cocama e moravam em uma localidade que atualmente corresponde a TI Marajá¹⁵. Dona Augustinha chegou à área que corresponde à comunidade Projeto Mapi em 1982. Ela juntamente com o seu esposo, seu Paulo, chegaram juntos para trabalharem na Empresa Amazonense de Dendê (EMADE).

¹⁵ TI Marajá, município de Alvarães.

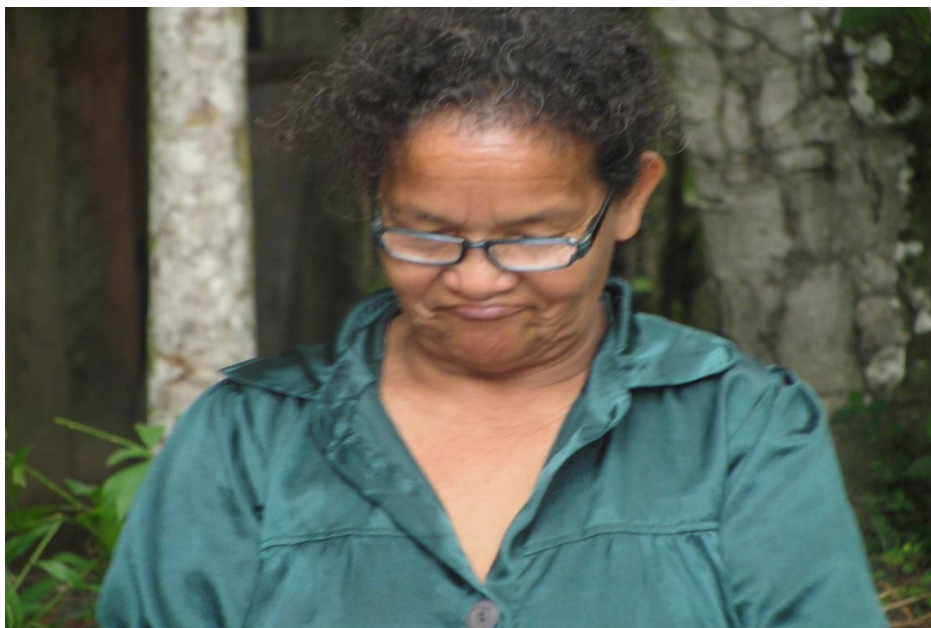


Figura 16foto Dona Augustinha Carvalho. Por Quezia Martins, 31 jan. 2014.

Foram mais de dez anos trabalhando na EMADE. Narra que desempenhou diversas funções dentro da empresa. Segundo ela, trabalhou no plantio de mudas, na limpeza dos plantios e como cozinheira. No entanto, ressalta que seu trabalho mais notório foi como Agente de Saúde. Ainda jovem, ela começou a partejar, diz que aprendeu com sua mãe e sempre a acompanhava quando possível.

Dona Augustinha participou de diversas capacitações direcionadas a atividade de partejar. Conta que os cursos eram oferecidos pela Igreja e que eram as irmãs que ministravam as aulas. A EMADE havia construído um posto de saúde e depois que ficou conhecida por ajudar várias mulheres do alojamento a terem seus bebês, dona Augustinha passou a trabalhar como agente de saúde. Conta que perdeu as contas do número de mulheres que ela partejou. Além de ser parteira, ela também relata que ensinou muitas mulheres a partejar.

Dona Augustinha narra o momento em que a EMADE faliu e começa a ser desmontada. Conta que foi uma cena triste, pois tudo estava sendo destruído. O posto de saúde no qual trabalhou, a escola, o refeitório, todos esses prédios, segundo ela foram demolidos. Conta que sentiu muita tristeza, quando viu tudo sendo desmontado e levado. Ela disse que tudo que a empresa deixou foi levado. Algumas pessoas levaram carroças para carregarem mais objeto. Conta que a empresa deixou todos os utensílios de cozinha, equipamentos de plantios, colchões, beliches, fogões. Segundo dona Augustinha, até o equipamento que refinava o óleo de dendê foi desmontado e levado. Diz ter ficado muito triste com o fim da empresa, visto que era com o salário que esta pagava a ela e ao seu esposo que estes sustentavam seus filhos. Dona

Augustinha afirma que a situação só não ficou mais complicada, porque ela e sua família haviam feito um pequeno plantio de mandioca e banana, e que foi justamente daí que sua família pôde sobreviver por um curto período.

Logo depois do desmonte da EMADÉ, dona Augustinha narra o momento em que ela juntamente com sua família ocupou uma das casas da empresa. Por não terem aonde ir, ela diz ter sido a melhor saída encontrada. No entanto, segundo ela, algo pior estava por vir. Dona Augustinha narra o momento em que tratores chegaram para demolir as casas, inclusive a que ela estava ocupando juntamente com seu esposo e filhos. Ela diz que naquele momento temeu por suas vidas, mas afirma que também não poderiam recuar, pois não havia outro lugar ao qual pudessem ir. Ela conta que se eles tivessem saído da casa, eles teriam ficado sem um lugar pra morar, por isso resistiram e até hoje moram nessa casa.

Dona Augustinha usou a expressão “Ave Maria, nós sofremos demais”. Ela conta que a dificuldade em continuar naquela terra foi grande. Segundo ela, ficou um número considerável de pessoas, porém, boa parte não aguentou as dificuldades. Ela narra os momentos da retirada de produção da comunidade, e como era realizado o transporte até o município de Tefé. Existiam duas maneiras de fazer com que a produção (açai, castanha, macaxeira, mandioca, farinha, batata cará, jerimum) chegasse à cidade: ou por terra ou via rio. No primeiro, a produção era retirada e carregada por 13 quilômetros do ramal que atualmente é a estrada da Emade. Saindo desse ramal era necessário andar mais uns cinco quilômetros na atual estrada da Agrovila. Chegando na zona urbana do município, o desafio era carregar a produção por mais alguns quilômetros até chegar a feira. O outro meio para a escoação da produção era necessário caminhar por 10 quilômetros até chegar à beira do rio Solimões. No entanto, dona Augustinha narra que essa segunda alternativa só era possível, se eles tivessem algum dinheiro reservado para alugar uma embarcação para transportar a produção a remo até Tefé.

“Com relação à educação, tá muito diferente daquele tempo”, disse ela, referindo-se à época em que chegou para trabalhar na EMADÉ. Afirmou que, atualmente, para você ser professor “você tem que ter uma faculdade e tem que estudar cada vez mais”. Conta que alguns dos seus filhos foram para a cidade fazer faculdade. Dona Augustinha afirmou que há algum tempo as coisas era mais fáceis e que só era necessário ter experiência com alguma atividade. Frisou que agora só a formação no antigo magistério não tem mais valor. Ela explicou que muitos jovens têm deixado a comunidade para estudar na universidade. Como exemplo, citou

os filhos que são professores na comunidade e alguns de seus netos que também saíram para estudar.

Dona Augustinha fez uma fala extensa sobre o protesto realizado na estrada em 2010. Segundo ela, chegou “um povo que era tudo de Tefé querendo abrir terreno”. Que já “chegaram queimando, capinando, metendo estaca”. Conta que a comunidade se reuniu e foi tentar impedir a invasão e explicar a situação da terra, mas segundo ela, foram recebidos com violência verbal e acusados de “não era índios coisa nenhuma” e que estavam querendo aquela terra só para si. Dona Augustinha narrou dias de luta, segundo ela, todos na comunidade tiveram que se armar e bloquear a estrada para impedir a entrada dos não índios dentro de suas terras. Ela fala: “aí manazinha, a gente se pintou, se armou e fomos para luta”.

Dona Augustinha não narrou experiências anteriores a EMADE, suas narrativas ocorrem sempre no contexto durante e pós EMADE. No entanto, em seus relatos ela falou sobre a mãe e a avó Cocama. Segundo ela, essas eram “Cocama do Peru” e falavam “enrolado”. Durante a gravação das narrativas, dona Augustinha não tocou nessa questão, no entanto, em conversas informais, ela contou que sua avó estava sempre lhe repreendendo por não falar na sua língua materna. Dona Augustinha comentou que apesar de não falar Cocama, ela compreendia o que a sua mãe e avó diziam.

2.2.4. Trajetória Geceoglâneo (Gane)

Geceoglâneo Brandão Carvalho, mais conhecido como Gane, Caixana, 36 anos, é Agente Indígena de Saúde na comunidade há cinco anos. Nasceu na comunidade do Camatiã, município de Alvarães.

As narrativas de Geceoglâneo falam das experiências antigas até as mais recentes, vividas na comunidade indígena Projeto Mapi. Seus pais, seu Paulo e dona Augustinha, chegaram à área que corresponde a atual comunidade, no ano de 1982, para trabalharem na Empresa Amazonense de Dendê (EMADE). Nessa época, Geceoglâneo disse ter por volta de cinco anos de idade. Ele e sua família chegaram bem no momento em que a empresa estava contratando trabalhadores para o plantio de dendê. Anterior a isso eles estavam morando em uma localidade situada em uma área rural do município de Alvarães.

Geceoglâneo diz lembrar-se da época em que chegaram à área onde a fábrica estava instalada. Afirmou que tudo não passava de um enorme descampado e que ainda não havia nenhum plantio de dendê. A área da comunidade onde atualmente estão situadas as casas, a

igreja e a escola, no tempo da empresa, havia uma escola, um posto de saúde e as casas onde ficavam os contadores, agrônomos, entre outros. Segundo Geceoglâneo, sua família e o restante dos trabalhadores ficaram alojados nos barracões, local que ele chama de “acampamento dos trabalhadores”.

No momento em que estava narrando, ele mostrou da sua varanda o que restou da antiga escola e posto de saúde que a EMADÉ havia construído. Quando a empresa faliu, ele afirmou que todos esses prédios foram destruídos. Durante a sua narrativa, ele esteve sempre lembrando o quanto foi difícil continuar naquelas terras. Recorda o quanto sua família sofreu e como não tinham outro local para irem, seus pais se recusaram a sair das terras. Geceoglâneo diz que outras famílias também se recusaram a deixar as terras, mas de acordo com ele, muitos desistiram pouco tempo depois. Para ele, saber lidar com a mata fechada era essencial para a permanência naquela local. Geceoglâneo narra momentos em que era preciso levar a produção para a cidade. Foi necessário realizar a abertura de um igarapé inteiro, o qual facilitaria a escoação dos produtos cultivados pelas famílias que permaneceram nas terras. Segundo ele, foram necessários dias de trabalho para deixar este navegável.

Geceoglâneo narrou sobre uma “época de fartura na comunidade”, segundo ele, antes da abertura da estrada, havia muita mata, portanto, muita caça, muita castanha, muito açaí, era possível ir ao igarapé pescar. No entanto, afirmou que os momentos atuais são outros. A comunidade passou a conviver com a escassez de todos esses produtos, além do mais, não dispõem de muita área de mata que não esteja comprometida. Para ele a abertura da estrada e a instalação de luz elétrica chamou a atenção das pessoas da cidade e a maioria destas quer ter um terreno, um sítio, na estrada da EMADÉ. Geceoglâneo afirmou que, precisam ter muito cuidado ao andar pela área de uso da comunidade, segundo ele, está quase toda ocupada. Disse que por muitos anos confrontava verbalmente os invasores, no entanto afirma não o fazer mais, pois sente-se ameaçado.

Como Agente Indígena de Saúde, Geceoglâneo afirma que ele precisa estar sempre em busca de novos conhecimentos. No ano de sua narrativa, 2016, ele estava terminando seu curso de Técnico de Enfermagem no Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM), e fazendo seu estágio no hospital de Tefé. Para ele, essa formação irá ajudá-lo a desenvolver melhor o seu trabalho junto à comunidade. Geceoglâneo afirma que ser Agente de Saúde na comunidade é um desafio muito grande. Ele explica que seu trabalho exige paciência e compreensão por parte dele em relação aos demais, pois precisa ser muito flexível em relação aos horários de cada família, também precisa estar disponível dia e noite. Ele seguiu dizendo:

“tem que ter paciência, porque às vezes tu vai atrás e tu não consegue naquele dia, mas no outro dia tu tem que tá lá pra poder realizar o teu trabalho. Tem dia, que tem ir atender o pessoal de noite, porque tava trabalhando”.

Geceoglâneo aparece como uma liderança importante dentro da comunidade indígena Projeto Mapi e também no movimento indígena regional. Quando começou a participar do movimento indígena ele tinha idade entre 16 e 17 anos. Quando adolescente Geceoglâneo morou alguns anos na cidade, pois precisava acessar a escola. Segundo ele, a maioria dos jovens naquela época deixou a comunidade para estudar. Depois que retornou para a comunidade, deu seus primeiros passos dentro do movimento indígena. Foi ao lado do seu pai, o seu Paulo, que ele começou a participar das reuniões e assembleias dentro e fora da comunidade. Segundo ele, seu pai estava sempre puxando as atividades dentro da comunidade, estava sempre lutando em prol de melhorias para o grupo, e foi com ele que Geceoglâneo afirmou ter aprendido tudo que sabe. Narra que seu pai foi por muitos anos o tuxaua da comunidade, mas que em 2016, por motivo de saúde, ele passou o posto de tuxaua para o seu irmão Orlânio, professor bilíngue da comunidade.

Geceoglâneo e sua esposa Marcela se conheceram quando ainda eram crianças, os pais de ambos foram trabalhadores da antiga empresa Amazonense de Dendê. Suas famílias estão entre as mais antigas da comunidade. Geceoglâneo e Marcela estão sempre participando das reuniões, dos encontros. Quando um está impossibilitado de ir, o outro deve assumir a responsabilidade de participar de todos os eventos que são importantes para o movimento indígena e para a comunidade.

2.2.5. Trajetória João Araújo

As narrativas de João dizem respeito às experiências ocorridas na comunidade, antes e durante a sua configuração. Ele tem 37 anos, nascido na comunidade Limoeiro, atual município de Japurá. Ele se identifica como Caixana, no entanto afirma que seus pais são Ticuna do rio Japurá. João afirma que sua identificação enquanto Caixana se deu a partir da luta em torno das demandas da comunidade indígena Projeto Mapi e pela sua atuação dentro do movimento indígena.

João chegou onde é a atual comunidade Projeto Mapi em 1999. Ele narra que somente nasceu em Tefé, segundo ele, sua mãe veio ao município por este dispor de atendimento hospitalar. Depois de tê-lo, sua mãe retornou para a comunidade onde morava. Narra que o local onde cresceu era uma comunidade que chamava Limoeiro, atual município de Japurá: “No

meu tempo só era comunidade mesmo, a gente só subia do porto, só era ruazinha mesmo, só um ramalzinho que saía do porto e ia para dentro das terras. Agora já é cidade já”. Em sua narrativa, ele lembrou como era o município de Tefé:

Porque na época que a gente morava pra lá pro Alto Japurá, o único benefício de saúde que tinha, era em Tefé naquele tempo. Tefé era pequenininha ainda. Quando nós viemos de vez pra cá, eu lembro bem que era muito pequena ainda. O bairro de Juruá tinha pouca gente. Não tinha Jerusalém, não existia Santo Antônio.

João casou-se com Marisete Curintima Balieiro, uma das irmãs da Marcela Curintima. Ele diz que a conheceu em Tefé e que nessa época, ele estava servindo o Exército. Depois que encerrou a carreira militar, ele juntamente com sua esposa mudou-se para a comunidade. Narra que quando foi morar nas terras onde estava a família de sua esposa, a localidade já tinha sido elevada à comunidade, mas que ainda não era reconhecida como indígenas.

Em suas narrativas, João conta todas as dificuldades que enfrentaram para se manterem nas terras que haviam pertencido à antiga EMADÉ. Afirma que por um longo tempo viveram ali por conta própria, sem acesso à escola e a qualquer tipo de política pública. Uma das maiores dificuldades era fazer com que suas produções chegassem até o município de Tefé:

“Quando era pra tirar o produto, era com ajuda de pessoas, ajudava um ao outro até chegar na beira, né! Os benefícios eram feitos com o próprio suor das famílias. As casas eram feitas, o pessoal se reunia e faziam, um ajudava o outro, roça era ajudando um ao outro (...). O acesso que existia aqui só era pela beira e estrada, caminhando a pé. Era um tempo muito difícil, era um tempo dificultoso”.

Quando se mudou para a comunidade, João passou a trabalhar na roça, desde então tem sido sua fonte de renda. Ele trabalha com o plantio de mandioca para a produção de farinha e com plantio de banana. Segundo ele, atualmente, as dificuldades são outras. Com o início da abertura da estrada no ano de 1997 começou uma movimentação de pessoas ao longo da estrada e nas redondezas da comunidade. João afirmou, que a partir de 2007 e 2008, a entrada de pessoas na área de uso da comunidade só cresceu, pois nesse mesmo período a estrada foi contemplada com o Programa Luz para Todos do Governo Federal. Segundo ele, desde então, o desafio maior vivido pela comunidade tem sido a luta em defesa de suas terras.

Segundo o interlocutor, a comunidade tem enfrentando um problema grande com relação atividade de caça dentro da área de uso da comunidade. Agentes de fora da comunidade têm entrado na área somente para a realização da caça comercial. João narra um episódio, em que um grupo de pessoas começou a atear fogo dentro das terras da comunidade. Quando ele e os demais agentes da comunidade foram verificar o que estava acontecendo, já havia muitas

peessoas queimando, abrindo terreno e demarcando com estacas. Segundo ele, algumas dessas pessoas chegaram a construir casas nesses terrenos e depois venderam.

João afirma que a melhor maneira que a comunidade encontrou para lidar com os invasores, é não confrontando, pois segundo ele, sempre que tentaram conversar com os não indígenas que adquiriram terrenos dentro da área de uso da comunidade, eles sofreram ameaças e foram acusados de mentirosos e “falsos índios” interesseiros.

2.2.6. Trajetória Marcela Curintima Balieiro

Marcela Balieiro Carvalho, Caixana, 35 anos, nascida em Tefé. Em sua narrativa Marcela começa contando sobre as experiências de seus pais antes e após mudarem para o município de Tefé. Os pais de Marcela, antes de mudarem para Tefé moravam na zona rural do município de São Paulo de Olivença, mas anterior a isso, eles residiram em uma outra localidade situada no rio Jandiatuba. Foi em um sítio, situado nesse rio que seus pais se conheceram e casaram-se. Depois de casados, seus pais mudaram-se para São Paulo de Olivença, e passaram a morar com os seus avós paternos. Ela conta que nessa época, seu pai trabalhava como seringueiro.

A convite de um de seus tios, e com o desejo de ter sua casa própria, seus pais mudaram-se para Tefé, com a promessa de que no município encontrariam melhor oportunidade de vida. Para Marcela, esse foi o grande erro cometido pelos seus pais. Ela acredita que teriam sofrido menos se tivessem continuado em São Paulo de Olivença. Foi nesse período que Marcela nasceu mais precisamente no ano de 1981.

Marcela e sua mãe se identificam como Caixana, no entanto ela frisa que seu pai e seus irmãos são Cocama. Ela afirma que a sua identificação enquanto Caixana se dá pelo vínculo a família de seu esposo Geceoglâneo Brandão de Carvalho e a partir da luta que viveram na comunidade indígena Projeto Mapi.

Quando seus pais mudaram para Tefé, estes foram morar junto com o seu tio que lhes havia falado das oportunidades na cidade. Marcela conta que seus irmãos cresceram e que o seu tio não estava satisfeito com as atitudes de seus irmãos mais velhos. Ela conta que seus irmãos começaram a se envolver com bebidas alcoólicas e que a partir daí, começou o conflito de seus pais com o seu tio. Marcela se emociona ao falar dessa época. Ela conta que seus pais foram pessoas sofridas.

Ela narra que ainda não tinha nascido, mas que teve um prefeito cujo nome ela não lembrou, que começou a abrir o bairro de Jerusalém em Tefé. Seus pais conseguiram um terreno e foram construindo a casa aos poucos. Foi nessa casa que a Marcela nasceu. Marcela chegou à atual comunidade quando tinha 10 anos de idade. Ela conta que seus pais trabalharam durante muitos anos para a Empresa Amazonense de Dendê (EMADE) e durante esse tempo moraram no alojamento da empresa. O seu pai trabalhou de cozinheiro, e a sua mãe trabalhava limpando ao redor dos pés de dendê.

Em sua narrativa, Marcela conta, que quando a empresa faliu eles tiveram que voltar para a cidade, e com o pouco dinheiro da indenização, o seu pai pode concluir a construção da casa do bairro de Jerusalém. Ela afirma que eles passaram por muitas dificuldades na cidade.

Um de seus irmãos que continuou na antiga terra da empresa foi visitá-los e contou para a sua mãe que as terras estavam desocupadas e perguntou a ela se não gostaria de retornar e plantar. Nessa época, somente a Marcela e seus pais retornaram para as antigas terras da EMADE. Ela frisa que lá foi o único lugar que eles encontraram para retirar o sustento da família. A maior dificuldade encontrada foi conseguir as sementes de maniva. Marcela narra que tiveram que carregar feixes de maniva de mandioca por nove quilômetros para construir seus roçados. Segundo ela, a caça era farta, mas no início não tinham farinha para acompanhar, sendo assim, plantaram banana que produz mais rápido para servir de acompanhamento em suas refeições. Depois que passaram a produzir farinha, ela afirma que a dificuldade foi fazer com que a produção chegasse até Tefé. Ela conta que escoavam a produção com a ajuda de uma carroça puxada por burro.

Marcela afirmou que por conta da distância da área da comunidade até a cidade ninguém apresentava interesse pelas terras. Contou que quando foi morar na área que pertenceu à antiga empresa, não existia estrada, só havia a estrada que ia para a beira do rio Solimões. Segundo ela, continuar nas terras foi um desafio, e mesmo com todas essas dificuldades, a sua família, juntamente com a do seu Paulo, permaneceram. Ela frisa que, diferente da família dela, a do seu Paulo não saiu daquelas terras quando a empresa faliu.

Marcela conta que em 2017 esteve na comunidade uma equipe do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), solicitando que todos ali assinassem alguns documentos, no entanto, em reunião, a comunidade decidiu que nenhum documento seria assinado. Segundo ela, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) já esteve na comunidade e afirmou ter terras dentro daquela área. Marcela relaciona a procura por imóveis

dentro da área de uso da comunidade com a abertura da estrada. Segundo a interlocutora, foi a partir desse momento que foi pensada a demarcação da área como terra indígena. Ela conta que quando decidiram pela demarcação ainda era solteira. O seu pai, João Baleeiro que também já foi uma grande liderança, se juntou ao o seu Paulo, seu sogro, e levaram a demarcação à diante juntamente com o restante dos outros moradores.

Por ser uma pessoa de idade avançada, seu pai não está mais a frente da luta pela demarcação. Marcela afirma que esse é também um dos motivos para ela continuar. Segundo ela, seu pai lutou muito para ficar naquelas terras e para garantir que seus filhos também ficassem.

Em sua narrativa a respeito da demarcação da terra, Marcela afirma que já perderam diversas castanheiras em decorrência das invasões. A coleta de castanha é uma das fontes de renda da comunidade, e segundo ela, houve um episódio, no qual, as castanheiras da comunidade estavam sendo vendidas a 200 reais cada. No ano de 2016, a safra da castanha diminuiu consideravelmente. Normalmente, cada família, tira em média de uma a duas caixas de castanha por semana, mas no ano de referência, a coleta ficou abaixo da estimativa. Marcela relembra que quando entraram para aquelas terras, a área que utilizavam para caça, pesca e coleta era grande, mas por conta das invasões, atualmente, eles mal conseguem se mover dentro dessa área.

Em relação à sua identidade indígena, Marcela afirmou está sempre sendo questionada pelas pessoas de fora da comunidade. Segundo ela, os agentes da comunidade estão sempre sendo acusados de mentir a respeito da identidade indígena do grupo. Ela descreveu a semana em que a comunidade inteira se mobilizou e tomou a estrada em protesto às invasões. Segundo ela, foram dias de luta em defesa de suas terras. Marcela é uma liderança na comunidade Projeto Mapi, ela é uma das pessoas que mais viaja para participar das assembleias, reuniões, entre outros eventos do movimento indígena. Atualmente, está trabalhando no turno da noite como merendeira na escola da comunidade. Afirmou que no último ano se afastou da linha de frente com relação aos problemas enfrentados pela comunidade. Segundo ela, essa decisão foi tomada para a sua própria segurança, já que é uma das pessoas mais marcada e ameaçada pelos não índios. Marcela também já trabalhou na União dos Povos Indígenas do Médio Solimões e Afluentes (UNUPI/M.S.A), mais precisamente no Setor de Terra. Acompanhava as comunidades indígenas envolvidas com conflitos de terra. Segundo ela, seu trabalho era acalmar os ânimos tanto das comunidades indígenas que estavam sofrendo as invasões, quanto dos acusados de

invasão. Seus aconselhamentos eram para prevenir futuros confrontos que pudessem por a vida de ambos os lados em risco.

No Acampamento Terra Livre (ATL) realizado ano de 2017, Marcela foi uma das representantes dos Povos Indígenas da região do Médio Solimões.



Figura 17 Marcela Curintima participando do ATL. Fonte: www.facebook.com/fabio.fabiopereira.3/photos

Ela afirmou ter sido uma experiência gratificante, pois lá, ela pôde confraternizar com outros grupos indígenas que vivem a mesma situação da sua comunidade. No ATL ela pôde ouvir o testemunho de luta dos grupos indígenas de diferentes estados. Todos esses relatos funcionam “como uma injeção de ânimo, um sacolejo”. No entanto, ela também narrou a imensa tristeza que presenciou durante toda a semana do acampamento. Ela diz não compreender o porquê de tanta violência contra os povos indígenas. Ela narra um episódio no qual estavam cercados pelos policiais:

“E eles estavam colocando os parentes parecendo um animal, querendo domar o pessoal com os cavalos, com arma, né. Aí no último dia, quando a gente tava lá, que cercaram o congresso, cercaram com aquelas grades e os policiais em carreira na rua, né. Eu fiquei olhando e falei bem baixo para eles assim: infelizmente, nós ainda somos tratados como animais. Falei pra ele: porque olhe o meu povo que tá pra cá e olha vocês... Vocês estão com cassetetes, vocês estão com armas e quando vocês foram lá no nosso acampamento, disseram que nós não podíamos trazer nem flecha para nós defender. E quem defende nós?? O que tem pra nós? Nada, só bala de borracha, spray de pimenta. Eles ficavam calados, ficavam olhando... daí eu dizia: isso que é triste, ver que nós votamos nessas pessoas e que eles deveriam está aí dentro pra nós defender, e hoje o meu povo é batido, é escorraçado...”

Marcela disse sentir-se privilegiada ao viajar para participar das reuniões, assembleias, encontros. É a contribuição que ela pode oferecer em defesa do território da comunidade. No

entanto, ela não pôde deixar de mencionar o sacrifício que se deve fazer para continuar resistindo e permanecendo: “eu deixo os meus filhos, o meu esposo e a minha casa para fazer esse trabalho, e tudo isso é para garantir que meus filhos fiquem lá”. Afirmo que é uma luta que quem ganha não é ela, e sim a comunidade.

2.2.7. Trajetória Orlânio Carvalho

Orlânio Brandão Carvalho, Caixana, 35 anos, nascido em Tefé, atualmente tuxaua e professor bilíngue da comunidade indígena Projeto Mapi. Orlânio é um dos filhos de Seu Paulo e dona Augustinha.



Figura 18Foto Orlânio Brandão Carvalho. Por Hilkiene Alves, 19 de Maio de 2017.

Depois de ter se apresentado, o jovem tuxaua iniciou a sua narrativa a partir de sua experiência enquanto professor bilíngue. Para ele, o ano de 2017 estava sendo melhor que os anos anteriores, pois no ano de 2016, a escola não pôde ofertar o ensino da língua materna. Segundo ele, em 2017 a comunidade organizou-se em prol dessa reivindicação e felizmente, a escola pôde retomar suas aulas de Nhengatu. No entanto, Orlânio mostrou-se bastante insatisfeito, pois outras comunidades indígenas não tiveram em suas escolas a oferta de professores bilíngues.

Orlânio narrou com bastante entusiasmo, a respeito de uma aluna que estuda na cidade, mas que faz as aulas bilíngues na comunidade. Segundo ele, a professora da escola onde ela estuda (em Tefé, escola Gilberto Mestrinho), perguntou à turma, se na sala havia algum aluno(a)

indígena falante de alguma língua materna. Naquele momento, a aluna indígena se identificou e foi convidada para participar do evento em comemoração ao Dia do Índio. O professor de Nheengatu narrou que ficou orgulhoso por vários motivos: 1. Por sua aluna ter se apresentado a todos como indígena; 2. Por ela ser uma adolescente que fala Língua Geral, já que são poucos na comunidade que falam.

Contou que quando criança ele ouvia os antigos falando na língua, mas que ele não falava, somente entendia. Destaca em sua narrativa, que foi em sua juventude que surgiu o interesse em aprender a língua que seu pai falava. Ele usa expressão: “a gente quando é novo não sabe bem das coisas né, eu não me interessava ainda”. Orlânio diz que viveu muito no mundo do branco, estudou o mundo do branco, a língua do branco, na escola do branco, e que por isso foi esquecendo a sua língua.

Em sua narrativa, o professor contou o quanto tem sido difícil para ele continuar dando suas aulas na comunidade. Orlânio afirmou que os alunos aprendem muito mais rápido na prática e que por isso gosta de levá-los para a mata para aprenderem a língua vendo e tocando sobre o que estão aprendendo: pássaros, peixes, árvores. Mas de acordo com o professor, não está sendo mais possível usar essa didática com os alunos, pois as áreas de uso da comunidade estão sendo invadidas por não índios. Para ele, a invasão na área da comunidade tem influenciado de maneira negativa a educação.

Orlânio narrou um episódio de confronto que teve com um médico de Tefé. Segundo ele, o médico afirmou ser dono do igarapé que corta a comunidade. Nesse dia, Orlânio havia levado seus alunos para o igarapé e encontrou-se com esse sujeito. Disse que foi ameaçado, caso não se retirasse do local. O professor afirmou que isso é ruim, pois não pode mais levar seus alunos para essas áreas e ensinar a língua na prática. Segundo ele, as invasões ocorridas não afetam somente o exercício do ensino-aprendizagem, elas também têm afetado outros aspectos como: a caça, a coleta e o livre trânsito em uma área que sempre pertenceu à comunidade. Explicou que o melhor a se fazer, é não confrontar, o melhor é afastar-se da área invadida.

Orlânio chegou onde é a comunidade Mapi em 1982, época em que seus pais chegaram para trabalhar na Empresa Amazonense de Dendê (EMADE). Segundo ele, ainda era pequeno, mas lembra muito bem dessa época. Acompanhava os pais em seus trabalhos, estava sempre ajudando um ou outro. Relembrou dos barracões onde os trabalhadores da empresa eram alojados e frisa que sua família morou por um bom tempo nessas instalações. Destaca que, o

momento em que a empresa despediu seus pais, foi muito difícil para a sua família e para os demais trabalhadores.

No decorrer de suas narrativas, ele contou o quanto foi difícil continuar morando naquelas terras. Orlânio disse que na época ainda era pequeno, mas que lembra o quanto os seus pais sofreram para sustentar a família. Era necessário carregar toda a produção nas costas até chegar à Tefé. Relembrou que o prefeito na época entregou um jumento à comunidade para ajudar carregar a produção até a cidade ou até a beira do rio Solimões. De acordo com Orlânio, na área que correspondia às terras da antiga empresa, só moravam a sua família e as demais que resolveram ficar. Afirmou que foi a partir da abertura da estrada que as pessoas começaram a ter interesse nas terras que atualmente correspondem à área de uso da comunidade. Orlânio relembra o episódio ocorrido em 2010, segundo ele, todos os agentes indígenas da comunidade pintaram-se e bloquearam a estrada com pneus queimados para impedir a invasão total de suas terras. Ele afirmou que, se não tivessem saído em protesto, teriam perdido todo o território que pertence à comunidade.

A respeito da sua identificação indígena, o jovem tuxaua afirmou que esta é anterior ao pedido de demarcação: “desde pequeno eu já sabia que era índio”. Contou que sempre viu seu pai e seu tio (seu Pedro, irmão do seu Paulo) conversar em Nhengatu. Afirmou que sempre soube que é índio, mas que não se reconhecia como tal por meio de um documento, disse que antigamente, ninguém precisava ter uma carteira da FUNAI para comprovar que é índio. Ele continuou: “a gente é o que nasce, eu nasci indígena né”.

Orlânio considera que a demarcação da terra é a única forma de protegê-la. Afirmou que ela foi solicitada quando o setor imobiliário foi avançando em direção às terras da comunidade. Por muitos anos, foram os únicos a morarem naquela área: “a gente vivia aqui nessa área sozinho, a gente andava tudo isso aqui e não tinha quase ninguém, só um pessoal que tinha uma rocinha aqui, outra ali. Mas agora, a gente já não consegue mais andar, tudo tem dono”. Segundo ele, a demarcação foi pensada como estratégia de proteção e manutenção das terras. Desse modo, a demarcação daria mais segurança e estes teriam maior respaldo para impedir a entrada de não índios.

Em 2016, Orlânio tornou-se tuxaua da comunidade. Antes dele, o seu pai é quem era. O posto foi passado para Orlânio porque seu pai ficou bastante doente e já não tinha tanto vigor físico para continuar nessa forma de liderança. Ele frisou que está sempre consultando o antigo tuxaua,

pois ele continua sendo uma grande liderança dentro e fora da comunidade indígena Projeto Mapi.

Orlânio relembrou os seus primeiros passos dentro do movimento indígena. O pai, Sr. Paulo, foi descrito como figura principal do seu processo de inserção dentro do movimento. Foi no início de sua juventude, que o professor de Nhengatu começou a acompanhar o pai em seus deslocamentos para as assembleias e reuniões. Seguiu dizendo: “quando eu era novo eu não entendia o que era o movimento né, não ligava muito para luta”. A consciência do que é o movimento indígena lhe foi sendo ensinado na luta do dia-a-dia, na resistência e permanência.

2.2.8. Trajetória seu Pedro Carvalho

Seu Pedro, 78 anos, Caixana, nasceu em 1941, no Lago do Mapari (Município de Japurá), mudou-se para município de Tefé no ano de 1954. Seu Pedro é irmão gêmeo de seu Paulo. Ele chegou no momento em que a EMADE estava tentando expulsar as famílias que permaneceram nas terras



Figura 19 Foto de seu Pedro Carvalho. Foto de Quezia Martins, 22 Jun. 2014.

Antes de mudar-se para a área que atualmente corresponde à comunidade indígena Projeto Mapi, ele trabalhou como animador de setor¹⁶, catequista¹⁷, monitor e alfabetizador do Movimento de Educação de Base (MEB) em diversas comunidades situadas dentro da Reserva

¹⁶ Setor é um conjunto de comunidades de uma mesma paróquia reunidas para trabalhar melhor a evangelização. Além disso, era uma estratégia de reunir um conjunto de lideranças que pudessem reivindicar a melhoria das comunidades do referido setor ao poder público.

¹⁷ A palavra “catequista”, segundo Dom Mário, é o mesmo que “dirigente de cultos ou agentes de comunidades” em outras regiões (MARTINS, 2014).

Mamirauá. Seu Pedro começou a participar das atividades da Igreja aos 25 anos, no ano de 1969 até 2002. Vale ressaltar que nessa época (1969, época em que seu Pedro começou o seu trabalho junto a Igreja) a Prelazia de Tefé já trabalhava a educação popular através de diversas pastorais na formação de lideranças comunitárias, catequistas, animador de setor, entre outros. O MEB foi um movimento ligado à prelazia de Tefé, cujo foco de atuação foram as populações das comunidades rurais dos municípios em que a Prelazia atuava¹⁸. Esse movimento também foi responsável pela formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's)¹⁹ que incentivava a organização social e política dos ribeirinhos (MARTINS, 2014).

...estudava tudo, esse trabalho de agricultura, plantação de tudo quanto era planta, seringueira... Eu não sabia cortar seringa, daí fui aprender defumar seringa, fui aprender a apanhar cacau que eu não sabia apanhar, apanhar o mamão. Eu aprendi a apanhar mamão pra vender na feira, e como se faz um apanhador de mamão. Faz uma caixa, daí prega numa vara e pega o mamão que aí o mamão não bate. Tudo isso eu aprendi, muito bom (...) trabalhei no MEB também, eu era instrutor, ensinava os mais tolos do que eu, pra falar na palavra comum (Seu Pedro, 78 anos, Caixana).

Segundo seu Pedro, foram mais de 20 anos de trabalho nas comunidades. Realizou batizados, casamentos, organizou ajuris. Ele relatou que foi aluno do Irmão Falco, um missionário da Congregação do Espírito Santo que chegou à Tefé em fevereiro de 1964. Falco direcionou seu trabalho para a capacitação da população de Tefé e também dos ribeirinhos para atuarem como protagonistas no processo de emancipação social a qual estavam inseridos.

...estudei com ele e foi onde eu aprendi alguma coisa. O que ele me ensinou em primeiro lugar (...) é cuidar das plantas né. Ele me ensinou a cuidar do cacau, da goiaba, do ingá, da pupunha, do açaí, e de todas as plantas que tinha aqui na região. Porque cada planta tem que saber como se cuida e como ela pode se desenvolver melhor. E assim, o irmão Falco me deu uma lição, me ensinou bastante e eu continuei levando esse estudo para comunidade... (Seu Pedro, 78 anos, Caixana).

Seu Pedro afirmou que nessa época, as pessoas que moravam nas margens dos rios não tinham oportunidade para estudar, segundo ele, a maioria dessas pessoas não sabiam sequer assinar o nome e disse que foi para essa população que ele voltou o seu trabalho. Ele foi um

¹⁸ Dom Sergio Eduardo Castriani afirma que a Prelazia de Tefé corresponde a uma área de 258.000 km², equivalente ao Estado de São Paulo (PERALTA, 2012). Dentro deste território estão os seguintes municípios Alvarães, Carauari, Fonte Boa, Itamarati, Japurá, Juruá, Maraã, Tefé e Uarini, como com uma população de cerca de 200.000 pessoas, com unidades de conservação e cerca de trinta áreas indígenas onde vivem 15 povos (MARTINS, 2014).

¹⁹ As CEB'S são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural) por iniciativas de leigos padres ou bispos (...). São comunidades, porque reúnem pessoas que tem a mesma fé pertencem a mesma Igreja e moram na mesma região (Frei Betto, 1981 p. 07).

alfabetizador, ensinava tudo que sabia. Seu Pedro trabalhou pouco na roça, parte da sua vida foi na “proa das canoas dos padres”, pois estava sempre em busca de aprender mais. Depois que parou de trabalhar junto às comunidades, seu Pedro mudou-se para Manaus, onde morou por 10 anos. Depois desse tempo, resolveu visitar o seu irmão, ele chegou bem no momento em que seu Paulo e os demais trabalhadores resistiam à desapropriação por parte da empresa EMADE. Seu Pedro passou a morar junto com seu irmão. Ele descreveu a situação na qual encontrou seu Paulo:

O meu irmão Paulo ficou em uma calamidade, nem ia atrás de uma manutenção porque ele não tinha como ir a pé. Muito pesado, muito longe. Gastava dois dias, um pra ir, outro pra voltar, pra ir buscar a manutenção pra cá pra EMADE. Até eu mesmo ainda fui com ele. Teve um tempo que nem a castanha deu dinheiro, que era a produção daqui, as castanhas foi tudo derrubada e assim foi.

Seu Pedro narrou a respeito da dificuldade para levar a produção até Tefé, segundo ele, andava-se horas carregando os produtos nas costas. Afirmou que, as pessoas que permaneceram, plantavam bastante, mas que muitas vezes não conseguiam escoar nada do que haviam cultivado. Seu Pedro reconheceu os benefícios que vieram juntamente com a abertura da estrada, sua pavimentação e instalação de energia elétrica. Atualmente a situação é outra, segundo ele, tudo que é cultivado e coletado pode ser comercializado na cidade, pois a estrada facilita o transporte de tudo que é produzido na comunidade. No entanto, ele não deixou de tecer as suas críticas em relação aos transtornos que vieram juntos com a construção e a pavimentação da mesma. Seu Pedro relacionou a abertura da estrada com as constantes invasões ocorridas dentro da área da comunidade na qual mora.

Em sua narrativa, seu Pedro, esteve sempre reafirmando a importância da sua formação como catequista, animador de setor e professor. Enquanto narrava as suas experiências, ele as fazia sempre dando ênfase no papel que desempenhou em outras comunidades. Tudo que aprendeu foi posto em prática quando se mudou para o Projeto Mapi. Segundo ele, realizou vários casamentos e batizados na atual comunidade. Orgulhoso, ele afirmou que, tudo isso só foi possível, devido aos anos de experiência que já trazia consigo.

Daí eu prossegui a viver e trabalhar aqui com ele e estou até agora aqui e estamos trabalhando aqui na união, (...) com a união a gente vai prosseguindo com a finalidade de chegar aonde a gente tem vontade... (Seu Pedro, 78 anos, Mapi, 2014).

2.3. Sobre as trajetórias

Foram gravadas oito narrativas, cada interlocutor, a partir do roteiro de perguntas narrou o que podia, no entanto, eles não estavam somente narrando acontecimentos. Cada um deles se posicionou a respeito dos eventos e experiências passadas, fizeram suas críticas e reatualizaram suas lembranças em um quadro de interesses atuais. É importante frisar que, nem tudo que foi narrado por esses interlocutores encontra-se em suas trajetórias. Isto foi um cuidado tomado, pois essas narrativas são repletas de denúncias e nomes que não podem ter ligação direta com o narrador. As narrativas, não deixaram de apresentar suas denúncias e suas queixas.

As experiências/trajetórias foram feitas a partir do posicionamento de três categorias de interlocutores: agentes que foram trabalhadores da Empresa Amazonense de Dendê: Dona Augustinha, Seu Paulo; agentes que eram crianças e acompanharam seus pais durante os anos de trabalho na empresa: Marcela, Geceoglâneo, Antônia, Orlânio; agentes que chegaram após a falência da empresa: Seu Pedro e João. Para além destes três marcadores, ainda é possível fazer mais uma distinção entre as experiências destes agentes, por exemplo, seu Pedro e seu Paulo têm 78 e dona Augustinha 68 anos, os demais encontram-se na faixa dos 30 anos de idade. Estas faixas etárias implicam nos espaços nos quais as experiências de cada um ocorreram e no contexto histórico em que eles se encontravam inseridos. Como é possível perceber, nas trajetórias dos irmãos Pedro e Paulo, eles narraram experiências anteriores a EMADE. Seu Paulo narrou a respeito das capturas e fugas de índios, extração da seringa, trocas entre regatões e indígenas de Mapari, comunidade na qual nasceu. Já seu Pedro, estruturou sua narrativa a partir de sua trajetória no MEB e dos lugares por onde passou. Dona Augustinha narrou a respeito de sua experiência enquanto parteira e de como aprendeu a partejar.

Quando passamos às trajetórias dos demais agentes, percebemos que elas são tecidas, situadas a partir das experiências ocorridas na EMADE. Com exceção do João, todos contam a respeito das funções que seus pais desempenharam junto à empresa, pois estiveram sempre acompanhando ou ajudando seus pais a desenvolver suas atividades. É importante fazer essa distinção, pois cada um deles tomam posicionamentos diferentes enquanto narram suas experiências. Por exemplo, seu Pedro e o João, em suas narrativas eles falaram do momento em que chegaram à área que atualmente corresponde à comunidade indígena Projeto Mapi. Contaram como tudo estava ocorrendo. Eles não tiveram experiência enquanto trabalhadores da EMADE, em vez, apresentaram uma narrativa pós-empresa que acaba por diferenciar as posições e conseqüentemente a trajetória destes agentes.

Os anos de serviços prestados à antiga Empresa Amazonense de Dendê, a sua falência, a tentativa de expropriação por parte dos representantes da EMADÉ e a permanência nas terras, são os temas centrais presentes nas narrativas dos agentes indígenas da comunidade Projeto Mapi. A construção destas narrativas está ligada às experiências vividas naquelas terras. Apesar de tecerem suas narrativas dentro de contextos históricos distintos, como já mencionado, a ênfase é dada naquilo que se viveu na comunidade.

As narrativas dos agentes da comunidade indígena Projeto Mapi revelam a apropriação de um discurso: o pertencimento ao movimento indígena da região do Médio Solimões. Destaca-se nas trajetórias pessoais e na formação do discurso o assumir a identidade étnica. Em suas narrativas falaram sobre grandes temas, com ênfase na luta por políticas públicas que atendam as necessidades da comunidade. Todos os benefícios são vistos como conquistas dos indígenas, fruto da "luta" e da "mobilização".

As trajetórias apresentadas mostram a posição que estes assumem enquanto Caixana, eles se colocam como parte integrante de um processo de luta coletiva que teve início com a formação da comunidade. O que é significativo para eles hoje é o período que começa com a organização política, luta pela terra e direitos. O tempo das narrativas dos agentes da comunidade indígena Projeto Mapi, é o tempo da construção da sua autonomia, da autoconstrução enquanto coletivo.

Estes agentes foram e são ativos, as condições sociais e históricas, não são vistas como determinantes únicas. Essas condições geram possibilidades. É a partir delas que as pessoas concretas, com suas histórias de vida e projetos, fazem as suas escolhas. Essas escolhas têm seus graus de liberdade e subjetividade, e isso resulta em diversas apropriações e interpretações da realidade e dos símbolos disponíveis. Acontece assim, a criação de uma história e um modo de vida (Pantoja, 2008, p. 62).

As narrativas dos interlocutores da comunidade Projeto Mapi, de maneira geral fazem menção a Empresa Amazonense de Dendê – EMADÉ. Ela está presente em todas as narrativas. Mesmo quem não teve uma relação direta com a empresa, nesse caso, agentes que chegaram à localidade após sua falência, apresentam uma narrativa envolvendo-a, nesse caso refiro-me ao seu Pedro e ao João. Em conversa com o João, ele disse ter chegado à comunidade em 1999. Mesmo tendo chegado cinco anos depois da falência da EMADÉ, percebo que ele enquanto receptor da narrativa que fala sobre o início da comunidade, passa a fazer parte da experiência de vida de quem viveu o fato narrado.

No Projeto Mapi, as famílias mais antigas são imbuídas de autoridade pela comunidade, elas são responsáveis por estarem sempre contando a história da formação da comunidade nas reuniões e encontros. As narrativas de formação do lugar estão sempre sendo contadas, relembada, reatualizada. Lembro-me bem, do dia em que estive pela segunda vez na comunidade, era janeiro de 2014. Foi marcada uma reunião para que todos pudéssemos conversar a respeito da proposta da pesquisa junto a comunidade.

A reunião aconteceu no Centro Comunitário logo pela manhã e 15 pessoas participaram. Seu Paulo ainda estava como tuxaua da comunidade, me apresentou aos demais e eu fiz uma fala a respeito da proposta de pesquisa. Após esse momento, foi aberto espaço para que todos pudessem fazer suas críticas e colocar suas ideias. Seu Paulo foi de imediato apontado para fazer suas colocações. E foi nesse momento, que eu ouvi pela primeira vez, uma das narrativas a respeito da formação da comunidade. Todos ali prestavam bastante atenção na fala do ancião, as crianças eram as que tinham mais curiosidade em ouvir, empurravam-se para chegarem mais perto dele. Antes de falar do momento em que começou a trabalhar na EMADÉ, ele narrou suas experiências na comunidade onde nasceu. Ele misturava português e Nheengatu e era interrompido pelas crianças perguntando o significado das palavras. Ele narrou experiências ocorridas na comunidade na qual nasceu e dos lugares por onde passou, até chegar à narrativa de formação da comunidade na qual reside. Após sua fala, outros agentes narraram suas experiências na comunidade. Percebi que todos ali estavam fazendo um exercício de (re)atualização de suas memórias. Tratava-se da memória coletiva da comunidade indígena Projeto Mapi.

De maneira geral, todas as narrativas tratam de experiências ligadas a formação da comunidade. Somente seu Paulo e seu Pedro falam de experiências anteriores a EMADÉ. Como já mencionado, seu Paulo narrou com bastante vigor tudo que viveu na comunidade onde nasceu, sobre as memórias de seu pai e avó. Narrou momentos que antecedem muito a sua chegada à área da atual comunidade onde mora. Até chegar às narrativas a respeito da configuração da comunidade Projeto Mapi, ele falou de um momento anterior, falou dos lugares por onde passou, da avó, da madrasta.

A minha mãe, ela era peruana, então o Alfredo que era o meu pai veio de Mapari morar em São Paulo de Olivença, no igarapé por nome Camatiã. Minha mãe baixou de uma cidade do Peru, tem um nome, mas tô esquecido né... A avó dela (se refere a dona Augustinha) eu ainda conheci muito. Eles eram da família Mandahã, do Peru, aí ela falava só no castelhano. Isso aqui chama-se cuchara que era colher, porco chancho, galinha gallina.. Tudo isso eu sei né, sardinha é sardina... tudo isso já é espanhol né...

Seu Pedro, irmão de seu Paulo, também apresentou uma narrativa bastante extensa de suas experiências anterior à comunidade Projeto Mapi. Suas narrativas não falam de experiências parecidas com a de seu irmão. Para narrar as vivências ocorridas na comunidade, ele falou de um momento que antecede sua formação. Narrou acerca das comunidades por onde passou e das atividades que desenvolveu em cada uma delas. Depois de falar de sua formação e atuação, ele passa a falar de suas experiências vividas na comunidade indígena Projeto Mapi.

...a primeira atividade que eu dediquei minha vida foi trabalhar no setor, trabalhei sete anos lá no Canariá. Depois em 72 a 74 eu fui pra um lugar, fui pra ser professor, fui dá aula, aí depois, segui minha dedicação e fui viajar com o padre como sacristão no setor de Vila Alencar. Depois eu fui trabalhar como animador de setor no mesmo setor (...). Depois eu vim trabalhar como monitor e professor, comecei no Juruamã, (...) fiquei uns três anos lá, depois vim pra Boca do Mamirauá que chamam de Matéia e fiquei uns três anos lá. Daí trabalhei no Açaí que é mesmo confronfe, trabalhei um ano... Depois eu vim trabalhar aqui na terra... (Seu Pedro, 78 anos, Caixana).

Nas narrativas de dona Augustinha, ela recorreu principalmente às experiências ocorridas antes e durante a configuração da comunidade indígena Projeto Mapi. A narrativa sobre sua formação como parteira, iniciou com a sua fala acerca dos partos realizados no acampamento da Empresa Amazonense de Dendê. Frisou sobre os cursos de parteiras dos quais participou, segundo ela, todos eram ofertados pela Prelazia de Tefé. As narrativas de dona Augustinha trataram principalmente de tudo que ela viveu na empresa e de suas experiências a partir do momento em que a EMADE faliu. Ou seja, ela apresentou uma narrativa enquanto trabalhadora da empresa e uma narrativa pós-falência da empresa, se contrapondo aos interesses desta, nesse caso, à desapropriação de sua família das terras onde se encontrava instalada a EMADE.

Os interlocutores que trago acima são os mais velhos, eles são aqueles que são chamados de fundadores da comunidade, pois eles foram os principais articuladores que se dispuseram a lutar pela sua formação. As narrativas da Marcela, Geceoglâneo, Orlânio e Antônia, trataram das experiências ocorridas antes, durante e pós-formação da comunidade. Todos eles são filhos de agentes que trabalharam na EMADE, todos eles eram crianças e também tiveram experiências com a empresa. Quando estes interlocutores se reportaram a empresa, estavam sempre narrando seus pais enquanto trabalhadores e eles são aqueles que estavam sempre ajudando os pais a desempenharem suas funções na EMADE.

Os pais da Marcela foram trabalhadores da EMADE, eles foram umas das famílias que continuaram nas terras após a falência da empresa.

Quando eu fui pra EMADE eu tinha 10 anos. Aí os meus pais trabalharam lá, os dois, ela e ele e a gente passou a morar lá na Agrovila da Emade. Meu pai trabalhava de cozinheiro e a minha mãe, ela trabalhava no pesado mesmo. Ela fazia a coroa dos dendês. Ela limpava ao redor, para ficar serrado, né. Aí todo tempo tinha que ser feito isso.

Suas narrativas tratam principalmente das experiências ocorridas após a falência da empresa e de eventos mais atuais ocorridos na comunidade.

Aí moramos, aí foi quando a família do seu Paulo que nunca saiu de lá e ficou lá também né. Eles entraram por trás, porque eles precisavam plantar, eles não tinham de onde tirar.

O único sustento que nós achamos foi lá naquelas terras. Começamos a plantar... Ninguém via aquela terra, ninguém queria porque era muito longe, era muito dificultoso, não tinha estrada. Não tinha nem essa estrada que vinha pra cidade, só tinha a estrada que ia do rio até aquela terra né. E aí a gente ficou lá, plantamos e isso foi nós e a família do seu Paulo. Ficaram meus pais e os pais do meu marido.

Marcela narrou as dificuldades que sua família e os demais enfrentaram ao continuarem nas terras da antiga empresa.

A maior dificuldade foi porque a gente não tinha as sementes né, a gente tinha que pegar aqui na beira do rio, pedir maniva... Porque acabou tudo e a gente tinha que buscar de novo, renovar. Hoje eu digo para o meu filho: a gente tem que dar valor pra nossa maniva, porque quando nós começamos, a tua avó carregava na cabeça feixe de maniva da beira até aqui, 9 km pra poder a gente ter.

Nós passamos dificuldade, a caça tinha bastante, só que aí não tinha farinha pra comer, a gente comia com banana mesmo, plantava aquela bananinha ali e ia comendo. A dificuldade também era o deslocamento, nós plantava, mas pra tirar pra fora pra vender não tinha condições, né. Era muito difícil, a gente só tinha um burrinho e ele fazia esse trajeto pra gente.

Geceoglâneo é filho do seu Paulo e dona Augustinha e esposo da Marcela, suas narrativas também recorrem à época em que a empresa faliu e pegou toda a sua família de surpresa. Os pais de Gane, como é mais conhecido, também trabalharam na EMADE.

Chegamos juntos já, nossa família todinha, no tempo que ele (seu pai) veio pra cá, veio a família junta. Assim, ele veio né, quando eu cheguei aqui com ele, com nossa família, eu tinha uns cinco anos de idade né. Ainda tava no início do plantio, só era a área mesmo aberta e planejamento pra demarcação, mas ainda tava no começo do plantio quando a gente chegou. Eu tinha uma base de uns cinco anos, mas eu lembro bem que era só um descampado ainda, não tinha nada quase plantado ainda, só mesmo as estradas abertas e a mata aberta pro plantio do dendê.

Quando a gente chegou pela primeira vez a gente morou lá onde era o acampamento dos trabalhadores mesmo, ficavam lá onde chamavam de refeitório, numa outra área lá pra frente (...)As pessoas todinhas moravam lá, ainda tava na forma de planejamento ainda (...) O alojamento era feito só mesmo a estrutura assim, como aquela lá, em baixo o chão batido...

Orlânio, tuxaua e professor bilíngue da comunidade, também é filho do seu Paulo e dona Augustinha, em sua narrativa, ele lembra as dificuldades enfrentadas por sua família após a falência da empresa. Ele afirmou que ainda era menino, mas que se lembra da dificuldade que seus pais enfrentavam ao levar a produção até Tefé. Narrou a respeito do jumento que a comunidade havia ganhado do prefeito na época. Segundo ele, este ajudava no transporte da produção das pessoas que continuaram nas terras após a falência da empresa.

E para fechar com as narrativas dos interlocutores que chegaram ainda criança nas terras onde se encontra localizada a comunidade Projeto Mapi, trago algumas partes da narrativa da Antônia. Assim como os demais, ela também chegou às terras juntamente com seus pais, estes também foram trabalhadores da EMADE.

Quando eu cheguei aqui na comunidade eu tinha uns cinco anos. Meu pai trabalhou na empresa ainda, ele tem nove anos de empresa, tá morando em Nova Olinda. Esse terreno aqui todinho era dele. Era topógrafo, fazia picada... Ajudei minha mãe (...). Quando ela ia paro trabalho, ia na Toyota, nós ia embora com o pessoal da EMBRAPA. A gente ia mudar as plantinhas, né... A gente fazia mudas, as vezes ia capinar...

Aí, quando a empresa faliu, eles chegaram com uma caçamba, porque eles não queriam ninguém aqui, aí chegaram com uma caçamba botando as coisas do pessoal todinho para ir embora. Ninguém esperava por isso né?! E aí, quem não tinha casa na cidade?

Nossa maior dificuldade era porque a gente não tinha um trabalho em Tefé. Não tinha muito estudo e aí, a nossa sobrevivência era vir pra plantar (...) nós só tirava a fruta que tinha na mata né, que era a castanha, açaí, o animal que matava pra a gente comer pra sobreviver. Em Tefé era difícil né...

Aí nós entramos pra cá e fomos ficando, mas antes disso, seu Paulo já vivia um tempo aqui. Desde quando começou, até quando terminou. Ele chegou bem no início, ele e meu pai.

As narrativas de Marcela, Geceoglâneo, Orlânio e Antônia, são narrativas dos filhos dos trabalhadores da EMADE. Eles chegaram à área onde se encontra a comunidade quando eram crianças. Como vimos, Gane afirmou que deveria ter por volta de uns cinco anos na época em que seus pais começaram a trabalhar na empresa. As narrativas desses agentes falam de experiências que ocorreram exclusivamente nas terras na qual a EMADE estava instalada. Dos quatros interlocutores em questão, somente a Marcela apresentou uma narrativa que antecede sua experiência com a empresa. Na verdade, ela narrou as memórias de sua mãe, falou do lugar onde esta nasceu, do casamento de seus pais e o motivo da vinda destes para o município de Tefé.

Temos ainda, as narrativas do João, ele chegou à área onde encontra-se localizada a comunidade em 1999. Assim como os demais, João também apresentou uma narrativa a respeito

da EMADÉ, no entanto, ele narrou as memórias de sua esposa, Marisete Curintima Balieiro. Ela é irmã da Marcela e também chegou quando criança na comunidade. João estava sempre afirmado que a sua esposa, juntamente com seus pais e irmãos haviam chegado naquela localidade no tempo em que a empresa estava funcionando e que por isso, ela é vista como uma das famílias fundadoras da comunidade.

Cheguei aqui no ano de 99 se não me engano. A minha esposa é da família da Marcela, ela é irmã da Marcela que já era daqui da comunidade, né. Eu conheci ela na cidade e nesse tempo eu tava no exército e quando eu sai do exército e já tava com ela e daí vim direto pra comunidade. Daí desse ano de 99, começo de 99, eu passei a viver pra cá.

O acesso que existia aqui só era pela beira e estrada, caminhando a pé. Era um tempo muito difícil, era um tempo dificultoso. Os habitantes daqui, só eram eles mesmos, um povo que tinha ali na beira da Barreirae outro povo que morava ali pro Pavão. Mas era pouca gente. E foi nessa época que eu vim pra cá e comecei a habitar aqui com eles, passei a morar pra cá com a família dela.

Os primeiros habitantes daqui foi a família dele (se referindo ao Geoglêo, filho do seu Paulo e dona Augustinha), com a família do pai da minha esposa. Então, eu creio que naquela época, eles já começaram a trabalhar pensando em uma comunidade. Então quando eu vim pra cá em 99, já existia a comunidade, já era uma comunidade, já tinha pessoas aqui que faziam parte da família da minha esposa, da família do pai dele.

As narrativas dos moradores mais antigos da comunidade indígena Projeto Mapi remetem a questão de como “no começo foi”, “começou assim”, estas falas remetem a questões de organização social baseado na existência do primeiro. São esses primeiros que contam como tudo começou. A expressão “naquele tempo” é usada sempre quando se referem à antiga empresa e ao momento após a sua falência. O tempo desses primeiros agentes sociais forma o marco fundamental da constituição de uma comunidade afetiva fundada na memória a qual Halbwachs (1990) se refere. Os interlocutores com os quais dialoguei, foram os primeiros articuladores que trabalharam em prol da formação da comunidade Mapi. Estes ou trabalharam na antiga empresa ou chegaram pouco tempo depois desta ser desativada.

A construção do território da comunidade indígena Projeto Mapi, implicou primeiramente na ocupação e no domínio do espaço como garantia e afirmação do direito sobre o local, que se evidenciou no ato de fazer uma roça, na coleta do açaí, entre outros. Essas modificações acabaram por delimitar o território, que passou a ser considerado o espaço da comunidade. Esse espaço foi construído a partir das relações sociais e da apropriação dos recursos naturais e domínio da natureza. É bom enfatizar que o território, antes de exprimir uma ligação a um lugar particular, é uma relação entre pessoas e se refere à organização de um espaço carregado de história e é, portanto, um produto histórico e envolve dimensões materiais e simbólicas da vida social.

O discurso sobre o manejo da terra e dos recursos está presente nas narrativas dos primeiros agentes que participaram da formação da comunidade indígena Projeto Mapi. Seus conhecimentos tradicionais sobre o cultivo da mandioca, da banana, do cará, entre outros produtos, garantiu a permanência desse grupo nesse local. Na sua fala, Geceoglâneo deixou claro que, quem sabia mexer com a terra ficou, quem não sabia não se juntou aos demais.

Em suas narrativas, os agentes organizaram todos os recursos referentes à fauna e à flora da área territorial que utilizam. Conhecer a época da colheita de cada fruta como o açaí, a castanha, o tucumã, a pupunha e as disposições das árvores demonstra o conhecimento que o grupo tem a respeito desses recursos. Esse conhecimento não se dá somente a respeito das árvores frutíferas, mas também em relação àquelas que podem ser utilizadas como remédios caseiros. Dona Augustinha apontou-me e descreveu muitas dessas plantas, enquanto parteira, ela precisa dispor de uma série de conhecimentos sobre as plantas que ajudam na recuperação da parturiente. Aponta que, depois da gravidez a mulher precisa tomar vários tipos de chás para ajudar limpar e cicatrizar o útero. Segundo ela, a casca da paracuuba²⁰ e do uxi amarelo²¹ é um anti-inflamatório poderoso. Para curar gastrite e ajudar a limpar o estômago, o mais indicado seria o leite do Amapá. A caça, por sua vez, também mobilizava um conjunto de conhecimentos específicos, segundo Geceoglâneo, é preciso saber quais os locais que o porco do mato, a paca ou a cutia costumam frequentar e quais os tipos de frutas favoritas desses animais. Trata-se de um território que não é apenas bem conhecido por esses agentes indígenas, mas que também lhes é dádioso.

A terra, portanto, foi trabalhada e demarcada pelos agentes da comunidade indígenas Projeto Mapi. Em suas narrativas eles invocam dois tipos de demarcação: aquela que é realizada pela FUNAI e que muito é almejada; aquela que é feita a partir do uso, do domínio e experiências ocorridas no território. O fato de alguns agentes estar morando há muitos anos e outros terem nascido nesse território, implica em uma demarcação afetiva. O mapa²² abaixo

²⁰ É uma espécie amazônica de árvore, que pode atingir até 40 metros de altura.

²¹ Árvore nativa da Amazônia, a casca de seu caule ela é muito utilizada tradicionalmente na comunidade para a prevenção e tratamento de afecções do trato geniturinário feminino e como anti-inflamatório.

²² A Coordenação Regional da FUNAI em Alto Solimões realizou, de 6 a 9 de dezembro, uma oficina sobre a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas-PNGATI na Terra Indígena Barreira da Missão, em Tefé, região do Médio Solimões. Foram apresentados e debatidos os sete eixos que constituem a política, com destaque especial ao Eixo III, sobre áreas protegidas, unidades de conservação e terras indígenas, em razão de inúmeros conflitos entre indígenas e ribeirinhos naquela região (Informações da Coordenação Regional de Alto Solimões, 2017).

demonstra a demarcação elaborada a partir da visão dos agentes indígenas da comunidade Projeto Mapi. Ressalto que não existe um mapa elaborado pela FUNAI.



Figura 20 Mapa delimitando a área de uso da comunidade. Produzido pelos agentes indígenas.

As histórias de permanência, resistências e luta por direitos, faz deste grupo aquilo que Halbwachs (1990), vai chamar de “comunidade afetiva”, pois estes compartilham memórias e são essas memórias que fundam o sentimento de pertença à comunidade em que moram. Arruti (1996, p. 32), diz que a “memória é o primeiro laço entre esta população - feita comunidade pelo recurso a uma memória compartilhada - e o espaço ocupado, transformado assim, pelo apego, em território”. Os encontros para as gravações das narrativas invocaram memórias, e a comunidade tornou-se um cenário que dava vida a antigas e novas interpretações, significados e vivências. Essas narrativas exploram antigas memórias e criam novas

possibilidades, projetos e escolhas. A respeito das lembranças, Pantoja (2008), vai dizer que, do mesmo modo em que as lembranças são reconhecidas, elas são também reconstruídas. Elas são reconhecidas quando falam dos objetivos alcançados e são reconstruídas, pois não é uma repetição de acontecimentos e vivências do passado, elas são resgates de acontecimentos e vivências que são atualizadas em um quadro de preocupações e interesses atuais. A cada narração da história de formação da comunidade indígena Projeto Mapi, uma nova versão é elaborada em função do momento, dos interlocutores e da continuidade da própria vida. Assim, as memórias do passado se entrecruzam com o vivido no agora/presente que vai sendo incorporada, ao mesmo tempo em que está sendo construída.

“O próprio momento da narrativa é, ele mesmo, o momento de construção da memória” (LINS DE BARROS, 2011, p. 01) coletiva dos agentes indígenas da comunidade Projeto Mapi. Portanto, narrar a história do lugar é a maneira que esses agentes utilizam para resgatar a memória de fundação e fortalecer os vínculos com o lugar e o grupo social, que se caracterizam por suas práticas e atividades coletivas, imprimindo suas marcas no lugar. É a partir dessas memórias, que esses agentes se identificam enquanto comunidade indígena. O uso social dessas lembranças atua na (re)construção da identidade e das fronteiras desse grupo.

Capítulo 3 – O território dos Conflitos

3.1. Da EMADE aos diversos projetos e propostas do Estado e dos agentes não indígenas

Neste capítulo descrevo os principais conflitos envolvendo os agentes indígenas da comunidade Projeto Mapi e os agentes não indígenas do seu entorno. Mas antes, considero importante situar o termo comunidade nesta etnografia. O termo é empregado pelos agentes sociais do Projeto Mapi para delimitar os seus espaços de uso. É preciso atentar para as designações que o termo “comunidade” carrega em si, ainda mais, quando este é usado por grupos populacionais na região do Médio Solimões. O termo comunidade, como é conhecido regionalmente, foi introduzido pelo MEB (Movimento de Educação de Base), como referência a uma organização política de moradores em torno de uma associação (ALENCAR, 2002 e 2009) que lhes dá direitos e deveres enquanto organização social. Lima (1999), explica que antes da introdução do conceito de comunidade, os termos utilizados eram localidades, povoados e sítios que após a atuação do MEB, passaram a ser referidos como comunidades, “para transmitir a noção de direitos comuns de residência e uso comunal dos recursos de terra e água - relacionados ao território de sua localidade” (LIMA, 1999 p, 22).

Além de fazer referências à “base física” do espaço ocupado, este também está ligado ao processo de formação política e religiosa iniciada pela Igreja Católica no que se refere aos novos padrões de moradia e organização ocorridos nessa região. Apresentar o termo comunidade nesse momento torna-se importante, na tentativa, de um uso que melhor se assemelhe ao uso que os agentes sociais fazem deste. É bom evidenciar que, sempre que os agentes usaram o termo “comunidade”, este foi sempre seguido pelo termo “indígena”. Ou seja, todas as vezes em que eles se referiram ao espaço físico que ocupam, o chamaram de “comunidade indígena”.

Os conflitos envolvendo os agentes indígenas da comunidade Projeto Mapi, tiveram início em 1993 com a falência da Empresa Amazonense de Dendê – EMADE, já mencionado nos capítulos anteriores. Atualmente, os conflitos ocorridos na comunidade não são entre os agentes indígenas que decidiram permanecer nas terras e os representantes da antiga empresa. Esses conflitos tomaram outras formas e têm se instaurado em outras instâncias no cotidiano desses agentes, a saber: entre indígenas e não indígenas. Pude ouvir não só o posicionamento dos agentes indígenas da comunidade, mas também dos não indígenas do entorno e do município de Tefé. Todos esses farão parte da construção dessa relação, assim, será possível perceber como esses indígenas e não indígenas tomam parte e se posicionam nesse conflito.

As narrativas dos agentes indígenas do Projeto Mapi são repletas de denúncias acerca das invasões que têm ocorrido na área de uso da comunidade por parte de não índios vindos da cidade de Tefé. Após a falência da empresa, os agentes que decidiram permanecer, começaram a utilizar toda a área que correspondia à EMADE para a atividade de caça, coleta de castanha, açaí e para a plantação dos roçados. Em sua narrativa, Geceoglâneo afirmou que a área era utilizada somente pelas famílias indígenas. Segundo ele, as famílias que permaneceram, estavam constantemente recebendo outras famílias indígenas e não indígenas (referiu-se a esses últimos, como ribeirinhos), vindas da região de várzea do rio Japurá, no entanto, foram poucas que continuaram, pois achavam muito trabalhoso lidar com a agricultura na terra firme. Ele afirmou que, na época a área que hoje corresponde à comunidade, era totalmente embrenhada e isso dificultava o acesso às terras. Para ter acesso ao rio Solimões, era necessário percorrer 11 quilômetros até a sua margem. Para chegar à zona urbana do município de Tefé, essa distância dobra, pois são 12 quilômetros até chegar a outra estrada chamada Flora Agrícola, mais conhecida como Estrada do Aeroporto e dessa até a feira do município são ou menos 13 quilômetros. O mapa abaixo mostra a disposição da Estrada da EMADE.

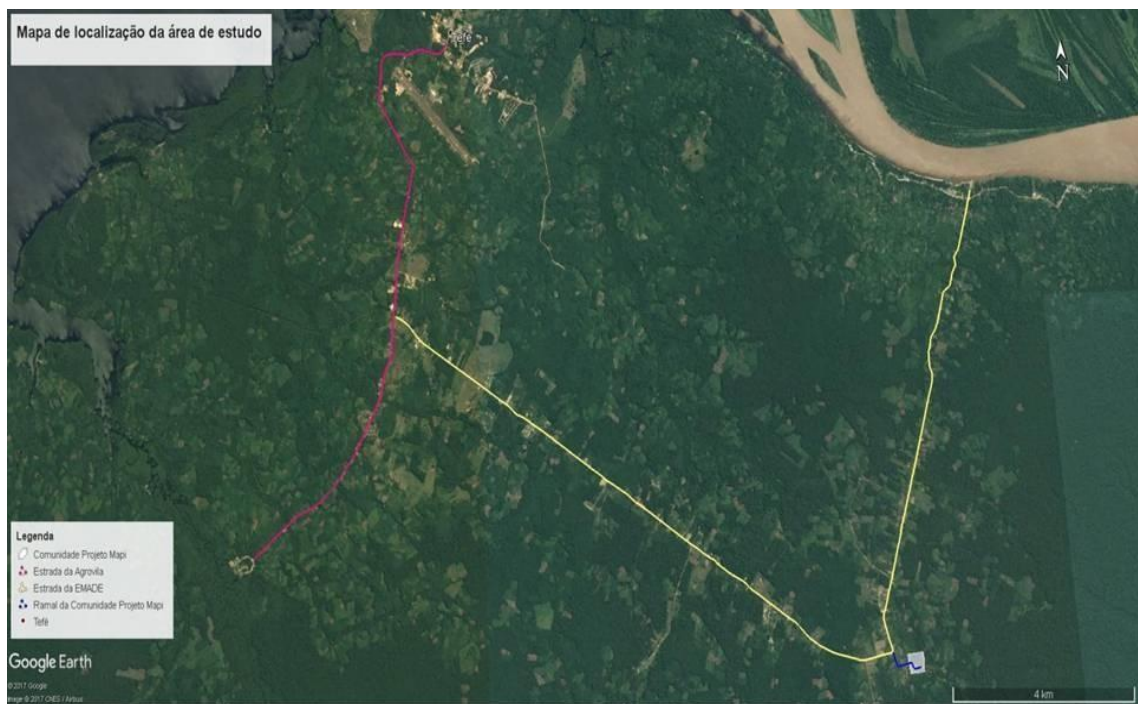


Figura 21 Mapa mostrando a disposição da comunidade Mapi em relação às duas estradas. Elaborado pelo programa Google Earth.

Em 1995, ou seja, quase cinco anos depois da falência da empresa, a área que era utilizada pelos agentes indígenas passou da categoria de localidade para comunidade e recebeu o nome de Projeto Mapi. Nessa época, a terra ainda não havia sido reivindicada como comunidade indígena. Em 1997 a Prefeitura de Tefé iniciou a abertura da estrada, e nesse mesmo período, autorizou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tefé – STRT fazer a distribuição dos lotes de terras para várias famílias ao longo desta. A pavimentação da estrada só foi concluída entre os anos de 2007 e 2008. Com a abertura da estrada, surgiram comércios, balneários, chácaras, fazendas, bares e comunidades não indígenas. A abertura, a pavimentação da estrada e, posteriormente, a instalação de energia elétrica, gerou o crescimento imobiliário em todo o seu percurso.

Como eu to dizendo, logo no inicio éramos um grupo de 15 famílias que trabalhavam em suas áreas por ali, não tinha local decidido, um trabalhava ali, outro pra cá, fazia uma rocinha ali. Aí, quando saiu essa estrada, ficou mais dificultoso, porque o pessoal, uns que trabalhavam antes e que sabiam que tinha essa área pra cá, diziam que era do banco mundial, que era do Estado, aí diziam que ninguém é dono aqui e que ninguém pode tirar documento. Teve gente que tirou documento ilegal, mas a gente sabe que não pode tirar. Mas assim mesmo o pessoal tirava, o pessoal vivia motivando os outros e virem pra cá... (Geceoglâneo, 37 anos, Caixana, Agente Indígena de saúde).

Teve uma época, logo quando abriu a estrada, né, ainda não tinha asfalto nem nada, aí tava tendo acesso na cidade, o pessoal entrava muito pra cá, vinham fazer caçada, matavam muito bicho. Eles vinham só pra comercializar, matavam e iam embora comercializar na cidade. Então, abriu esse acesso da

cidade pra cá, então começaram a andar e ver terra. Naquele tempo só a gente vivia aqui, pouca gente aqui, pouca gente ali. Então o pessoal foi criando olho em cima da terra, teve um tempo, que veio um grupo de pessoas que começaram a botar fogo na beira da estrada, começando a tomar posse daqueles pedaços de terra (João, 37 anos, Caixana, Agricultor)

É a partir de 1997, que toda a área que é cortada pela estrada da EMADÉ ganha visibilidade. Naquele momento, os agentes indígenas da comunidade Projeto Mapi começaram a sentir os impactos dessa obra. A conclusão da abertura e a pavimentação da estrada foram relacionadas com o ápice das invasões ocorridas dentro da área de uso da comunidade indígena.

O município de Tefé não possui instalação portuária adequada, as embarcações aportam em uma balsa. A construção do novo porto no município foi anunciada durante o mandato do ex-governador do Estado do Amazonas, Eduardo Braga (1 de Janeiro de 2003 a 31 de Março de 2010), a obra estadual foi orçada em um milhão e oitocentos mil reais. De acordo com a publicação do blog PICICA - blog do Rogelio Casado, o novo porto da cidade seria construído no mesmo local do antigo porto da Empresa Amazonense de Dendê. Segundo o blog, no dia 6 de fevereiro de 2006, a Secretaria de Infraestrutura do Estado, abriu licitação para a contratação da empresa responsável pela construção do porto. Segundo o Ministério dos Transportes, além do município ganhar uma instalação portuária adequada, a sua construção facilitaria a escoação da produção local, a entrada e saída de mercadorias e geraria empregos para o município. Outra questão apontada como justificativa para a construção do novo porto seria a grande dificuldade de navegação no lago de Tefé no período da seca, local onde se encontra o porto provisório.

Uma placa indicando o início e fim da obra e o seu valor foi fixado no local onde seria construído o porto do Município de Tefé. Na época, o ex-governador foi acusado de corrupção envolvendo a construção do porto. A área pretendida passou pelo processo de terraplanagem e após essa etapa as obras foram encerradas. Atualmente, a área que foi pretendida para a construção do porto é utilizada somente por pequenas embarcações (barcos de pequeno porte e canoas). Geralmente quem utiliza o porto para desembarque são pequenos agricultores com roçados próximo ao fim da estrada, a comunidade indígena da Barreira de Baixo e comunidade Santo Isidoro. O antigo porto da empresa está localizado no quilometro 23 da estrada da EMADÉ, bem a margem do Médio Rio Solimões. O mesmo foi construído a 200 metros da TI Barreira da Missão e está localizada ao lado do ramal de entrada da comunidade Santo Isidoro, que deve ter mais ou menos 200 metros também. A comunidade indígena Projeto Mapi está localizada no quilometro 13 na estrada da EMADÉ, no entanto sua área de uso delimita com

área de uso da comunidade Santo Isidoro. Na figura que segue, temos um croqui para compreendermos melhor a localização do porto e a disposição das comunidades próximas a ele.

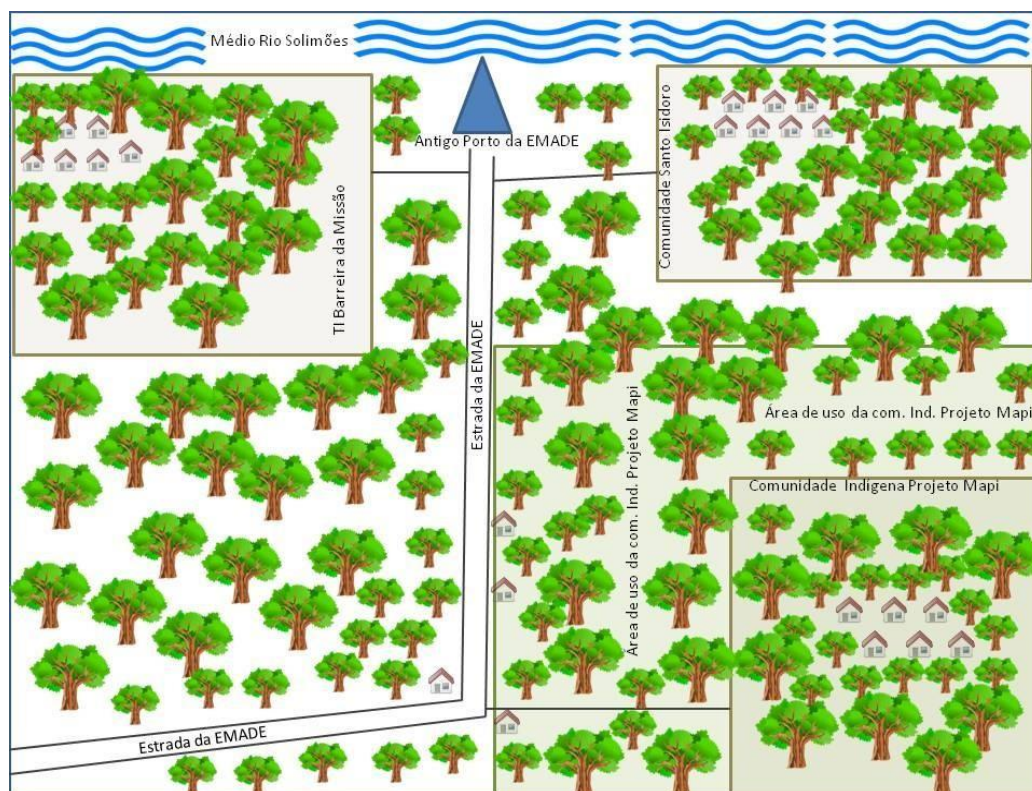


Figura 22 Croqui demonstrado os limites da área da comunidade indígena Projeto Mapi.

Apesar da construção não ter saído do papel, a notícia do novo porto e a pavimentação da estrada da EMADE criou um setor imobiliário bastante cobiçado em todo o seu percurso. Como consequência, iniciou-se um processo de vendas de casas que estavam dentro da área de uso da comunidade indígena Projeto Mapi. De acordo com Geceoglâneo e Antônia, essa atitude foi tomada por parte de agentes não indígenas que estavam procurando terras para plantar e que eles haviam acolhido na comunidade.

É assim como eu to explicando, a gente deu para o pessoal trabalhar, mas aí quando varou a estrada e viram que tinha compra, então foram vendendo (Geceoglâneo, 37 anos, Caixana, Agente Indígena de saúde).

A gente fez uma reunião com o pessoal da FUNAI e eles falaram: rapaz vocês foram lesados. Foi praticamente isso que ele falou né. Vocês doaram para esse pessoal de coração e depois que varou a estrada eles venderam os terrenos (Geceoglâneo, 37 anos, Caixana, Agente Indígena de saúde).

Por que é assim, nós demos essa área aí que era do meu pai, nós demos para eles e aí essas pessoas foram vendendo para outras (...) Aí nós temos atritos com eles, é atrito com as pessoas que estão entrando, porque eles vendem para outras pessoas (Antônia, 38 anos, Caixana, Auxiliar de serviços gerais).

Os conflitos atuais têm sido entre os agentes indígenas que formaram a comunidade com os não indígenas que compraram as casas dentro da área de uso desta. De acordo com as narrativas desses primeiros, agentes não indígenas estão sempre tentando desmobilizar a luta pela demarcação da terra. Um dos casos mais recente ocorreu em Maio de 2016, onde pessoas de fora da comunidade estavam cogitando a formação de uma Associação de Agricultores dentro da comunidade Projeto Mapi. Esses mesmo agentes realizaram uma reunião sem antes ter comunicado o tuxaua e os demais indígenas.

Lembro-me bem desse momento, estávamos em período eleitoral para prefeito e vereador. Toda a comunidade encontrava-se inquieta pelo fato de um indivíduo está na frente da formação da Associação de Agricultores. De acordo com os rumores dentro da comunidade, tratava-se de interesses políticos, pois o tão falado indivíduo havia lançado sua candidatura para vereador no município de Tefé.

Agora a gente tá passando por uma dificuldade grande aí, é a respeito de um rapaz que quer fazer uma associação dentro da comunidade. Uma associação de agricultores, né. Só que ele não participou a comunidade, ele tá passando por cima das autoridades da comunidade e isso é errado e a gente tem dito isso pra ele. E isso, sem a autorização do tuxaua da comunidade. Ele fala que aqui não é área indígena e que ele vai fazer essa associação e que não tem ninguém que impeça ele (agente não será identificado)²³

Ele quer juntar um povo para ganhar benefícios em cima da política. Essa é a atitude deles, os benefícios deles né. Eles querem juntar a comunidade e chegar lá no poder político. Tem tantas pessoas aqui pra serem beneficiadas na comunidade, mas isso é já com a intenção de benefícios pra vida dele (agente não será identificado).

No último dia do meu segundo campo do mês de Julho de 2016, eu estava saindo da comunidade indígena Projeto Mapi pelo ramal de acesso e fui parada por um sujeito bastante irritado pelo fato de conter amontoados de pedaços de concreto em algumas paragens do ramal. Ele perguntou se eu sabia quem havia deixado os concretos ali. Respondi que não sabia e que foi somente quando estava saindo da comunidade que os notei. Enfurecido, ele começou a caminhar rumo à saída comentando que aqueles pedaços de concretos estavam ali de maneira intencional e que alguém da comunidade estava tentando sabotar sua reunião, pois não teria como os carros entrarem no ramal. Naquele momento, ele virou-se para mim, falou seu nome e afirmou ser ex-funcionário da FUNAI, e então, começou a falar dos benefícios que uma Associação de Agricultores poderia trazer à comunidade. Só aí, percebi que eu estava diante do indivíduo do qual se comentava dentro da comunidade indígena Projeto Mapi. Foi naquele

²³ A pessoa a quem esse agente se refere é um ex-funcionário da FUNAI, por isso considero importante manter essa informação em sigilo.

momento que fiquei sabendo diante de quem eu estava, ninguém havia mencionando o seu nome.

Os conflitos que envolvem as invasões de terra ocorridas dentro da área da comunidade indígena Projeto Mapi, não têm partido somente dos agentes não indígenas que compraram casas dentro da comunidade, esses conflitos, também partem de agentes que moram na zona urbana do município de Tefé. De acordo com as narrativas, os agentes vindos da cidade, adquirem lotes de terra dentro da área de uso da comunidade visando somente o lazer. A compra desses terrenos é destinada para a construção de casa para os fins de semana, construção de bares e pequenas mercearias, que na região costumam ser chamadas de “tabernas”. Nas tabernas têm-se a venda de estivas em geral: produtos alimentícios como enlatados, congelados e frios, estivas de limpeza, higiene pessoal, bebidas alcoólicas e não alcoólicas. A respeito dessas invasões, Antônia afirmou o seguinte:

São pessoas que tem casa na cidade, não tem precisão. A maioria desse pedaço aí não tem precisão, e é uma terra do meu pai. O meu pai foi embora, eu disse pra eles, mas meu pai não liberou a terra para vocês. Não liberou a terra para eles. Eles que invadiram a terra, outros que já deram a terra para ser invadida. Eles só querem para vender (Antônia, 38 anos, Caixana, Auxiliar de serviços gerais).

(...) é casa mesmo, que só passa o final de semana... e querem vender bebida (...) invadir toda a terra. Eles só querem pra vender (Antônia, 38 anos, Caixana, Auxiliar de serviços gerais).

Nas áreas por onde transitei pude observar um bar e um pequeno comércio de estivas em geral. Esses estabelecimentos encontram-se localizados na entrada do ramal que leva até a comunidade. Esse ramal tem mais ou menos 01 quilometro e nele também pude observar um imóvel grande (mais adiante retomarei essa questão) que tem causado bastante conflito dentro da comunidade. No mapa abaixo, podemos observar os pontos de conflitos dentro da área de uso da comunidade.

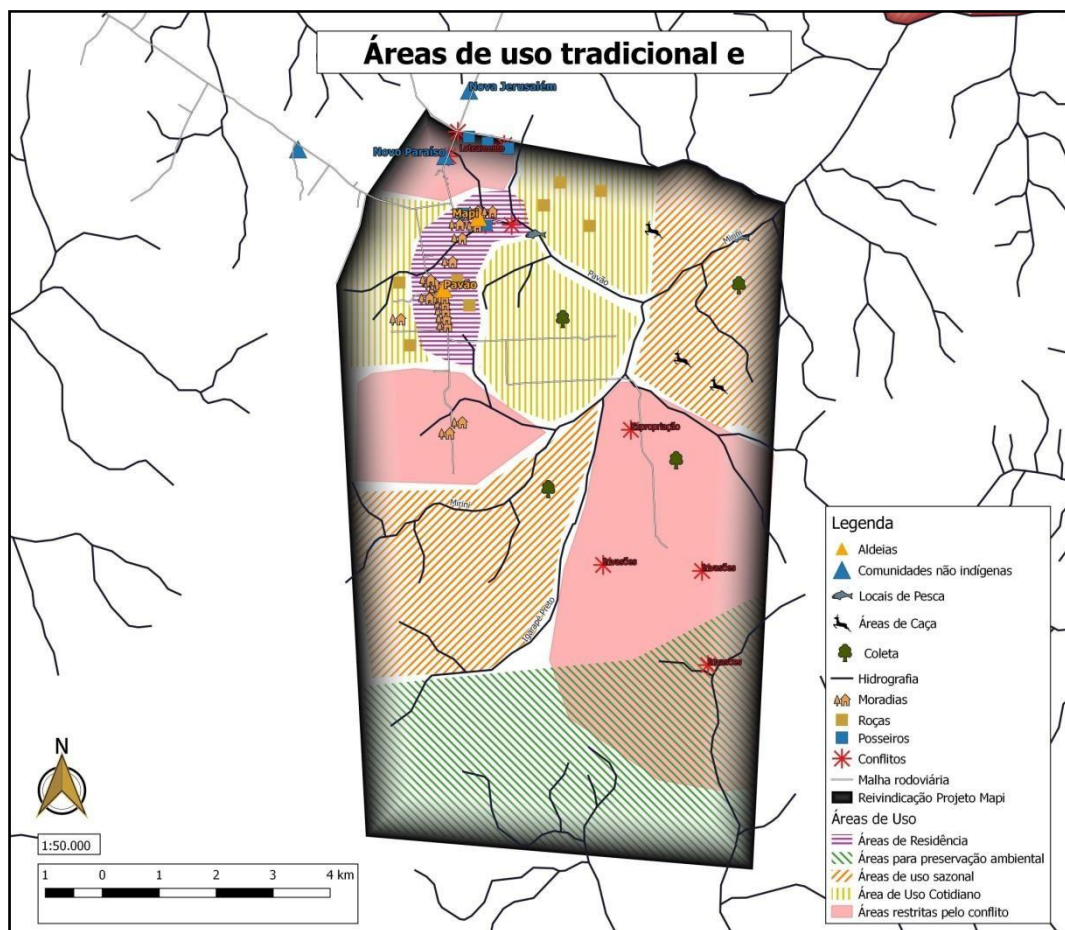


Figura 23 Mapa com as localizações dos pontos de conflitos da comunidade Projeto Mapi. Elaborado por Christian Crevels.

Geceoglâneo narrou a respeito da formação de uma comunidade indígena dentro da área de uso da comunidade indígena Projeto Mapi.

(...) e tem outra situação, (...) fizeram outra comunidade aí pra fora, chamada Novo Paraíso, que também tá dentro da área da nossa comunidade. A gente foi lá com o pessoal da FUNAI. Teve um tempo que a gente quase conseguiu tirar, mas aí não conseguimos porque ficou uma família e eles falaram que eram indígenas. Ai veio de lá um documento da UNIPI e disseram que eles eram indígenas. Então, vamos parar também, se tem algum parente (Geceoglâneo, 37 anos, Caixana, Agente Indígena de saúde).

De acordo com documentos entregues à FUNAI, a comunidade Novo Paraíso está localizada no quilometro 15 da estrada da EMADE e ocupa uma área total de 200 metros de frente, por 400 metros de fundo. A área foi dividida em 32 lotes, medindo 25 metros de frente, por 100 metros de fundo. Foram reservados dois lotes para a construção de uma Sede Comunitária com poço artesiano, um posto médico, uma igreja evangélica e uma escola. Os lotes de terra foram divididos entre 30 famílias. Em documentos enviados a UNIPI-MSA, esses agentes sociais se autoidentificaram Cocama. O grupo elaborou um documento proibindo a

venda dos terrenos, assinado por 22 moradores e com data de recebido no dia 29 de Outubro de 2009.

Em 05 de Novembro de 2009, os agentes da comunidade Novo Paraíso elaboraram outro documento, afirmando terem total consciência de que as terras que estavam ocupando encontram-se dentro da área da comunidade indígena Projeto Mapi. O documento foi recebido no dia 11 do mesmo mês e assinado pelo André Cruz, coordenador geral da UNIPI-MAS. A respeito da comunidade Novo Paraíso, Geceoglâneo afirmou que, por se tratar de “parentes indígenas” eles não impediram a ocupação dessa área. No entanto, afirmou, que atualmente, a maioria dos terrenos já foram vendidos e que os Cocama que estavam lá já não se encontram mais.

Aí a gente não sabia realmente quem era né, mas de um tempo pra cá eu tenho ido fazer visitas pra lá, algumas vezes. Vou por lá, visitar uns pacientes, e eu vejo que lá não tem mais os indígenas. A maioria do pessoal já vendeu. Os que falaram que eram indígenas né, porque a gente tem um documento aí e diz que essa área todinha é indígena, quer dizer, todos que tava lá ocupando eram indígenas. Mas de 2010 pra cá... 2011, 2012, 2014, 2015, depois de cinco anos não tem mais, já venderam tudo já (Geceoglâneo, 37 anos, Caixana, Agente Indígena de saúde).

3.1.1. Efeitos das invasões

Como já mencionado no capítulo anterior, a coleta da castanha está entre as fontes de renda dos agentes da comunidade indígena Projeto Mapi. Esses agentes apresentaram uma narrativa da redução da safra da castanha, segundo eles, essa redução está relacionada com as derrubada e vendas das castanheiras, consequências das invasões de terras ocorridas dentro da área da comunidade.

Tem um rapaz lá dentro que não para de fazer conversa no ouvido dos indígenas, fica oferecendo 200 reais numa castanheira. Ele derruba, paga e vai embora destruindo as castanheiras. Esse ano que passou, nós sentimos uma grande dificuldade, porque o que nós tirava da castanha, nós não tiramos ano passado. Que é de onde nós tiramos o nosso sustento também. As famílias tiravam uma caixa ou duas de castanha por semana. Esse ano, teve família que não juntou nem uma caixa de castanha (Marcela, 35 anos, Caixana, Auxiliar de serviços gerais).

A escassez da castanha na comunidade também foi narrada a partir da coleta que vem sendo realizada por não indígenas. A abertura de diversos ramais e terrenos tem contribuído para a diminuição da coleta, pois como afirmou Geceoglâneo, “quem adquire um terreno, também adquire tudo que se encontra dentro dele”. Ou seja, as castanheiras que estão dentro de uma área invadida passam a pertencer ao invasor e conseqüentemente, ocorre a diminuição do produto na área de coleta da comunidade. Vale frisar, que não foi somente a safra da castanha

que diminuiu, a invasão tem causado grande impacto na coleta do açai. De acordo com os agentes indígenas da comunidade Projeto Mapi, as áreas que contêm pés de açai encontram-se bastante reduzidas. Em uma de suas falas, Marcela afirmou que eles estão cercados, sem possibilidade de mobilização e conseqüentemente sem poder acessar os recursos naturais.

Quando nós entramos nessa terra, ela tava vazia. O Pavão ali, a gente ia pra lá e pegava o peixe ali próximo e voltava pra casa. É tanto que hoje eu digo pro meu marido: como a gente andava por lá, só nós e hoje a gente não pode mais fazer isso? A gente ia ali, era uma terra grande que a gente caçava, pescava por lá e hoje a gente vê que a gente tá só numa bolinha, a gente não pode ir pra cá ir pra lá (Marcela, 35 anos, Caixana, Auxiliar de serviços gerais).

A prática da caça também tem sido afetada pelas invasões ocorridas dentro da área de uso da comunidade. A área que foi destinada para a reserva e manutenção dos animais já está praticamente toda invadida. Segundo Geceoglâneo, a caça realizada pelos não indígenas é destinada apenas para o comércio. As áreas invadidas tornaram-se proibidas para a transição dos agentes indígenas da comunidade Projeto Mapi.

(...) por aqui a gente reserva ainda, a gente preserva e não deixa o pessoal caçar muito. Mas lá pra onde a gente dizia que era o nosso viveiro mesmo, não tem condições pra lá não. Lá era onde tinha a mata maior né?! (Geceoglâneo, 37 anos, Caixana, Agente Indígena de saúde).

As invasões também têm ocorrido nas áreas que contem igarapés. Um dos casos mais recente, diz respeito à apropriação de um dos igarapés por parte de um médico do município de Tefé. Segundo relatos, o médico comprou um lote de terra que é cortado por esse igarapé. De acordo com os agentes, a compra do terreno tem haver somente com questões relacionadas ao lazer. Lotes de terras que contêm igarapés são os mais procurados para a construção de imóveis para eventos de fins de semana. O igarapé é descrito como algo que proporciona entretenimento e lazer. O mapa seguinte demonstra os locais de conflitos e as sobre posições de imóveis dentro da área da comunidade.

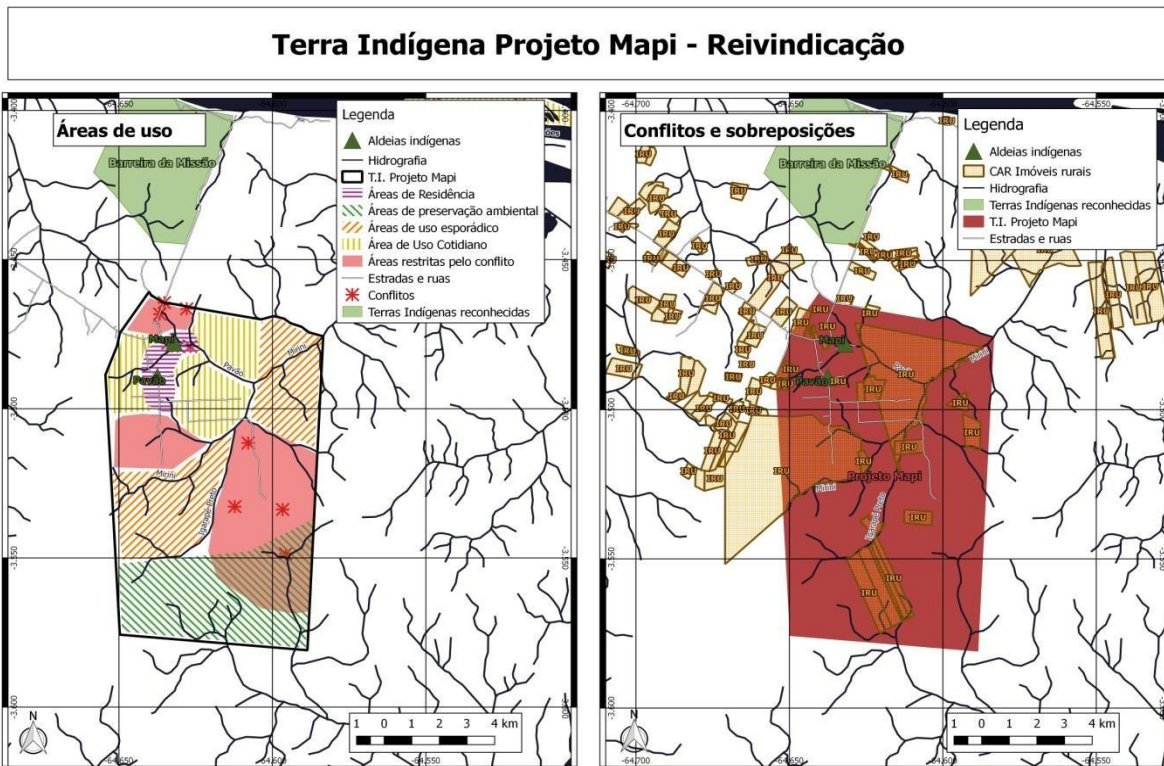


Figura 24 Mapa com as sobreposições de imóveis localizados dentro da área da comunidade indígena Projeto Mapi. Elaborado por Christian Crevels.

De acordo com as narrativas, a invasão das terras não tem causado impactos somente na questão econômica da comunidade. A entrada de bebidas alcoólicas e de drogas ilícitas tem gerado grandes transtornos na vida dos agentes indígenas da comunidade Projeto Mapi. Um dos agentes descreveu a experiência em ter um dos filhos adolescente envolvido com o uso de drogas ilícitas.

Aí nós temos atrito com eles, é atrito com as pessoas que estão entrando, porque eles vendem para outras pessoas, aí entra a droga dentro da nossa aldeia. Eu tenho enfrentado uma barra aqui com meu filho. (...) pessoas quem vêm de fora e trazem pra vender. Eu já sofri esses tempos com meu filho querendo tirar ele das drogas. (...) adolescente de 16 anos. Aí quando nós vamos pra cima deles, ai eles dizem: ah vocês não são índios não. Aqui a terra não é de vocês não, a Terra é da União, aqui é terra do Banco Mundial. Eu disse: é não, a Terra é Nossa porque nós moramos aqui, nós moramos desde o começo aqui, nós crescemos aqui, nos criamos aqui, eu disse pra eles. Agora vocês vêm da cidade querer mandar em nós aqui? Eu disse: não, vocês não vão mandar não. (agente não será identificado).

(...) Hoje em dia, nós estamos tendo trabalho com nossos jovens dentro da Aldeia. Eles vêm só pra prejudicar, passar final de semana, fazer bebedeira e trazer as droga para dar para as crianças. Nós temos um aqui, que ele pega e troca a fruta com a droga com as crianças. Eu já fui na delegacia, já fui em todo canto. Aí é por isso que nós queremos a nossa terra o mais rápido possível demarcada (agente não será identificado).

Tive acesso a dois documentos que tratam a respeito da entrada e do uso de drogas ilícitas dentro da comunidade. O primeiro documento é a ata de uma reunião que aconteceu no dia 12 de Junho de 2016 na comunidade Projeto Mapi. Estiveram ali presentes representantes do Conselho Indigenista Missionário - CIMI/Tefé, da União dos Povos Indígenas do Médio Rio Solimões e Afluentes - UNIPI - MSA e da Coordenação de Educação Escolar Indígena de Tefé. Na referida reunião, vários agentes fizeram o uso da palavra e denunciaram a venda de drogas ilícitas dentro da comunidade. Abaixo um trecho da ata:

Geceoglâneo disse que algumas comunidades que se localizam no entorno da aldeia, estão enfrentando o problema da venda e consumo de drogas, que os jovens estão sendo envolvidos nessa prática e que as famílias estão sofrendo com seus filhos envolvidos nesse consumo. Sugeri que fosse encaminhada a ata desta reunião para as autoridades responsáveis e para as organizações parceiras, levar a conhecimento desses para que possam juntos a aldeia buscar uma solução. Propões que fosse articulada uma próxima reunião com a participação das lideranças, moradores daquelas comunidades que estão vivenciando esse problema e os representantes da Polícia Federal, Polícia Militar, Polícia Civil, FUNAI, DSEI, CONDISI, Conselho Tutelar, Assistência Social, UNIPI - MSA e CIMI. (.....)

Durante a reunião foi feita a denúncia de um agente não indígena, o qual é proprietário de uma casa que encontra-se dentro da área da comunidade Projeto Mapi. Ele foi acusado de facilitar a entrada de drogas ilícitas na comunidade. Na ata da referida reunião, consta que a venda é feita por um não indígena que está morando na comunidade, mas não especifica quem. Em um documento, elaborado no dia 28 de Novembro de 2016 pelos agentes indígenas da comunidade Mapi, a denúncia é feita de maneira dirigida. De acordo com o documento, durante a semana o filho e o sobrinho do agente não indígena, ficam sozinhos em casa e aproveitam para vender drogas ilícitas para os jovens da comunidade. O agente que é apontado como chefe dessa família, é acusado de colaborar com o crime.

Um dos casos mais recente de conflito envolvendo os agentes da comunidade indígena Projeto Mapi refere-se à construção de uma casa localizada no ramal de entrada da comunidade. Segundo as narrativas, a casa pertence a um funcionário da Secretária Municipal de Educação - SEMED.



Figura 25 foto casa do funcionário da SEDUC. Por Hilkiene Alves, 19 de Maio de 2017.

No início de 2017, alguns agentes da comunidade foram a SEMED para verificar quem seriam as pessoas que iriam compor o quadro de funcionários da escola. Para a surpresa dos agentes, constava na pasta de documentos da escola um valor que a SEMED destinaria ao pagamento do aluguel de um prédio no qual funcionaria a nova escola da comunidade. No mesmo momento, o grupo de agentes indígenas se pronunciou contra, pois se tratava de uma decisão na qual a comunidade não havia sido consultada. A justificativa apresentada pela SEMED a respeito do aluguel do prédio seria porque a atual escola da comunidade não estaria em condições apropriadas para o ensino.

Essa casa é de um rapaz que trabalha na SEMED. Quer vir fazer casa aqui, mas não quer vir morar. Quería para alugar para ser um colégio (...) Aí, chegou o dia de ir lá na SEMED, e aí ela disse para mim: tal dia a senhora vem. Daí eu disse: tá bom... Quando foi na volta, Janeiro, Fevereiro, Março, eu fui lá. Daí eu disse: eu vim aqui porque a senhora mandou eu vim. Quando eu cheguei lá o papel já tava, ele tinha batido foto da casa dele. Ai eu cheguei lá e ela disse: ah, a senhora que é da Escola João Hamilton? Daí eu disse: sou eu sim, senhora. Ai ela disse: tá aqui onde vocês vão lecionar as aulas. Aí eu disse: mas quem lhe disse que nós vamos lecionar as aulas nesse Colégio? Eu disse: olha senhora, nós não estamos tirando comida da boca dos nossos filhos, trabalhando com fome, para fazer um colégio para as crianças para depois nós tá alugando prédio não. O dinheiro que a senhora vai alugar esse prédio, a senhora manda todo de material que nós mesmos lá nós vamos fazer. Porque lá tem pedreiro, tem carpinteiro, tem tudo isso, eu disse pra ela (agente não será identificado).

Após esse episódio, foi enviada uma equipe para analisar a situação da escola da comunidade. O prédio teve uma avaliação positiva, sendo necessário reparar, foi o piso da escola que ainda era de barro batido. O agente da fala acima afirmou que o principal objetivo do funcionário da SEMED era lucrar a partir do aluguel que seria destinado a ele.

Nas narrativas dos agentes da comunidade indígena Projeto Mapi, 2010 foi o ano que marcou a história de luta da comunidade em defesa de seu território. Segundo as narrativas, um grupo de pessoas vindas de Tefé entrou na área de uso da comunidade e iniciou o processo de abertura de terrenos. O grupo de invasores foi surpreendido enfiando estacas para demarcar os tamanhos dos lotes e colocando fogo na vegetação já derrubada. Os agentes da comunidade tentaram intervir apresentando o documento que comprova que a comunidade é reconhecida como indígena, no entanto, esse não surtiu o efeito esperado. O mês de ocorrência do protesto não foi lembrado por nenhum dos agentes, só tive informação acerca do ano.



Figura 26 Foto dos agentes indígenas se organizando para bloquear a estrada da EMADE. Acervo pessoal de Geceoglâneo Brandão

Em protesto à invasão, os agentes se organizaram e bloquearam a estrada da EMADE. A mobilização teve início logo na entrada da comunidade, conforme os dias foram passando, os agentes indígenas da comunidade Projeto Mapi fizeram com que os não indígenas retrocedessem, afastando-os cada vez mais do ramal de entrada da comunidade. O protesto durou cerca de uma semana, e nesse período, a estrada esteve bloqueada para todo tipo de veículo.



Figura 27 Foto dos agentes indígenas se organizando para bloquear a estrada da EMADE. Acervo pessoal de Geceoglâneo Brandão.

Dona Augustinha apresentou uma narrativa extensa sobre o protesto. Segundo ela “chegou um povo que era tudo de Tefé, querendo abrir terreno”. Esses segundo ela, já “chegaram queimando, capinando, metendo estaca”. Contou que todos se reuniram e foram impedir a invasão e dizer que a comunidade é reconhecida como indígena e que toda aquela área encontra-se em litígio, mas segundo ela, foram recebidos com violência verbal. Os invasores afirmaram que os agentes da comunidade Projeto Mapi “não era índios coisa nenhuma” e que todos não passavam de oportunistas.

Dona Augustinha narrou dias de peleja, segundo ela, tiveram que se armar e bloquear a estrada para impedir a entrada dos não indígenas dentro da área de uso da comunidade. Ela disse: “aí manazinha, a gente se pintou, se armou e fomos pra luta”. Abaixo, trago alguns trechos das falas de alguns dos agentes, acerca do protesto:

Eles foram pegar a polícia (se refere a PM) pra vir fazer medo pra nós. Ai nós fomos lá pra frente, as nossas crianças estavam todas na frente. Eles botavam fuzil, aquelas armas tudo pra cima nós, lá de dentro do carro. As crianças estavam na frente e todo mundo com as flechas pro lado deles. O pessoal estava todo com cacete, flecha, aqui junto com as crianças. Ele viu que ninguém baixou (se refere ao PM que estava no comando), aí ele apitou pra eles (friiii- som de um apito), aí eles abaixaram as armas deles e ele (se refere ao seu Paulo, que na época estava como tuxaua da comunidade) baixou a flecha do pessoal também, aí os meninos abaixaram as flechas. O pessoal lá da cidade vinham pra acabar com nós. Eles pegavam aqueles terçados e arrastavam perto de nós. Nós fomos levando ele daqui até a Boca do Pavão. Fomos levando eles a base de fogo, a gente tacava gasolina no pneu que explodia fogo lá em cima. Pra lá eles fizeram o acampamento deles. No dia que eles fizeram, eles receberam a notícia de que a Polícia Federal tava vindo. Eles correram e foram tirando tudo e foram

botando nos sacos e cuida e corre. Aí eles foram embora e nós voltamos pra cá e teve uma grande festa naquele salão velho (dona Augustinha, 68 anos, Caixana).

Então o pessoal foi criando olho em cima da terra, teve um tempo aí que veio um grupo de pessoas que começaram a botar fogo nas beiras das estradas, começando a tomar posse daqueles pedaços de terra. Nós ficava aqui dentro, ai eles pensavam que não tinha dono, pensavam que não fazia parte da comunidade. Então nessa época, eles começaram a tocar fogo ai na beira da estrada e foram começando a entrar né, querendo tomar posse da terra. Então, foi nessa época que a gente se reuniu aqui e fomos tentar impedir. Teve confronto de mais de uma semana, o povo daqui com eles lá, aí nós fizemos uma barragem aí na beira da estrada, fizemos uma manifestação, fizemos uma moradia e ficamos morando na estrada impedindo que eles entrassem. Foi movida a policia Federal, a polícia militar pra impedir que eles entrassem né. Nessa época, a gente já tinha se reconhecido como índio, então a terra já era indígena e eles falavam que não era, que a terra era do governo e tal, do banco mundial. Aí eles estavam entrando, queriam entrar né. Teve um confronto muito grande nessa época aí (João, 37anos, Caixana, Agricultor).

Daquela vez que nós estivemos no meio da estrada, amenizou um pouco. Porque se a gente não fosse pro meio da estrada daquela vez, hoje em dia a gente não morava mais lá não. A gente passou uma semana no meio da estrada e, inclusive, ele sabe disso (refere-se a um ex-funcionário da FUNAI), sabe disso e quem deu o documento foi ele, e ele só deu o documento porque nós chegamos dentro da FUNAI e pedimos pra ele. Ele disse que ia dar. A gente disse: o senhor vai dar e é agora e foi quando o parente lá de Fonte Boa, o China disse: o que tu tá fazendo aqui já que tu não resolve nada e sai daí que nós vamos resolver. Aí foi quando ele deu o documento. Nós temos o documento que comprova, (Marcela, 35 anos, Caixana, Auxiliar de serviços gerais).

(...) eles querem invadir toda a terra. Eles só querem pra vender. Passamos mais de uma semana nessa estrada, eles queriam invadir mesmo. Quando vieram, veio muito de Tefé. Aí nós viemos, chamamos o outro povo, veio até a Raimunda, o Pacaio, o irmão do Pacaio. A gente disse: colega, querem invadir nós e nós não vamos dar assim não. Aí a gente falou: agora sim, só que eles vão ter uma surpresa. Maninha, eu só sei que nós nos pintamos, e quando foi amanhecendo o dia, na primeira viagem do ônibus, nos paramos eles lá. Nenhuma das aldeias daqui que são demarcadas nunca fizeram isso, aí ficaram espiondo. Maninha, o povo da cidade vinha valente, era espingarda, era foice, era tudo. Aí nós fomos levando eles, levando ele pra fora, pra mais distante. Cada dia nós andava um pouco. Nós fomos parar lá na boca do Pavão, mais para lá um pouquinho. Aí, eu sei que nesse dia teve e nada desse pessoal desistir. (Antônia, 38 anos, Caixana, Auxiliar de serviços gerais).

A manifestação recebeu apoio de indígenas de outras comunidades e dos agricultores do entorno. Antônia explicou que logo no início, os agricultores que estavam nos ônibus, indo para os seus roçados, ficaram bastante inquietos com a situação. Então, os agentes da comunidade indígena Projeto Mapi expuseram a eles o motivo pelo qual haviam bloqueado a estrada.

-Não vai passar ninguém, podem voltar!

Aí eles pensavam que nós estávamos contra eles (está se referindo aos agricultores). Aí começaram esculhambar nós: esses índios, agora querem fazer questão. -A gente tá fazendo questão pelo que é nosso, não pelo que são das outras pessoas que querem vir só destruir a terra e vender. (...) Aí não!

-Mas nós temos que passar.

Aí saíram todos do ônibus, e nós falamos pra eles: nós estamos aqui, porque o pessoal tão vindo da cidade querendo invadir nossa terra só pra vir fazer lazer e vender. Nós não aceitamos isso não, nós temos os nossos filhos pra dar de comer. Os nossos filhos daqui mais uns dias vão ter família também e vão precisar da terra também.

Ai eles falaram: então tá bom.

-Eles nós vamos deixar passar.

Eles traziam água pra nós, eles traziam comida pra nós, já por fim eles foram ajudando nós. Eles falaram: vocês tão certos mesmo (Antônia, 38 anos, Caixana, Auxiliar de serviços gerais).

A narrativa a respeito desse protesto também esteve presente na fala do agente pastoral do CIMI-Tefé, Fábio Pereira.

Eu vou relatar aqui uma situação que aconteceu em 2010, foi quando estava sendo loteados terrenos na área pretendida pela comunidade e estava sendo loteada por pessoas não indígena, e isso a mando de políticos, como estratégia de ocupar o território com não índio. E aí, ter não índio dentro do território, o enfrentamento seria maior e poderiam enfraquecer a comunidade, chegando ao ponto deles desistirem do processo demarcatório. Essa era a estratégia desses não indígenas. O CIMI teve uma participação direta, acompanhou todo esse conflito, foi bem tenso, né. Mas o povo se organizou, se pintou, ocupou a estrada, fez a manifestação ocupando a estrada, ao ponto de não ter trafico e isso foi usado como forma de resistência, para que a FUNAI tomasse um posicionamento.

Ali nós podemos ver a organização da comunidade, ela recebeu apoio de outros parentes também. Indígenas de outras comunidades vieram pra somar forças, isso foi bastante bonito de ver, né. Outros parentes ficaram sabendo e vieram de suas aldeias ajudar os Caixana do Projeto Mapi. A gente pode ver a força que o movimento tem né...

Esse evento foi narrado por todos os agentes indígenas da comunidade Projeto Mapi. Segundo eles, a intervenção da Policia Federal em favor deles, demonstrou aos não indígenas a legitimidade da identidade étnica do grupo e o direito que estes têm sobre a terra. Essa mobilização está sempre sendo lembrada como o dia em que todos, de certa maneira interromperam o fluxo de suas vidas cotidianas, e uniram-se em defesa do seu território.

3.1.2. Propostas de continuação do plantio por empresa estrangeira

De acordo com as narrativas, as terras que já pertenceram à antiga Empresa Amazonense de Dendê ainda continuam sendo alvo de interesse tanto por instituições brasileiras como por empresas estrangeiras. Dentre as instituições citadas nas falas dos agentes, encontra-se o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (IDAM). Representantes dessas instituições já estiveram em reunião com os agentes da comunidade indígena Projeto Mapi. A fala “um dia desses apareceu aqui o pessoal do INCRA, da EMBRAPA, do IDAM” permeia a as narrativas dos agentes da

comunidade, que estão sempre se recusando assinar qualquer documento apresentado por essas instituições.

Até um tempo desse, ano passado, o INCRA foi lá também, dizendo que nós tinha que assinar um documento, que era um bem pra nós, não sei o que... Falavam que nós tinha que assinar esse documento, mas ai eu disse pro Gane: nós vamos assinar esse documento? Eu acho melhor não. Porque se a gente assinar, a gente tem que saber o por quê a gente ta assinando. Mas nós não assinamos, nós fomos a única comunidade que não assinou, as outras de lá todas assinaram (Marcela, 35 anos, Caixana, Auxiliar de serviços gerais).

(...) tem a terra também da EMBRAPA né, que eles dizem, que o governo diz que é deles, tá dentro da nossa área. Eles dizem que aquela área é deles né, a EMBRAPA. Mas a gente ta cultivando ela e vamos continuar cultivando. Quando a gente quer fazer um plantio a gente leva pra comunidade e daí a gente roça e planta lá (Marcela, 35, Caixana, Auxiliar de serviços gerais).

Geceoglâneo não recordou o ano, mas afirmou que a comunidade recebeu uma proposta de um projeto de revitalização dos pés de dendê que ainda continuam plantados na comunidade. O projeto foi idealizado por um professor do Centro de Estudos Superiores de Tefé – CEST UEA. A comunidade concordou com o projeto, segundo ele, o professor e seus alunos pretendiam trabalhar em uma pequena área que ainda concentra certa quantia de pés de dendê, no entanto, o projeto teria sido impedido de continuar.

... o prof. Siqueira... ele que tava com esse projeto antes deles virem, ele ainda fez uma base de uns dois estagio com nós aqui dentro. Ele queria fazer assim, igual um projeto pequeno né, pra recuperar esses pés (estava se referindo aos poucos pés de dendê que a comunidade ainda possui) que ainda tem nessa área aqui. Ele veio embaixo da chuva com nós aqui, ele queria ativar junto com o pessoal que morava aqui pra não deixar perder, né!! Mas aí, quando ele soube, já tinham colocado ele pro lado. Daí veio a ordem pra ele não fazer mais. Ele tinha uma turma que vinha pra cá, fazer estágio. Eles procuram muito o papai pra saber como que é... quando eles vêm ai eu digo pra irem procurar ele lá porque ele trabalhou nove anos, então ele sabe como que é (Geceoglâneo, 37 anos, Agente Indígena de Saúde, 2016).

Geceoglâneo não soube explicar o motivo pelo qual o projeto foi impedido de continuar, no entanto, afirmou que após esse episódio, representantes de uma empresa de dendê da Malásia estiveram na comunidade propondo a continuação do cultivo do dendê.

A fala do Geceoglâneo, acerca da revitalização dos pés de dendê, me fez lembrar a notícia que percorreu o município de Tefé nos anos de 2008 e 2009, lembro-me o quanto a população estava ansiosa com os inúmeros empregos que iriam se gerados pela empresa que iria chegar ao município. Resolvi fazer uma busca na internet a respeito dessa notícia. Encontrei mais de quatro matérias a respeito do cultivo de dendê no município de Tefé. A seguir tratarei de duas dessas.

No site Biodiesel, a notícia do dia 21 de Abril de 2008, é que Governo do Amazonas juntamente com a companhia FELDA Global Ventures Holding²⁴ haviam firmado parceria para elaboração de um projeto que visava a criação de um centro de processamento e armazenamento de óleo de dendê. De acordo com o site, a palma iria ser cultivada em áreas degradadas do Amazonas.

A área na qual a agência pretendia se instalar fica justamente no local onde funcionou a Empresa Amazonense de Dendê (EMADE). A companhia pretendia plantar 20 mil hectares de dendê na Amazônia e envolveria três mil postos de trabalho no município. Segundo o site, quem estava acompanhando as negociações entre a Malásia e o Amazonas era a Empresa Agroindustrial do Amazonas (Braspalma²⁵). A proposta foi apresentada a Secretaria de Estado da Produção Rural (SEPROR) e ao Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (IDAM).

O site EcoDebate publicou no dia 22 de janeiro de 2009, um artigo produzido pela Rede Grupos de Trabalhos Amazônicos (Rede GTA²⁶) acerca do projeto de plantio e revitalização do dendê no município de Tefé. Segundo as informações, no dia 15 de novembro de 2008, o Instituto de Terras do Amazonas – ITEAM realizou no auditório da Escola Municipal Wenceslau de Queiroz, uma reunião com moradores e produtores rurais da Estrada da EMADE. O objetivo foi apresentar aos presentes, o projeto de revitalização e plantação do Dendê em Tefé. De acordo com o artigo, a área pretendida pela companhia correspondia a 100.000 ha, sendo 80.000 ha para reserva legal, e 20.000 ha destinados à produção da empresa BRASPALMA.

²⁴ A companhia Felda Global Ventures Holding é a terceira maior gestora mundial de plantações de palma. De abril de 1988 até setembro de 1995, a FELDA foi conhecida por ser a Agência Federal de Desenvolvimento Agrícola da Malásia. A partir de setembro de 1995, a Felda, foi incorporada como sociedade privada. Em 2018 a antiga agência passou a se chamar FGV Holdings Berhad (HQ).

²⁵ Braspalma Empresa Agroindustrial do Amazonas LTDA.

²⁶ A Rede Grupos de Trabalhos Amazônicos (Rede GTA) foi gestada atendendo a uma necessidade de participação da sociedade civil conforme exigência que o G7 fazia para o governo brasileiro receber e executar os recursos doados em ações na proteção da floresta tropical, em especial a Amazônia. Essa exigência era uma demanda que fazia parte do Relatório Brundtland, chamado “Nosso Futuro Comum”, cujo desafio era trazer as questões ambientais para esfera do planejamento e para o centro das tomadas de decisões econômicas nos níveis local, regional e global. A Rede GTA é formada por 20 coletivos regionais em nove estados brasileiros que ocupam mais da metade do tamanho do país, envolvendo mais de 600 entidades representativas de agricultores, seringueiros, indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, pescadores, ribeirinhos e entidades ambientalistas, de assessoria técnica, de comunicação comunitária e de direitos humano. (retirado do site Rede GTA).

Temos acima duas notícias tratando sobre o plantio de dendê na área que pertenceu a antiga Empresa Amazonense de Dendê. O site Biodiesel noticiou acerca do projeto de plantio e possíveis acordos entre a companhia FELDA e instituições amazonenses. Na notícia do segundo site, temos a notícia da apresentação do projeto de plantio que foi feita aos agricultores e moradores das comunidades localizadas na área pretendida para o cultivo do dendê.

A proposta apresentada pelo presidente do ITEAM, é que as pessoas que moram ou trabalham na área pretendida para o plantio fossem trabalhar em uma agrovila que a empresa projetou com casas de alvenaria, posto de saúde, escola, luz, água e lotes de terra para cultivar o dendê e vender para a BRASPALMA. A outra proposta seria que os moradores e agricultores fossem ressarcidos pelas suas benfeitorias e se quisessem iriam trabalhar como funcionários da empresa e os demais casos que não chegassem a nenhum acordo teriam que ser tratados individualmente, mas com a condição de que não fossem prejudicados.

Tanto os agricultores quanto os agentes da comunidade indígena Projeto Mapi recusaram o projeto de plantio da companhia FELDA. A Rede GTA fez duras críticas ao projeto e apresentou uma série de pontos negativos acerca da implementação da indústria de dendê na estrada da EMADE. Geceoglâneo afirmou que projeto englobaria toda a área de uso da comunidade.

Eles vieram e tiraram fotos, aí quando já veio esse pessoal da Malásia, quando o governo deu espaço pra eles verem quantas famílias tinha nessa área. Aí incluíram nós e mais o pessoal que tão dentro da área aí. É muita gente, aí o pessoal não queriam mais doar suas terras. Pra lá tem gente que já têm seus plantios e suas casas (se refere comunidade do Pavão) aí pra dentro. Aí ninguém quis mais não. Porque logo de inicio eles chegaram com um projeto de que as pessoas iam morar nos seus próprios terrenos, iam cultivando, mas o terreno ia ser da empresa né, não ia ser mais deles não. Eles não iam sair, mas o terreno não ia ser mais deles. Aí o pessoal já não gostou da proposta (Geceoglâneo, 37 anos, Agente Indígena de Saúde, 2016).

Não foi somente a empresa da Malásia que demonstrou interesse na criação de projetos localizados na estrada da EMADE. De acordo com o relatório elaborado pela Mineral Engenharia e Meio Ambiente para EIA – Estudo de Impacto Ambiental em Novembro de 2009, a empresa BRASIL BIO FUELS S.A. (BBF)²⁷, pretendia implantar uma Usina Termelétrica

²⁷ A Brasil Bio Fuels, empresa nacional, atua na região norte do país desde 2008 investindo no cultivo de palma de óleo e extração de óleo vegetal, utilizado como matéria-prima para a produção de biodiesel, além de atuar na geração de energia elétrica nos sistemas isolados (informação retirada do site da empresa).

(UTE) no município de Tefé, no quilômetro 11 da estrada da EMADE. O referido documento visou subsidiar o processo de Licenciamento Ambiental conforme Licença Prévia (LP) nº 036/10 emitida em 11 de março de 2010, pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM). A imagem abaixo é referente à área de propriedade da BBF que apresenta medida total de 50 ha. Dentro dessa área, a implantação da Termelétrica ocupará 21.703 m² (21,7 ha) correspondendo à área de intervenção efetiva.



Figura 28 Mapa Área da UTE. Fonte: Retirado do Relatório de Impacto Ambiental

No relatório é possível observar a delimitação das áreas de influência direta (AID) e indireta (AII), ou seja, o alcance dos efeitos causados pela UTE sobre o meio ambiente do seu entorno. De acordo com o relatório todas essas áreas sofrerão interferências ou alterações decorrentes da implantação e operação da UTE (incluindo interligação ao sistema de transmissão de energia local, áreas de canteiros de obras, empréstimo, entre outras).

Apesar do local de pretensão da empresa estar localizado no quilômetro 11 da estrada da EMADE, sua instalação acarretaria forte impacto ambiental, além de invasão na área de uso da comunidade indígena Projeto Mapi. A imagem do gráfico abaixo foi retirada do relatório emitido pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), nele adicionei um círculo em azul para sinalizar a localização da comunidade indígena que está localizada no quilômetro 13 da Estrada da EMADE, ou seja, a dois quilômetros da área pretendida pela Usina Termelétrica. A área de influência direta do empreendimento afetará um raio de dois quilômetros no seu entorno. Significa dizer, que boa parte da área de uso da comunidade terá

seu meio físico²⁸ e biótico²⁹ de algum modo afetado. Vale ressaltar, que não só a área de uso comunidade indígena Projeto Mapi sofreria com os impactos da instalação da UTE. A Terra Indígena Barreira da Missão também teria seu meio afetado.

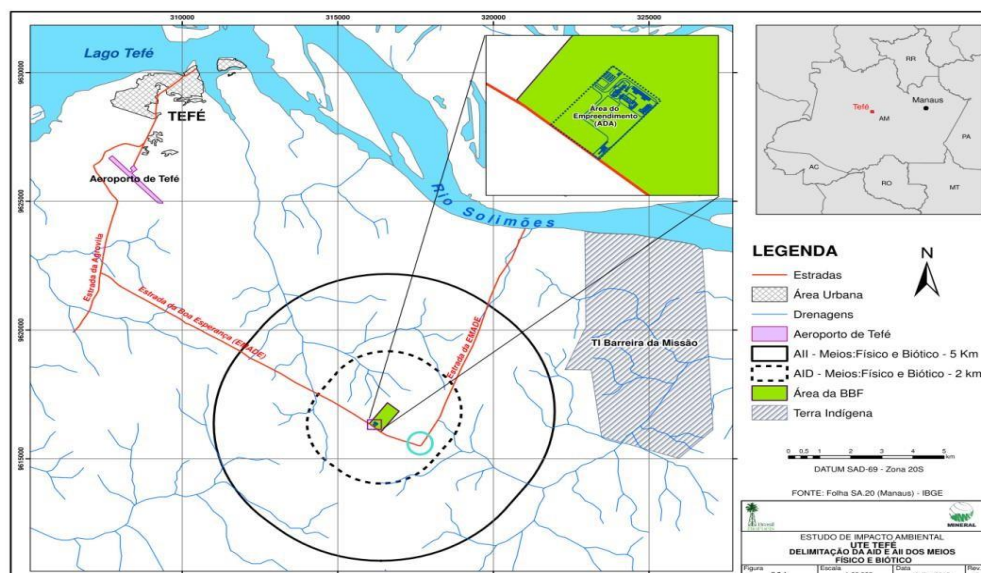


Figura 29 Mapa apresenta a delimitação das áreas de influência. Fonte: Relatório de Impacto Ambiental

Segundo o relatório, a termelétrica usaria como fonte inicial de energia o capim elefante (*Pennisetum purpureum*), o qual seria cultivado pela própria empresa. No entanto, o cultivo do dendê novamente apareceu em questão. Para a fabricação do biodiesel a UTE pretende utilizar resíduo de palma de dendê (*Elaeis guineensis*), cuja biomassa encontra-se no bagaço da casca da polpa e no cacho do dendê moído. Para isso, os produtores rurais da região iriam realizar o plantio do dendê em áreas degradadas. A estimativa para a uso da biomassa a partir do resíduo de dendê seria de cinco anos. De acordo com o relatório, o projeto de plantio de biomassa seria objeto de licenciamento posterior.

²⁸ O meio físico é o espaço que acomoda todos os outros meios, ele os sustenta e dá condições para que haja o desenvolvimento de todos os outros meios, que por fim, dará sustentabilidade a biota. Um conjunto de bioma, de ecossistema, um curso d'água, uma floresta, uma cidade e todas as atividades recorrentes à vida, ocorrem dentro do meio físico (definição retirada do site "dicionário informal").

²⁹ Biótico refere-se àquilo que é característico dos seres vivos ou que está vinculado a estes. Também é aquilo pertencente ou relativo à biota, ou seja, o conjunto da flora e da fauna numa determinada região (definição retirada do site "dicionário informal").

A lista abaixo foi retirada do relatório Estudo de Impacto Ambiental 2009 (p. 191, 192) e mostra na íntegra como cada liderança de instituições e representações locais se posicionaram a respeito do fornecimento de energia através da queima de biomassa.

- Representante do Instituto de Desenvolvimento do Amazonas (IDAM): Favorável à geração de energia através da biomassa, mas tem receio do prejuízo para os agricultores.
- Representante da Prefeitura de Tefé: Não declarou o seu posicionamento em relação à geração de energia através da biomassa. Como considera o problema da energia como a causa dos outros, deve apoiar projetos dessa natureza.
- Representante da Cooperativa Mista de Tefé – COMATE: Favorável ao projeto de geração de energia através da biomassa, pois vislumbra uma oportunidade de desenvolvimento para o município.
- Representante do Grupo de Casais de Tefé – GRUCATE: É contra a geração de energia por biomassa em Tefé, pois acredita não haver matéria-prima suficiente. Defende o gás natural.
- Proprietário dos jornais O Solimões (impresso) e Folha de Tefé (on-line): É favorável à geração de energia através da biomassa. Declara que Tefé tem um bom solo para cultivo de dendê e que o prejuízo ambiental já ocorreu na época da EMADE.
- Representante da Associação Comercial de Tefé: É totalmente favorável a projetos de geração de energia através da biomassa, considera uma ótima oportunidade, mas declara que é um projeto para visionários e que a população do município não entende.
- Representante da Prelazia de Tefé: É contrário à geração de energia através do dendê, pois tem receio que as áreas sejam doadas à iniciativa privada e que os agricultores instalados percam o direito sobre a terra.
- Professor da UEA – Universidade Estadual do Amazonas, estudioso de alternativas para a produção de energia limpa: É totalmente favorável e foi trabalhar na UEA de Tefé para desenvolver um projeto de produção de biodiesel através do dendê.
- Representante da Cáritas: É contra projetos de geração de energia através da biomassa por causa da questão fundiária. A igreja tem muito medo que os agricultores percam as terras (que estão sem documentação) para empreendedores de fora.
- Representante do IBAMA em Tefé: É favorável à geração de energia através da biomassa, desde que o plantio seja feito em condomínios para preservar as nascentes e corredores ecológicos. Afirma que a questão fundiária é a chave da polêmica em torno do assunto.

- Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tefé: É favorável a projetos que envolvam o cultivo do dendê, pois enxerga uma oportunidade de melhorar as condições dos agricultores.

A questão sobre a instalação da UTE não foi mencionado por nenhum dos agentes indígenas da comunidade Projeto Mapi enquanto estive em campo. Ela surgiu a partir das buscas que realizei na internet a respeito da empresa da Malásia que pretendia voltar a cultivar dendê na área da comunidade. Com o intuito de saber mais a respeito dessa situação, liguei para a comunidade e conversei com o Geceoglâneo. Fui informada que foram enviados para a reunião, agentes representantes da comunidade indígena Projeto Mapi e agentes representantes da Terra Indígena Barreira da Missão. Os representantes indígenas das duas áreas foram unânimes no parecer negativo referente a instalação da termelétrica no quilometro 11 da estrada da EMADE. Apesar de terem participado da reunião, a presença dos agentes indígenas da comunidade Projeto Mapi e da TI Barreira da Missão não se encontra registrada na lista de participantes.

Ainda que, em um primeiro momento, a instalação da UTE não tenha sido evidenciada nas falas de nenhum dos agentes indígenas da comunidade Projeto Mapi, considerei importante problematizá-la, pois tanto a ideia da construção do porto da EMADE, quanto o projeto de plantio de dendê e a construção da UTE torna a ideia de ter imóveis nessa região ainda mais atrativa. Vale ressaltar que é justamente a partir do término de abertura da estrada e sua pavimentação (término entre 2007 a 2008) que a área da comunidade que está em litígio passa a sofrer maiores invasões.

Como mencionei na introdução, procurei fazer um levantamento de documentos que de forma direta ou indireta estivessem ligados com a comunidade indígena Projeto Mapi. Um dos locais que realizei as buscas foi no setor de terra do município de Tefé. Quando me apresentei para pessoa que estava realizando os atendimentos e expliquei o motivo da minha ida até o local, logo notei um desconforto nela para tratar da situação envolvendo as terras na qual comunidade está localizada. No local, tive acesso somente a um documento. Trata-se de um Título Definitivo de um lote de terra de 3.306, 29 ha que engloba toda a área que correspondeu a antiga EMADE.

No documento toda essa área é tida como Patrimônio Municipal. A medição e a demarcação foram aprovadas no dia 30 de janeiro de 2002. No dia 06 de Fevereiro do mesmo ano, o Título Definitivo é transferido para o nome de um comerciante bastante conhecido no município de Tefé. No setor de terra fui informada que esse é o único documento acerca da a

área que pertenceu a antiga empresa. O prefeito da época foi apontado como sendo o dono de toda a área, e que a documentação foi uma espécie de manobra para se ter a posse da terra.

Os agentes não indígenas estavam sempre me informando a cerca de um possível dono das terras. Alguns deles afirmaram que essa área foi da Igreja (Prelazia de Tefé) e que a mesma teria doado parte de suas terras para a Empresa Amazonense de Dendê (EMADE), e que por isso, a empresa continua sendo a proprietária da terra. Outros afirmaram também, que toda área na qual a comunidade está localizada pertence ao Banco Mundial, pois foi ele que financiou o projeto para o plantio de dendê e que após a falência da empresa, a terra teria sido usada para quitar o financiamento. E por fim, agentes não indígenas afirmaram que toda essa área pertence à União e, que por esse motivo, os agentes da comunidade Projeto Mapi não podem ser os donos de toda a área.

Em nenhum momento, os agentes indígenas da comunidade Projeto Mapi ou os agentes não indígenas do entorno apontou alguma pessoa de Tefé como um suposto dono da terra. A produção do discurso em torno desses possíveis donos produz a inviabilidade de um inimigo que está bem perto e aponta para um inimigo mais “abstrato” como, um banco, uma empresa falida, e a própria União.

Considerações Finais

A invasão da área de uso da comunidade indígena Projeto Mapi, não tem somente reduzido o território desse grupo, as áreas nas quais transitam, também encontram-se comprometidas. Em paralelo com a penetração dos não indígenas nas áreas de usos da comunidade, as terras desses agentes também são perdidas (vendidas, trocadas, tomadas). De acordo com as narrativas, andar nas áreas mais afastada da comunidade para coletar e caçar já é não seguro. Geceoglâneo afirmou, que há algum tempo, ele e outros agentes da comunidade se reuniam e iam até a pessoa que havia comprado ou tirado terreno dentro da área da comunidade e lhes apresentava o documento demonstrando que a comunidade é reconhecida como indígena e que toda a área encontra-se em litígio. Atualmente, segundo ele, mesmo diante do documento, o “novo proprietário” recusa-se a sair das terras e dispara ameaças aos agentes da comunidade indígena Projeto Mapi.

Nós fomos lá com o pessoal (refere-se a FUNAI) e eles disseram que era pra deixar como tá, que isso só se resolvia mesmo através de documento e reuniões. A gente orienta o pessoal que vem por aqui, a gente fala, mas não param, é como eu tô dizendo, é dificultoso.

Eu vejo o pessoal por essas outras áreas aí, que mesmo demarcada o pessoal entra. (...) Aí o pessoal vem e vende pra outro e aí fica assim e a gente não pode ir lá também. É como eu falo, é beira de estrada e as vezes a gente só tem essa estrada pra sair e aí a gente não pode tá batendo de frente com esse pessoal. O cuidado é esse que a gente tem, o pessoal (se refere a FUNAI) orienta pra gente não tá lá batendo de frente. É perigoso pra gente aqui. Aqui teve um tempo que tava perigoso mesmo pra nós, a gente foi querer bater de frente com o pessoal, mas aí a gente soube que o pessoal tava ameaçando lá pela cidade mesmo... (Geceoglâneo, 37 anos, Caixana, Agente Indígena de Saúde, 2016).

Não só o Geceoglâneo tocou na questão das ameaças, Marcela sua esposa, por ser uma liderança reconhecida tanto dentro quanto fora da comunidade, também relatou que por diversas vezes recebeu ameaças dos invasores.

Em um dos momentos em que eu estava saindo da comunidade indígena projeto Mapi, um indivíduo chegou até mim para saber a respeito do tema da minha pesquisa. Respondi que estávamos trabalhando com a história da formação da comunidade. De imediato, ele afirmou que os agentes da comunidade não são indígenas e que se afirmam como tal somente para ficar com a terra. Naquele momento, ele apontou a Marcela como a pessoa que tem tomado a frente desse movimento. Abaixo, trago um trecho da fala da agente indígena a respeito das ameaças sofridas.

A gente se sente encurralado ali (refere-se à comunidade). Por eles estarem dos lados, a gente não pode praticamente fazer nada, nem expulsar eles, porque quando a gente vai expulsar eles, eles já vêm com ignorância, e eu me vejo muito no foco deles. Eles dizem que é eu... eles me marcam muito, eu até parei um pouco, sabe. A minha irmã diz pra mim: para um pouco porque eles estão vindo muito pra cima de ti. A minha família tem medo que aconteça alguma coisa comigo. (...) E eu não penso em desistir, eu falo pra eles, aí eles dizem: não, mas fica um pouco em casa, eles tão pegando muito no teu pé e tu fica discutindo com eles (Marcela, 35 anos, Caixana, Auxiliar de serviços gerais).

O conflito é um elemento constitutivo das relações sociais da comunidade Projeto Mapi, e tem sido constantemente utilizado para descrever as relações que os agentes indígenas têm mantido com agentes do entorno e da zona urbana do município de Tefé. O processo de assentamento, permanência e manutenção desse território foi e tem sido marcado por inúmeros conflitos que envolvem a disputa acerca do uso e o direito sobre a terra. Agentes da comunidade indígena Projeto Mapi e agentes não indígenas do entorno estão sempre em situação de conflito. As narrativas dos primeiros estão sempre tratando de conflitos, brigas e até mesmo ameaças.

Em sua tese intitulada: “Parente é serpente: ambientalismo, conflitos sociais e uso dos recursos naturais no Auati-Praná, Amazonas”, Silva (2015), analisou os conflitos sociais e étnicos entre os indígenas Cocama da família Arantes e seus parentes que não se identificam como indígenas. Relatou os conflitos nas diversas instâncias do cotidiano dos envolvidos, comunitários/indígenas e órgãos estatais/ambientalistas; entre comunitários/ribeirinhos e indígenas (no caso da família Arantes); entre órgãos estatais de diferentes segmentos. A autora enfatiza que o conflito não deve ser pensado como fenômeno com causas naturais. Silva entende o conflito como parte da organização social da comunidade em questão, segundo ela, este “modifica as relações sociais e territoriais, bem como constitui identidade pelo contraste e, ao mesmo tempo, pela proximidade” (p. 15).

Apesar de não ter aparecido como um dos objetivos no projeto de pesquisa, no texto de qualificação eu já apresento algumas colocações feitas de agentes do entorno da comunidade, ou seja, de agentes não indígenas a respeito dos agentes indígenas da comunidade Projeto Mapi. Essas outras vozes surgiram a partir dos meus campos de pesquisa PIBIC. Agentes do entorno estavam sempre me parando para saber o motivo das minhas idas à comunidade. Ouvir esses agentes não fazia parte dos meus objetivos na pesquisa naquele momento, no entanto, para esse momento, eu não poderia deixar de trazer essas vozes para essa etnografia.

As narrativas dos agentes não indígenas não foram gravadas, elas foram anotadas em meu caderno de campo logo após os agentes terem feito suas colocações. Essas conversas aconteciam no momento que eu estava esperando o ônibus para retornar para cidade, ou até mesmo durante a minha ida a comunidade. Os discursos mais comuns apresentados por esses agentes em relação aos Caixana da comunidade Projeto Mapi foram: “aqueles lá não são índios de verdade não; é um bando de mentirosos, só querem ser índios por causa da terra; esses índios querem as terras só pra eles”; “tem índio ai que tem casa aí na comunidade e lá na cidade; dizem que aí é uma área indígena, mas eu só vou sair se me indenizarem, eu paguei pelo terreno”. Esses discursos estão sempre sendo usados para justificar a entrada desses agentes não indígenas na área de uso da comunidade.

No caso da comunidade Projeto Mapi, assim como da família Arantes, o conflito tem sido algo que tem moldado a relação destes com o outro. A esse respeito Simmel (1964), afirma que o conflito é admitido por causar ou modificar grupos de interesse, unificações, organizações. Para ele a vida social é um movimento pelo qual não cessam de se remodelar as relações entre os indivíduos. O autor concerne o conflito como uma forma de sociação. A sociação, seria a forma pela qual os indivíduos constituem uma unidade para satisfazerem seus interesses, sendo forma e conteúdo na experiência concreta, elementos intrínsecos (p.571).

Silva (2015), afirma que o conflito pode ser considerado como efeitos sociais da resistência à precarização e à burocratização da vida cotidiana dos envolvidos. Na comunidade Mapi, isso não é diferente, o conflito pode ser entendido como uma forma de resistência em defesa do território e da identidade indígena frente aos invasores. E é justamente nesse espaço de antagonismo que surgem os discursos a respeito do direito de uso da terra, ambos os lados apresentam o porquê desse direito. Mas essas discórdias não são meros instrumentos sociológicos passivos ou instâncias negativas, o conflito contribui para a preservação de uma ordem social, ele fortalece a organização social, de acordo com o contexto (SIMMEL, 1964, p.571). É por meio do conflito que os agentes indígenas da comunidade têm se constituído enquanto um grupo que resiste às invasões ocorridas na área de uso da comunidade.

Simmel (1964), aponta que a configuração social não é dada apenas por elementos convergentes, mas também, por seus elementos dissociativos, e é exatamente esta tensão que vai moldar as estruturas sociais. Na comunidade indígena Projeto Mapi, as narrativas acerca dos conflitos trazem à tona as divergências vividas com o entorno, e é por meio dessas, que esses agentes não têm se deixado abater completamente nessa relação social. É por intermédio desses inúmeros conflitos que esses agentes têm reforçado a identidade indígena do grupo.

Os agentes da comunidade indígena Projeto Mapi enxergam a demarcação de suas terras como “a formalização de uma fronteira étnica, no sentido em que são levantados limites territoriais a partir da afirmação de diferenças étnicas” (FAULHABER, 1998, p. 46). Para esses agentes, é somente a partir da demarcação que eles poderão interferir pautados na Legislação, ou seja, somente assim, eles terão maior respaldo para impedir as invasões ocorridas na área de uso da comunidade. Admitem que a demarcação por parte do Estado brasileiro não resolverá a problemática de uma vez por toda, mas enxergam nela uma garantia para resguardar em alguma medida seu território. Eles entendem que mesmo com a terra demarcada, o conflito estará sempre presente mediando as relações que se dão entre a comunidade e os não indígenas. Estes limites são verificados à medida que relações conflitivas fazem com que se manifestem as relações de força que separam os grupos sociais (FAULHABER, 1998, p. 46).

Debruçando-me sobre os processos de territorialização da comunidade indígena Projeto Mapi, busquei descrever e analisar o processo de resistência indígena protagonizada pelos Caixana do Médio Solimões. É importante notar, que os resultados apresentados aqui, vinculam-se a um determinado momento de um processo em curso, considerado a partir de uma experiência etnográfica específica.

Busquei analisar a trajetória de alguns dos agentes desse coletivo, a forma como esses se apresentaram enquanto grupo étnico e passaram a reivindicar o reconhecimento da sua identidade, juntamente com o direito à terra, além de descrever as formas que eles têm buscado para se inserirem dentro da política indígena. Nas narrativas, a EMADE aparece como algo que marcou a vida dos agentes sociais que se constituíram como os primeiros/principais articuladores da formação da comunidade Projeto Mapi. Podemos notar que os mesmos assumiram dois papéis quando falam da empresa. No primeiro narram suas histórias como trabalhadores da EMADE, no segundo papel narram suas histórias se contrapondo aos interesses da empresa em tentar desapropriá-los das terras onde havia sido instalada.

Reiteradamente, ouvi dos meus interlocutores falas fortes indicando a determinação de permanecer e lutar pela terra. Como se pode imaginar, os atos de resistência às tentativas de reintegração de posse por parte da antiga Empresa Amazonense de Dendê imprimiram fortes marcas naqueles que os viveram. Quem sentiu a “perna tremer” com os tratores demolindo as construções e avançando sobre a casa a qual ocupava, quem recebeu ameaças de morte, não se esquece. Outro ponto recorrente nas narrativas gira em torno do que tiveram de suportar para se manter nas terras: “Aqui nossos filhos ficaram por muitos anos sem estudar”, “se a gente ficasse

doente, tinha que se virar por aqui mesmo”. Assim também, como não se esquece do peso nas costas por andar mais de 12 horas com a produção até a feira do município de Tefé.

No ano de 1995, após fortes investidas por esses agentes indígenas, a terra que ocupavam foi elevada a comunidade. No entanto, novos desafios surgiram, com a abertura da estrada que corta a área da comunidade, eles começaram a sentir o peso das invasões. Esse momento marcou o início da mobilização pelo reconhecimento da identidade étnica desse coletivo e da luta pela demarcação de suas terras. Sabendo dos seus direitos, decidiram resistir aos invasores e à história da sociedade envolvente sobre a não presença de indígenas na região de Tefé. Com cassetetes, arcos e flechas, com seus rostos pintados de jenipapo, resistiram a policiais fortemente armados e andaram léguas empurrado o inimigo para longe do seu território. “Nós estávamos ali para matar ou pra morrer”, disse-me Antônia a respeito da semana em que tomaram a estrada e bloquearam. Quando estive na comunidade pela primeira vez em 2014, quatro anos haviam transcorrido desde a data do protesto, no entanto, ao longo do campo, esses episódios ganharam vida através das narrativas e das performances dos corpos de quem narrava.

No início da luta pela demarcação de suas terras, a participação desses agentes indígenas em espaços de mobilização junto a representantes de outros povos, contribuiu para a construção de redes de relações e de partilha de problemas similares com outros grupos indígenas da região do Médio Solimões. No ano 2016 e 2017, mais uma vez esses agentes tiveram que juntar forças e ir de encontro com o inimigo. Mas dessa vez, não seriam só os Caixana a travar mais uma luta, os grupos indígenas de Tefé e do Médio Solimões uniram-se aos demais grupos espalhados pelo Brasil e tomaram as ruas em protesto às inúmeras investidas contra os direitos territoriais dos povos indígenas, como Projeto de Emenda Constitucional (PEC) nº215/2000 (que, entre outras alterações, submete ao Congresso o reconhecimento de Terras Indígenas).

A conquista da terra ultrapassa o aspecto utilitarista e instrumentalista e se estende a um território recoberto pelo pertencimento ao lugar e à construção da história desses agentes nesse espaço. Percebe-se que os vínculos sociais e simbólicos que os agentes indígenas da comunidade Projeto Mapi têm estabelecido com os seus respectivos ambientes de uso, são fundamentais para a sua manutenção, uso e direito. Para esses agentes, a permanência nessa terra implica na possibilidade de reprodução cultural, social, política e econômica e não significa apenas possuir um bem. Nessa perspectiva, Godoi (2014), afirma que território não diz respeito somente à materialidade do espaço, pois não há território exterior a relações sociais. Deste modo, a combinação entre as narrativas de resistência e permanência, o sentimento de

pertença ao lugar e seus interesses, sejam eles, econômicos, políticos, culturais e sociais, constitui os aspectos da etnicidade desse grupo de índios Caixana.

Concluo essa dissertação afirmando, que os agentes com os quais dialoguei, durante muitos anos fizeram parte de uma resistência silenciosa, na qual foi preciso esconder a identidade para sobreviver, aceitar ser categorizado, mas isso não implicou na perda da identidade indígena. Na verdade, vejo isso como uma estratégia bastante sofisticada, usada em defesa de um corpo físico e uma memória que esperava de maneira articulada o momento de entrar na luta pelo reconhecimento. A ideia de mistura fez parte de uma política do passado, imposta por um Estado que estava preocupado somente com o desenvolvimento extensivo do capitalismo na Amazônia. O processo de territorialização engendrado pelos agentes indígenas da comunidade Projeto Mapi, revela que eles foram submetidos a uma política desenvolvimentista que negou quem eles são e lhes arrancou a língua e o território. O Nhegatu é a língua que é falada por alguns dos anciões e ensinada aos jovens da comunidade. E como sabemos, essa foi a língua de substituição da língua materna dos povos submetidos a escravidão e ao extermínio. O mesmo Estado que antes impôs as políticas das “misturas” e das “perdas”, é o mesmo que atualmente cobra um índio “brabo” e nega a identidade dos grupos que sobreviveram.

Referências Bibliográficas

- ALBERT, Bruce. O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza. In: ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida (Orgs.). *Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico*. São Paulo: Unesp, 2002[1992], p. 239-270.
- ALENCAR, Edna. *Estudo da ocupação humana e mobilidade geográfica de comunidades rurais da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã – RDSA. Relatório Final*. Santarém, Tefé, 2007.
- ALENCAR, Edna. *Terra Caída: Encante, Lugares e Identidades*. Tese de doutorado apresentada ao departamento de Antropologia UNB. Brasília, 2002.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terras de quilombo, Terras Indígenas, babaçuais livres, castanhais do povo, faxinais e fundo de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. 2ª Ed. Manaus: PPGSCA – UFAM, 2008. P. 25-127.
- ARRUTI, José Maurício. “A Produção da Alteridade: O Toré e as conversões Missionárias e Indígenas” In: MONTEIRO, Paula (Org.). *O Deus na Aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo: Globo. 2006
- BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. “As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político”. *MANA*, 12(1): 39-68. Rio de Janeiro. 2006
- BATES, Henry Walter. *Um naturalista no rio Amazonas*. São Paulo: Itatiaia, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. “A Ilusão Biográfica”. In: Amado, J. Ferreira, M. M. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. *Direito Legal e Insulto Moral: Dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA*. Rio de Janeiro: Editora Garamond. 2011
- COELHO, Mauro Cezar. *Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América: o caso do Diretório dos Índios (1750-1798)*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2016.
- COSTA, Kelerson Semerene. “Apontamentos sobre a formação histórica da Amazônia: uma abordagem continental”. *Série Estudos e Ensaios / Ciências Sociais, FLACSO-Brasil*, p. 1-25, junho /2009.
- DETURCHE, Jeremy. "Narrativas e história do contato katukina : 'etno-história' de um povo da Amazônia Brasileira. *Antropologia em primeira mão*, v 131. 2012.
- FAULHABER, Priscila. *O Lago dos espelhos: etnografia do saber sobre a fronteira em Tefé/ Amazonas*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1998.
- FAULHABER, Priscila. *O navio encantado: etnia e alianças em Tefé*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1987.

FAULHABER, Priscila; MONSERRAT, Ruth. Tastevin e a etnografia indígena. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2008.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Trad. e Org. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.

GODOI, Emília Pietrafesa de. Territorialidade: trajetória e usos do conceito. *Raízes*.v.34, n.2, jul-dez /2014as 49

HALBWACHS, M. A memória coletiva. Trad. De Laurent Léon Schaffer. São Paulo, Vértice/Revista dos Triunais, 1990.

KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. *Estudos avançados*, 2002.

LIMA, D. M. Relatório da apresentação do projeto dos corredores ecológicos aos povos indígenas do Médio e Alto Solimões, 1998.

LIMA, Deborah de Magalhães. A construção do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. In: *Novos Cadernos NAEA* vol 2, nº 2, UFPA, Belém. 1999.

LIMA, Deborah de Magalhães; ALENCAR, Edna Ferreira. Histórico da ocupação humana e mobilidade geográfica de assentamentos na várzea do médio Solimões. In: TORRES, Haroldo; COSTA, HELOISA (Org.). *População e Meio ambiente: debates e desafios*. São Paulo, SP: SENAC, 2000. p. 133-161.

LIMA-AYRES, Deborah. The Social category caboclo: history, social organization, identity and outsider's social classification of the rural population of an Amazonian region (The middle Solimões). Tese de doutorado. Universidade de Cambridge, 1992.

LINS DE BARROS, Myriam Moraes. Memória, experiência e narrativa. *Iluminuras*, Porto Alegre, v.12, n. 29, p. 4-17, jul./dez. 2011.

MARCOY, Paul. *Viagem pelo rio Amazonas*. 2. ed. Manaus: EDUA; FAPEAM, 2006.

MARTINS, Eliomara Ramos. Vida e Obra de Irmão Falco Michiels e o seu envolvimento com o movimento de preservação de lagos na região do Médio Solimões. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC, Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM, 2013.

MAUSS, Marcel. “Ensaio Sobre a Dádiva Forma e Razão da Troca nas Sociedades Arcaicas”. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003.

MENDES, Ana Beatriz Vianna. *Conservação Ambiental e Direitos Multiculturais: reflexões sobre justiça*. Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2009.

OLIVEIRA FILHO, J. P. de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana* [online]. 1998a, vol.4, n.1, pp. 47-77.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Narrativas e imagens sobre povos indígenas e Amazônia: uma perspectiva processual da fronteira. *Indiana*, vol. 27, p. 19-46, 2010.

OLIVEIRA, Adolfo. Conflitos Constituintes da Afirmação de Identidade Étnica Indígena e da Demarcação de Terras Indígenas na Área das Reservas Mamirauá e Amanã. Relatório Parcial de Pesquisa, Bolsa DTI/CNPq. IDSM: Tefé. 2008

PORRO, Antônio. O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica. Rio de Janeiro: Vozes; EDUSP, 1995.

PANTOJA, Mariana Ciavatta. Os Milton: cem anos de história nos seringais. 2. Ed. Rio Branco, Ac: EDUFEC, 2008.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol 2, n. 3, 1989.

REIS, Marise. “Terra Indígena Porto Praia: alternativa de posse do território e resistência à ordem socioambiental na RDS Mamirauá”. In: RICARDO, Fany. (Org). *Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza*. São Paulo: Instituto Socioambiental. 2004.

SANTOS, Rafael Barbi C.; SOUZA, Mariana de Oliveira. “‘Todo amazonense é índio’: o argumento inclusivo dos indígenas emergentes no médio Solimões”. *Anais da 28ª Reunião Brasileira de Antropologia*. São Paulo, SP: Associação Brasileira de Antropologia. 2012.

SILVA, Katiane. Parente é serpente: Ambientalismo, Conflitos Sociais e Uso de Recursos Naturais no Auati-Paraná, Amazonas. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

SIMMEL, Georg, O conflito como sociação. (Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury). *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 10, n. 30, pp. 568-573, dez 2011.

SOUZA, Mariana Oliveira e. O voltar a virar índio nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã. *Anais da 27ª. Reunião Brasileira de Antropologia*. Belém, Pará: Associação Brasileira de Antropologia. 2010.

SPIX, Johann Baptist; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp. *Viagem pelo Brasil*. Belo Horizonte, MG: Itatiaia, 1981.

TASTEVIN, Constant. “A Região do Solimões ou Médio-Amazonas (Brasil)”. In FAULHABER, Priscila; MONSERRAT, Ruth (Orgs.). *Tastevin e a Etnografia Indígena*. Rio de Janeiro: Museu do Índio. 2005.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

Consultada

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFFENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Editora Fundação da Unesp, 1998.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. 12 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

LE GOFF, Jacques. História e memória. [tradução Bernardo Leitão] -Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LITTLE, Paul E. Espaço, memória e migração: Por uma teoria da reterritorialização. Textos nº 4. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1994.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia, 322, 2002.

MAXIMIANO, Claudina Azevedo. Tragédia e sofrimento: mobilização política de adolescentes e jovens indígenas no rio negro. Tese de doutorado. Universidade Federal do Amazonas – UFAM, 2015.

SÁEZ, Oscar Calavia. A terceira margem da História: estrutura e relato das sociedades indígenas. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol 20, nº 57. 2005. **Sítios na internet**

ITACARAMBY, Kênia Gonçalves. Povos indígenas no Brasil. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt>>. Acesso em: 04/07/2017.

<http://www.dicionarioinformal.com.br/significado/meio%20f%C3%ADsico/13182/>
<<http://cursos2.uea.edu.br/apresentacao.php?cursoId=87>> Último acesso: 09 de Fevereiro.

<<http://www.educacao.am.gov.br/2014/03/desenvolvido-pela-seduc-projeto-voltado-paraformacao-de-magisterio-indigena-beneficia-diretamente-45-mil-alunos/>> Último acesso: 09 de Fevereiro.

Brasil Bio Fuels. RIMA - Relatório de Impacto Ambiental da Usina Termelétrica de Tefé. Mineral Engenharia e Meio Ambiente. 2010
<http://www.ipaam.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/RIMA/EIA.pdf>> Último acesso: 09 de Fevereiro.

Apêndice. Fotos



Figura 30 Foto Crianças da com. indígena Projeto Mapi



Figura 31Foto Crianças da com. indígena Projeto Mapi



Figura 32 Foto vista da escola indígena da comunidade



Figura 33 Foto trecho do ramal da comunidade



Figura 34 Foto Irmão gêmeos Sr. Pedro e Sr. Paulo



Figura 35 Foto Sr. Paulo e D. Augustinha e netos



Figura 36Foto Dona Augustinha



Figura 37 foto Sr. Paulo, D. Augustinha e eu.

Anexos

Anexo I

LISTA 2009 Demandas por Terras Indígenas no médio Solimões. Lista enviada à FUNAITefé pela FUNAI-Manaus no dia 27 de janeiro de 2009 (faz referência às comunidades com pedido de reconhecimento indígena deferido pela FUNAI). Retirada de Souza (2011).

	COMUNIDADE	ÉTNIA	MUNICÍPIO	ENCAMINHAMENTO E DAF ⁹⁶
1	Assunção	Kokama	Alvarães	Memo nº 087 em 12/05/04
2	Benezér (?) Ebenézer	Miranha	Maraã	Memo nº 032 em 24/08/06 e nº 21 de 22/08/07
3	Baku	Kanamari	Itamarati	Memo nº075 em 04/09/06
4	Batedor	Kulina	Jutaí	Memo nº 057 em 07/10/05
5	Boará/Boarazinho	Kokama e Kambeba	Tefé	Memo nº 057 em 07/10/06
6	Boca do Mupura (Mucura)	Kokama	Fonte Boa	Memo nº 073 em 22/11/05; Memo nº 087 em 12/05/04; Memo 111 de 12 (?)
7	Calambé/Barreirinha	Tikuna, Kokama, Kambeba	Tefé	Memo nº 097 em 24/07/01
8	Cajú	Arara	Coari	Memo nº087 em 12/05/04
9	Cumuru	Kanamari	Fonte Boa	Memo nº 029 em 29/03/07
10	Cariru	Kokama	Jutaí	Memo nº 057 em 07/10/05
11	Feijoal Servalho	Kokama	Jutaí	Memo nº026 em 29/03/07
12	Igarapé Preto/Pauana	Kanamari	Carauari	Memo nº 029 em 29/03/07
13	Ilha do Tarará	Kokama	Jutaí	Memo nº032 em 24/08/06
14	Ilha do Xibeco	Kokama	Jutaí	Memo nº 063 em 10/07/02
15	Jubará	Miranha	Maraã	Memo nº 095 (?) em 23/01/01; Memo nº 097 em 12/05/04
16	Kanariá	Kananari	Alvarães	Memo nº015 em 23/05/05; Memo nº 111 de 12/09/07
17	Kokama de Acupuri do Meio	Kokama	Fonte Boa	Memo nº 062 em 22/08/06
18	Laranjal	Miranha, Kokama, Pacaia	Alvarães	Memo nº028 em 29/03/07
19	Martião	Kokama	Fonte Boa	Memo nº032 em 21/08/06
20	Monte Muriá	Kokama, Kambeba, Tikuna	Fonte Boa	Memo nº32 em 24/08/05
21	Monte São	Kokama, Kambeba	Fonte Boa	Memo nº030 em 29/03/07
22	Monte São do Lago Catuá	Tukano	Coari	Memo nº087 em 12/05/04; Memo nº010 de 21/03/07
23	Monte Sinai	Kokama	Tefé	Memo nº119 de 17/10/07
24	Nossa Senhora de Fátima do...	Kokama	consta Coari, mas é Tefé	Memo nº087 e 12/05/04
25	Nossa Senhora da Saúde (ilha...)	Kokama	Jutaí	Memo nº083 em 10/07/02; Memo nº057 em 07/10/05 e Memo nº018 em 21/03/07
26	Nossa Senhora do Nazaré do ...	Arara	Coari	Memo nº067 em 12/05/04
27	Nova Betânia	Miranha	Maraã	Memo nº024 em 29/03/07
28	Nova Canaã	?	?	
29	Nova Jerusalém	Kokama	Tefé	Memo nº27 em 29/03/07
30	Nova Macedônia	Avá-Canociro	Alvarães	Memo nº 061 em 14/10/05; Memo nº111 de 12/09/07

31	Paraná do Burubim	Kambeba	Coari	Memo nº 065 em 27/05/02
32	Projeto Mapi	Kaixana	Tefé	Memo nº 087 em 12/05/04
33	Putiri/Nossa Senhora de Fátima	Mura	consta Japurá, mas é Maraã	Memo nº 087 em 12/05/04
34	Rio Juruá/Minerauá	Kanamari, Kokama	Fonte Boa	Memo nº032 em 24/08/05, Memo nº111 de 12/09/07
35	Sampaio	Kokama	Jutaí	Memo nº08 de 12/02/08
36	Santa Helena	Kokama	Jutaí	Memo nº067 em 07/10/06
37	Santa Luzia	Kokama	consta Fonte Boa, mas é Jutaí	Memo nº 067 em 07/10/05, Memo nº040 e 041 em 14/07/06
38	Santa Maria do Inambé	Hokama	Fonte Boa	Memo nº137 em 31/11/07
39	Santa Tereza Kapote e Triunfo	Kokama, Kambeba	Fonte Boa	Memo nº031 em 29/03/07
40	Santa União	Kokama	Fonte Boa	Memo nº220 em 29/10/03 (...)
41	São Francisco do Servalho	Kokama	Jutaí	Memo nº057 em 07/10/05; Memo nº018 em 21/03/07
42	São Jorge (Ponta da Castanha)	Tikuna, Miranha	consta Tefé, mas é Alvarães	Memo nº087 em 12/05/04; Memo nº034 em 30/03/07
43	São Jorge do Mari	Maku	Alvarães	Memo nº046 em 17/04/07
44	São Miguel do Paraná do Bururuá	Tikuna	Coari	Memo nº 087 em 12/05/04
45	São Sebastião da Liberdade	Caburi	Coari	Memo nº 087 em 12/05/04, Memo nº 091 em 16/10/06
46	São Sebastião do Surubim	Kambeba	Coari	Memo nº087 em 12/05/04; Memo nº091 em 16/10/06, Memo nº 111 em 12/09/07
47	Taquara/Gaviãozinho	Kulina	Carauari	Memo nº075 em 04/09/06; Memo nº045 em 14/04/07; Memo nº111 em 12/09/07
48	Tupã do Paraná do Surubim	Miranha	Coari	Memo nº157 em 16/12/08
49	Vila Alencar ⁹⁷	Mayoruna	Uarini	Memo nº087 em 12/05/04
50	Vista Alegre do Samambaia	Mura	Coari	Memo nº087 em 12/05/04

Anexo II

NOTA PUBLICA

DOS POVOS INDÍGENAS DO MUNICÍPIO DE TEFÉ-AM; KOKAMA, KAMBEBA, TIKUNA, KAIXANA, MAYORUNA, APURINÁ, KANAMARI E MIRANHA REUNIDO NA COMUNIDADE BARREIRA DA MISSÃO DE BAIXO, TERRA INDIGENA BARREIRA DA MISSÃO.

Ao: Congresso Nacional da Republica do Brasil

Ao: Ministro de Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG

Ao: Ministro da Justiça e Cidadania

Ao: Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI

A: Conselho Nacional de Política Indigenista- CNPI

Ao: Ministério Público Federal

A: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil- APIB

A: Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira- COIAB

Nós, povos, indígenas do município de Tefé região do Médio Rio Solimões e afluentes do Estado do Amazonas,

Reunindo em um dia de debate como uma atividade da semana dos povos indígenas, para refletir sobre as ameaças de retrocesso nos direitos já conquistados na Constituição Federal por parte dos políticos do Brasil!

Diante dos ataques sistemáticos do governo contra os direitos dos povos indígenas, direitos estes conquistado com muita luta pelos povos indígenas, após séculos de violências, extermínio de povos, de cultura pela imposição dos colonizadores de nossa terra e agora recente por parte dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário do governo brasileiro e setores ante indígena.

Diante das grandes ofensivas contra os direitos constitucionais e direitos originários dos povos indígenas viemos a público repudiar mais um ataque contra nossos direitos que vem a partir do Decreto nº 9.010 de 23 de março de 2017. Este decreto prevê a extinção de 87 cargos comissionados do poder executivo, cumprindo o que está prevista na Lei 13.346 de outubro de 2016, que extingue cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento

Superiores e a criação de funções de confiança denominadas funções comissionadas do poder executivo.

A Fundação Nacional do Índio-FUNAI vem a 50 anos contribuindo para o fortalecimento e sobrevivência dos povos indígenas, e atua junto as comunidades e populações indígenas na resolução de conflitos em áreas que ainda não foram demarcadas e naquelas que tem seu processo concluído mais que sofrem constantemente com invasões de pessoas que buscam retirar destas terras as riquezas naturais nelas existentes.

Embora venha ao longo de décadas sofrendo com os processos de reestruturação do órgão e a falta de recursos, principalmente financeiros e humano, buscou dentro de suas limitações por falta de recursos do governo brasileiro contribuir com os projetos de vida dos povos indígenas no Brasil. Na região do Médio Rio Solimões e afluentes o órgão através de suas coordenações Técnicas Locais-CTL, vem dando suporte aos povos indígenas no acompanhamento as inúmeras demandas de terra que vem a anos se arrastando sem providencias, nas políticas públicas e programas de assistência do governo, entre outros apoios que é de suma importância para os povos indígena, uma vez que sofrem todo tipo de descaso e violação em seus direitos Civis, políticos e humanos.

Nos últimos anos são incontáveis os inúmeros retrocessos que os povos indígenas vêm enfrentando, com os projetos de morte do governo Brasileiro que beneficiam os ruralistas, latifundiários e o agronegócio, tais como: O Projeto de Emenda Constitucional 215 que pretende introduzir a possibilidade, de revisão de todas demarcações de terras por decisão do Congresso Nacional e Marco Temporal que visa impor a necessidade da presença dos povos e comunidades na posse da terra à data de 05 de outubro de 1988 ou, caso nas terras não estivessem, impor a regra de que deveriam estar postulando-as judicialmente ou disputando-as fisicamente, os povos que não atendem a estas condições, perdem o direito à demarcação da área reivindicada e a paralização das demarcações de Terras no Brasil desde de 2013, todos esses eventos que atentam contra nossos direitos e nossas vidas, entre tantos outros que afetam diretamente nossos interesses e impede o funcionamento regular de órgãos que prestam serviços aos povos indígenas, a exemplo do Conselho Nacional

de Política Indigenista (CNPI), da Secretaria Nacional de Saúde Indígena (SESAI) e da própria Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Estes retrocessos violam nossos direitos que consta na Constituição Federal referentes à proteção de nós povos indígenas e à demarcação dos nossos territórios tradicionais indígena.

Por tanto é inadmissível, que os povos indígenas não sejam consultados pelo governo Brasileiro diante de tomadas de decisões que trás retrocessos aos seus direitos conquistados extinguindo cargo comissionados, uma vez que principalmente as Coordenações Técnicas Locais da FUNAI estão funcionando com agentes com cargos comissionados, e, com este novo decreto estas podem parar de funcionar. E se isto vier acontecer os povos indígenas ficaram desassistidos pelo órgão que já vem com tanta deficiência por falta de estrutura e funcionários.

Afirmamos nossa existência enquanto povos fortes e resistentes frente a tantas tentativas de retrocessos, exigimos que o governos nos consulte antes de tomar qualquer decisão que impactaram nossa vidas, queremos que seja retomado as demarcações das terras indígenas, e enfatizamos que frente a estes ataques contra nós povos indígenas, nossas organizações, associações, comunidades e lideranças do Médio Rio Solimões e afluentes continuarão lutando e exigindo respeito aos nossos direitos que sofreram retrocessos no passado e que infelizmente continuam no tempo vigente por setores ante indígena e polo próprio governo Brasileiro.

Não aceitemos mais um retrocesso e não aceitaremos que o governo tome decisões sem antes consultar o movimento indígena **"caso nossos direitos continuem sendo violados, declaramos que Lutaremos ate termos a vitória final, onde teremos nossos direitos validados ou ate que o ultimo indio deste país deixe de existir".**

Tefé 18 de Abril de 2017

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOVO PARAÍSO
Estrada da Emade Km 15 Tefé - Amazonas

Companheiros,

Partindo do pressuposto de que a Constituição nacional dispõe em seu Título I, artigo 3º, de que constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - Construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - Garantir o desenvolvimento Nacional;
- III - Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Deste modo, mediante a crucial necessidade que temos de vivermos com dignidade e desenvolvermos uma atividade agrícola familiar para bem sustentar nossas famílias, provendo da terra o nosso justo sustento, em uma sociedade onde infelizmente ainda existe uma desigualdade social muito grande, onde uns tem tantos e outros quase nada.

Unidos pelo espírito de companheirismo, solidariedade, união e a real necessidade de prover para nossas famílias uma moradia digna e um lote de terras para o cultivo de horticultura, fruticultura, avicultura e, em face da improdutividade de terras abandonadas em nosso Município ao longo da estrada da Emade e a necessidade de tomarmos posse para cultivá-la, organizou-se a Associação Comunitária Novo Paraíso - ASCONPA, localizada na Estrada da Emade no km 15, na margem esquerda, a qual será regida por um estatuto a ser elaborado e aprovado em assembléia geral destinada para este fim. Ocupando uma área total de 200 metros de frente por 400 metros de fundos, composta de trinta e dois (32) lotes de terras medindo cada lote 25 metros de frente por 100 metros de fundos, abrigando trinta famílias e destinando dois (2) lotes à construção de uma Sede Comunitária com poço artesiano, um Posto Médico, uma Igreja Evangélica e uma Escola, sendo todos os lotes partes integrantes desta associação comunitária, sendo vedado a venda dos mesmos pelos posseiros, os quais após lerem este termo e, em plena concordância com o mesmo, segue-se devidamente assinado por todos:

<i>Valéria da Silva Velho</i>	(KOCAMA
<i>João Norberto da Silva</i>	(KOCAMA
<i>Silvia Santa Sabral de Lira</i>	(KOCAMA
<i>Francisco N. de Sousa</i>	(KOCAMA
<i>Carlos Firmino Seixas</i>	(KOCAMA

Francisco Edelson Felício de Castro	KOCAMA
Antonia Terezinha Torres dos Santos	KOCAMA
Itala Tomires da Silva Gomes	KOCAMA
Gracilda Faustino Pereira	KOCAMA
Maria da Conceição Gomes dos Santos	KOCAMA
José Almeida da Silva	KOCAMA
Francisca nemata da Silva	KOCAMA
Edileusa da Silva Gomes	KOCAMA
Luiz Miguel de Melo	KOCAMA
Antônia da Silva Pinto	KOCAMA
Tereza PAIVA da Silva	KOCAMA
Márcia Helena Lopes	KOCAMA
Rozemariana Coutinho de Castro	KOCAMA
Cristiani Lopes Pinto	KOCAMA
Amélia Vaz de Silva Lima	KOCAMA
Lucimar Aquino de Paula	KOCAMA
Reinholda Maria da Silva	

Recebido em 29/10/09


 André da Cruz
 Coordenador de Terras
 CPF: 114.380.882-72

A Diretoria da EMADÉ consultou a Prelazia de Tefé, na pessoa do Bispo Dom Mario, que concordou fosse utilizada parte da área para abrir estrada até o interior, "Desde que fosse respeitados os direitos dos que ali estivessem", o que não aconteceu.

Em maio de 1982 chegaram os primeiros trabalhadores da EMADÉ com máquinas e equipamentos. Solicitaram aos índios permissão para atravessarem a área e prepararem o terreno para o projeto de cacau/dendê, que ficava fora da área dos Kokamas. Os índios consentiram, pois os técnicos da EMADÉ argumentaram que era mais fácil utilizar o Pôrto que os índios tinham feito com seu próprio esforço e equipamento, uma vez que onde a EMADÉ construiria seu próprio porto era de difícil acesso e num local fora da área que os índios consideravam como deles. Esse local ficava rio acima, aproximadamente 1.000 m do porto indígena, dentro de uma propriedade denominada Santo Isidoro, cujo proprietário, segundo os índios, era Carlos Mansur, que morava em Manaus.

Ocorreu, então, a abertura de uma estrada cortando a área dos índios até o terreno do Sr. Mansur, sendo necessário inclusive aterrar um pedaço de terra na baixada entre a terra dos índios e a de Santo Isidoro; depois a abertura da estrada prosseguiu dentro dessa última propriedade até 9 km mata a dentro, onde será iniciado o Projeto.

Foi construído, no meio da estrada, um acampamento onde instalaram viveiros para mudas numa área quase limítrofe às roças indígenas. Também, construíram um viveiro dentro da área indígena, atrás de algumas malocas, bem próximo ao Templo Sagrado da Cruz; fizeram um campo de futebol e um galpão para alojar trabalhadores e equipamentos. Isso tudo ocorreu num espaço de terra vital para a sobrevivência dos índios, ferindo profundamente o cotidiano do Grupo Kokáma, que hoje é uma comunidade religiosa radicalmente pacifista.

O Porto indígena foi objeto de obras de terraplanagem para dar acesso a tratores e outros equipamentos pesados. Quando de nossa visita, os trabalhadores da EMADÉ estavam colocando postes de luz para eletrificar as construções da EMADÉ, enquanto

1907
RELATÓRIO DE VISITA À EMAD - TEFÉ

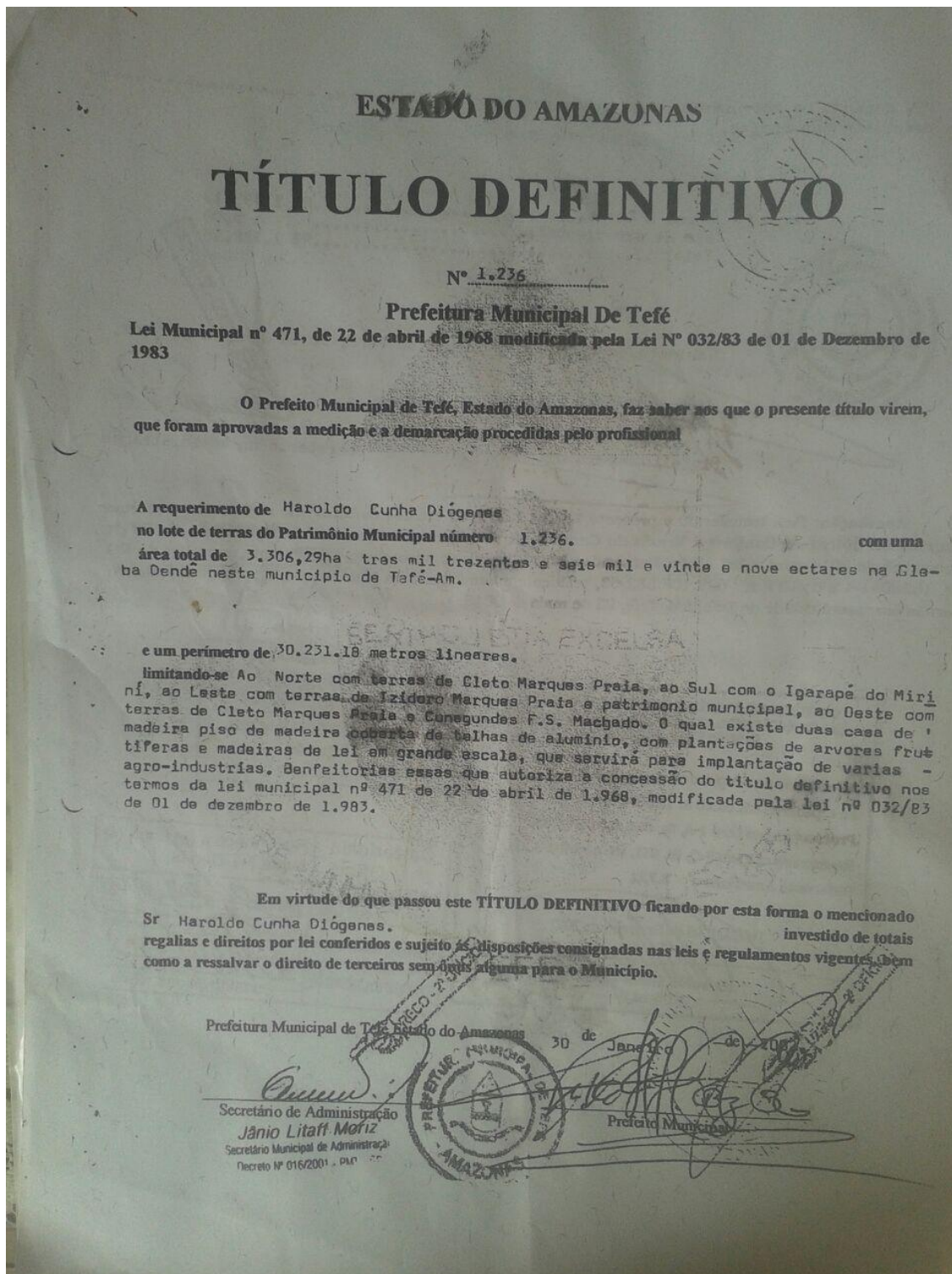
No dia 04 de outubro de 1982, Lino João de O. Neves e Sérgio Gobbi, ligados à Pastoral Indigenista da Prelazia de Tefé, acompanharam na cidade de Tefé, Amazonas, o senhor Antônio Dos Santos Cruz - Dirigente da Comunidade Nova Esperança - e mais um representante desta comunidade nos escritórios da Empresa Amozonense de Dendê - Emad.

Em entrevista com o Diretor Técnico, conhecido como Manuel Português, responsável pela Emad em Tefé, foram obtidos alguns dados sobre os planos de atuação da referida empresa. Segundo este Diretor:

- A Emad é uma empresa estatal, contando com recursos do Banco Mundial.
- Localizou-se na área denominada Barreira da Missão através de acordo com a Prelazia (proprietária do terreno) onde esta lhe cedia a área para instalar-se.
- Neste local serão realizadas obras de infraestrutura do Projeto, tais como: porto, viveiros para plantio de dendê, refinaria, casas para os trabalhadores do Projeto.
- O plantio propriamente dito de dendê será efetuado numa área de 8 Kms. da beira do Solimões.
- Este local teria sido escolhido para sede do Projeto por ser o único local tecnicamente viável.
- O pagamento pela área cedida seria efetuado pela prestação de serviços, com a abertura de uma estrada que ligará aquela área à cidade de Tefé.

Como proposta à Comunidade Nova Esperança sugeriu a sua transferência para uma determinada área no Rio Tefé, onde segundo ele seria fornecido título definitivo daquela área. Procurava reforçar esta proposta dizendo não ter a Comunidade direito legal sobre a área que ocupa na Barreira da Missão. Por outro lado ficou surpreso ao saber da existência de um documento no qual é cedida aquela área à Comunidade.

Como sugestão, senhor Manuel pediu à Comunidade que não recorresse à Funai ou outros órgãos, sugerindo que a questão deveria ser tratada pessoalmente com ele, a nível de amizade.



79, pagando as despesas desta escritura pública, ficando em dívida de pagamento a favor do Sr. João Fernandes Pinto, a quem se dá a presente escritura pública em cumprimento da obrigação acima mencionada.

Yoros e Cartas.....R\$ 1.380,10
Taxa de expediente 1,00
TotalR\$ 1.381,10



Gabinete do Prefeito Municipal de Tefé, 20 de Janeiro de 2007.

Francisco Helio B. Nunes,
Prefeito Municipal de Tefé.

Janio Litzoff Moris,
Secretario de Administração

Averção: Fica transferido o presente T.D nº 1.236/02 e todos os bens nele registrados conforme Escritura Pública de Compra e Venda do Cartório do 2º. Ofício da Comarca de Tefé/AM do dia 28 de novembro de 2014 para o Sr. **João Fernandes Pinto**, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado na Rua Enxada, nº 98 (altos) - Bairro Jerusalém, nesta cidade de Tefé/AM. Tefé, 22 de maio de 2014.

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
Rua David Simas, nº 124, Coitéra - Fórum de Justiça
Oswaldo Simas Nôvo - Oficial

Apresentado para registro no dia 05/02/2002
Ao expediente das 08:00 às 12:00 horas
Protocolado no Livro 1-A, fl. 074, sob o nº-6.836
Registrado no Livro 2-C, fl. 051, sob o nº-R-1-3.731
Referência a matrícula nº - 3.731

Tefé/AM, 05 de Fevereiro de 2002

[Signature]
Oswaldo Simas Nôvo
Oficial

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
Rua David Simas, nº 124
TEFÉ - AMAZONAS

OSWALDO SIMAS NÔVO
Tabelião
CRM nº 524.782.902-32

Cartório do 2º Ofício	Reconheço a(s) firma(s) supra (s). Doules.
Rua David Simas, 124	Tefé - AM - 2002
TEFÉ - AMAZONAS	<i>[Signature]</i>
OSWALDO SIMAS NÔVO	Oficial
CRM nº 524.782.902-32	Oswaldo Simas Nôvo

[Handwritten stamp]
MUNICÍPIO DE TEFÉ - AM
Rua David Simas, nº 124
Tefé - AM - 2002
CRM nº 524.782.902-32